

MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

Os Cemitérios Públicos em Vila Nova de Gaia nos séculos XIX e XX.

Joana Rita Teixeira Beleza

M

2025



Joana Rita Teixeira Beleza

Os Cemitérios Públicos em Vila Nova de Gaia nos séculos XIX e XX.

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Maria Leonor Botelho e pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

*Those who dream by day are cognizant of many things which escape those who dream
only by night.*

Edgar Allan Poe

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	6
Agradecimentos	7
Resumo.....	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Índice de Tabelas.....	16
Índice de gráficos	17
Introdução.....	18
Enquadramento dos cemitérios a nível nacional	18
Objetivos gerais e específicos	24
Metodologia e estruturação da dissertação	25
Estado da Arte.....	31
1.Os cemitérios	38
1.1. A legislação dos cemitérios públicos em Portugal	43
2.Capítulo 2	50
2.1. O território de Vila Nova de Gaia	50
2.2. Tentativa de estabelecimento de um cemitério municipal.....	61
Cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia	77
2.3. Arcozelo.....	83
2.4. Avintes.....	87
2.5. Canelas.....	94
2.6. Canidelo – Cemitério Velho.....	98
2.7. Canidelo – Cemitério Novo.....	103
2.8. Crestuma	105
2.9. Gulpilhares.....	108
2.10. Grijó	112
2.11. Lever	120
2.12. Madalena	122
2.13. Mafamude.....	126
2.14. Olival	131
2.15. Oliveira do Douro.....	133

2.16.	Pedroso (Velho)	138
2.17.	Pedroso – Cemitério Novo	142
2.18.	Perosinho	145
2.19.	São Félix da Marinha.....	149
2.20.	Sandim	153
2.21.	Santa Marinha.....	157
2.22.	Seixezelo	164
2.23.	Sermonde.....	166
2.24.	Serra do Pilar.....	169
2.25.	Serzedo	176
2.26.	Valadares	178
2.27.	Vilar de Andorinho.....	182
2.28.	Vilar do Paraíso	187
	Considerações Finais	191
	Referências Bibliográficas	196
	Webgrafia	201
	Apêndice.....	219

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente tese/dissertação/relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this thesis/dissertation/report, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex to this work.

Porto, 22/07/2025

Joana Beleza

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer aos meus Professores e orientadores, Doutora Maria Leonor Botelho e Doutor Manuel Moreira da Rocha que permitiram um caminho mais seguro neste segundo ciclo de estudos. Obrigada pelo vosso esforço constante para ler sobre uma temática menos leve no vosso dia a dia. São, sem dúvida alguma, alvo de admiração pelo vosso apoio contínuo e aconselhamento. Obrigada pela vossa paciência e cuidado.

Ao Solar Condes de Resende e em especial, ao Diretor Dr. João Fernandes e à Dra. Celeste Pinho, um grande obrigada. O vosso apoio e cuidado foi essencial para este trabalho. Obrigada por me receberem com tanta estima e rapidez sempre que precisei. Foram incansáveis.

Ao corpo docente deixo também uma palavra de agradecimento pelas aulas em que me permitiram sonhar e explorar o mundo de uma outra perspetiva. Cada um de vós contribuiu de forma especial para este percurso atribulado. Um obrigado especial ao Professor Doutor Hugo Barreira pela liberdade das aulas de Imagem e Contexto II, onde me foi possível explorar a temática da arquitetura funerária.

Dedico este trabalho à minha mãe que sempre me ajudou a percorrer os meus objetivos e sonhos sem qualquer preconceito. Desde sempre fizeste os meus sonhos teus e por isso tenho de agradecer. O teu investimento está a dar frutos. Obrigada mãe, sem ti isto não seria possível.

Avó, obrigada pelo amparo ao longo dos anos. O teu amor, carinho e dedicação permitiram este meu percurso.

Ao meu Nuno, obrigada pela tua paciência e motivação sem fim para este grande trabalho. Não podia pedir um parceiro mais compreensivo e atento do que tu. Obrigada pelo apoio e ajuda. Obrigada pelas visitas e procuras que fizeste comigo, não há outro historiador como tu.

Um obrigado à minha Sílvia pela paciência e por me dar um ombro quando precisei.

À Sofia, pelas correções incessantes e conselhos para sobreviver a mais uma etapa académica. Admiro-te pela pessoa e profissional que és.

Às minhas colegas de curso, em especial à Margarida e à Carolina, sem o vosso apoio eu não teria avançado nos piores momentos.

A todos os restantes que sempre me apoiaram direta ou indiretamente, eu agradeço-vos.

Resumo

O estudo dos cemitérios públicos é um tema com grande interesse para a história local. Criados no século XIX, a análise desses espaços e património material permite abordagens multidisciplinares. Os trabalhos realizados por Gonçalo Vasconcelos e Sousa e Francisco Queiroz sobre esta matéria, focam em cemitérios com potencial artístico no Porto e a partir deles criou-se uma abordagem para o estudo dos cemitérios, no geral, no âmbito da história da arte. Partindo dos contributos e modelos de análise destes autores, propomos alargar o estudo dos cemitérios para lá da cidade do Porto. O nosso trabalho é um primeiro contributo para o estudo dos cemitérios de Vila Nova de Gaia, respondendo a questões sobre a criação e desenvolvimento destes espaços.

Decidimos estudar os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia nos séculos XIX e XX, não só pelo desconhecimento de dados sobre estes espaços, mas também para contribuir para a história local do concelho. Ao longo desta dissertação analisamos a história dos cemitérios a nível nacional e os cemitérios públicos de Vila Nova de Gaia, em particular. Para tal recorreremos a documentação inédita, nomeadamente às atas camarárias do Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner e a monografias das freguesias do concelho. Com estes dados trabalhamos vinte e nove cemitérios de Vila Nova de Gaia, identificando datas de criação e de ampliação. Entendemos a ligação destes espaços com as epidemias do século XIX, bem como processos de aquisição, ampliação e doação de terrenos com evidente impacto no desenvolvimento dos espaços urbanos.

O levantamento documental permitiu auscultar dados que levaram à criação de um catálogo analítico modelo, fixando conhecimento novo sobre os cemitérios. Assim, comprovamos a capacidade do estudo do cemitério de uma perspetiva da história da arte contribuindo para a história local de Vila Nova de Gaia e para estudos futuros.

Palavras-chave: Cemitério Público; Vila Nova de Gaia; Património Local; Arquitetura

Abstract

The study of public cemeteries is a subject of great interest to local history. Created in the 19th century, analysing these spaces and their material heritage allows for multidisciplinary approaches. The work carried out by Gonçalo Vasconcelos e Sousa and Francisco Queiroz on this subject focussed on cemeteries with artistic potential in Porto and, based on them, an approach was created for the study of cemeteries, in general, in the context of art history. Based on the contributions and analysis models of these authors, we propose to extend the study of cemeteries beyond the city of Porto. Our work is a first contribution to the study of cemeteries in Vila Nova de Gaia, answering questions about the creation and development of these spaces.

We decided to study the public cemeteries in Vila Nova de Gaia in the 19th and 20th centuries, not only because of the lack of data on these spaces, but also to contribute to the local history of the municipality. Throughout this dissertation we analyse the history of cemeteries at a national level and the public cemeteries of Vila Nova de Gaia in particular. In order to do this, we used unpublished documentation, namely the council minutes from the Sophia de Mello Breyner Municipal Archive and monographs of the parishes in the municipality. With this data we worked on twenty-nine cemeteries in Vila Nova de Gaia, identifying dates of creation and expansion. We understand the connection between these spaces and the epidemics of the 19th century, as well as the processes of acquisition, expansion and donation of land with an obvious impact on the development of urban spaces.

The documentary survey made it possible to gather data that led to the creation of a model analytical catalogue, establishing new knowledge about cemeteries. In this way, we proved the ability to study the cemetery from an art history perspective, contributing to the local history of Vila Nova de Gaia and to future studies.

Key-words: Public Cemetery; Vila Nova de Gaia; Local Heritage; Architecture.

Índice de Figuras

FIGURA 1- ROTEIRO DO CEMITÉRIO DO PRADO DO REPOUSO CRIADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. DISPONÍVEL EM: HTTPS://AMBIENTE.CM-PORTO.PT/CEIMITERIOS/CEIMITERIO-DO-PRADO-DO-REPOUSO_1 . DATA DE ACESSO: 01/05/2025	22
FIGURA 2 - ROTEIRO DO CEMITÉRIO DE AGRAMONTE CRIADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. DISPONÍVEL EM: HTTPS://AMBIENTE.CM-PORTO.PT/CEIMITERIOS/CEIMITERIO-DE-AGRAMONTE-1 . DATA DE ACESSO: 01/05/2025	23
FIGURA 3 - FICHA DO CEMITÉRIO DE MAFAMUDE. CRIADA PELA AUTORA. DATA: 05/10/2024.	26
FIGURA 4 - FICHA DO CEMITÉRIO DE MAFAMUDE, CONTINUAÇÃO. CRIADA PELA AUTORA. DATA: 05/10/2024.	27
FIGURA 5 - FICHA DO CEMITÉRIO DE MAFAMUDE, CONTINUAÇÃO. CRIADA PELA AUTORA. DATA: 05/10/2024.	28
FIGURA 6 - FICHA DO CEMITÉRIO DE MAFAMUDE, CONCLUSÃO. CRIADA PELA AUTORA. DATA: 05/10/2024.	29
FIGURA 7 - PLANTA DO CEMITÉRIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, 1756. RETIRADO DE MARIA MANUEL OLIVEIRA.	40
FIGURA 8 - “MARIA DA FONTE” POR ROQUE GAMEIRO IN QUADROS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL DE 1917. ..	47
FIGURA 9 - FREGUESIAS DE VILA NOVA DE GAIA DEPOIS DE 2013. DISPONÍVEL EM: HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:VILA_NOVA_DE_GAIA_FREGUESIAS_2013.PNG . DATA DE ACESSO: 01/05/2025.	51
FIGURA 10 - VILA NOVA EM 1848 CRIADA POR CESÁRIO AUGUSTO PINTO. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=54133&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/02/2025.	53
FIGURA 11 - GAIA EM 1848 CRIADA POR CESÁRIO AUGUSTO PINTO. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=54132&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/02/2025.....	54
FIGURA 12 - FIGURA DO LIVRO COM A DEMARCAÇÃO DE GAIA-A-PEQUENA E GAIA-A-GRANDE IN “A HISTÓRIA DE GAIA”, FASCÍCULO 5, P. 345.....	57
FIGURA 13 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 29 DE MARÇO DE 1836. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=75196&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 04/05/2025.....	64
FIGURA 14 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 23 DE AGOSTO DE 1836. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=75240&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 04/05/2025.....	65
FIGURA 15 - CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DO VALE DA PIEDADE EM 1835. DESENHO DE J. J. FORRESTER E LITOGRAFIA DE G. CHILDS. IN HISTÓRIA DE GAIA, FASCÍCULO 9, P. 416.	66

FIGURA 16 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 28 DE JULHO DE 1840. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=77227&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 02/05/2025.....	68
FIGURA 17 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 28 DE JULHO DE 1840. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=77227&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 02/05/2025.....	69
FIGURA 18 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 24 DE ABRIL DE 1838. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=75445&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 04/05/2025.....	74
FIGURA 19 - ENTRADA DO CEMITÉRIO PAROQUIAL DE ARCOZELO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	83
FIGURA 20 - DIGITALIZAÇÃO DA ESCRITURA DA EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO NA ATA DE 20 DE DEZEMBRO DE 1936. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=68410&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 06/05/2025.....	86
FIGURA 21 - DIGITALIZAÇÃO DA ESCRITURA DA EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO NA ATA DE 20 DE DEZEMBRO DE 1936. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=68410&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 06/05/2025.....	86
FIGURA 22 - ENTRADA DO CEMITÉRIO PAROQUIAL DE AVINTES. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.	88
FIGURA 23 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 21 DE MAIO DE 1880. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=79675&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 06/05/2025.....	90
FIGURA 24 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 26 DE MARÇO DE 1886. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=79913&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 06/05/2025.....	91
FIGURA 25 - PLANTA DO CEMITERIO DE AVINTES, DISPONIBILIZADA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE AVINTES DE CERCA DE 1900.	94
FIGURA 26 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE CANELAS. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 10/11/2024.....	94
FIGURA 27 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 20 DE NOVEMBRO DE 1863. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=78694&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 06/05/2025.....	97
FIGURA 28 - ENTRADA DO ANTIGO CEMITÉRIO DE CANIDELO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.	99
FIGURA 29 - DIGITALIZAÇÃO DE PLANTA DE VILA NOVA DE GAIA COM O CEMITÉRIO DE CANIDELO. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=262001&TYPE=PCD . CONSULTADO A 10/10/2024.	101
FIGURA 30 - DIGITALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO ANTIGO DE CANIDELO (NA ALTURA O ÚNICO EXISTENTE).....	102

FIGURA 31 - ENTRADA DO CEMITÉRIO NOVO DE CANIDELO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	103
FIGURA 32 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE CRESTUMA. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	106
FIGURA 33 - PILASTRA NO ÂNGULO ESTE DO CEMITÉRIO DE CRESTUMA.....	107
FIGURA 34 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE GULPILHARES. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024. ...	109
FIGURA 35 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 7 DE DEZEMBRO DE 1849. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=77535&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 06/05/2025.....	111
FIGURA 36 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE GRIJÓ. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.	113
FIGURA 37 - PLANTA GERAL DO CEMITÉRIO. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/XARQDIGITALIZACAOCONTENT/PAGINADOCUMENTO.ASPX?DOCUMENTOID=262034&PAGELIST =0&APLICACAOID=1&PAGINA=3 . CONSULTADO A 10/11/2024.	117
FIGURA 38 - PLANTA DETALHADA DO CEMITÉRIO DE GRIJÓ. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/XARQDIGITALIZACAOCONTENT/PAGINADOCUMENTO.ASPX?DOCUMENTOID=262034&APLICAC AOID=1&PAGINA=4&PAGELIST=0 . CONSULTADO A 10/11/2024.	117
FIGURA 39 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 20 DE JULHO DE 1893. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=80047&TYPE=PCD . CONSULTADO A 07/05/2025.	118
FIGURA 40 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 15 DE OUTUBRO DE 1896. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=80256&TYPE=PCD . CONSULTADO A: 07/05/2025.	119
FIGURA 41 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE LEVER. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	121
FIGURA 42 - ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 12:457. DIÁRIO DO GOVERNO N.º 226/1926, SÉRIE I DE 11/10/1926. DISPONÍVEL EM: HTTPS://FILES.DIARIODAREPUBLICA.PT/1s/1926/10/22600/15081508.PDF . DATA DE ACESSO: 05/05/2025.	122
FIGURA 43 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DA MADALENA. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.	123
FIGURA 44 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE MAFAMUDE. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.....	127
FIGURA 45 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE OLIVAL. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 10/11/2024.....	131
FIGURA 46 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE OLIVEIRA DO DOURO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.	133
FIGURA 47 - SECÇÃO DO CEMITÉRIO DE OLIVEIRA DO DOURO DEDICADA ÀS CRIANÇAS. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.....	134
FIGURA 48 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 28 DE JULHO DE 1854. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM- GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=77745&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 07/05/2025.....	135

FIGURA 49 - OBRA MUNICIPAL DE PLANTA TOPOGRÁFICA. ESTA PLANTA FOI UMA RESPOSTA A UM OFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/XARQDIGITALIZACAOCONTENT/PAGINADOCUMENTO.ASPX?DOCUMENTOID=262247&APLICACAOID=1&PAGINA=1&PAGELIST=0 . CONSULTADO A: 10/05/2025.	138
FIGURA 50 - ENTRADA DO CEMITÉRIO ANTIGO DE PEDROSO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 5/06/2025.	139
FIGURA 51 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 15 DE FEVEREIRO DE 1861. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=78532&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.....	141
FIGURA 52 - ENTRADA DO CEMITÉRIO NOVO DE PEDROSO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	143
FIGURA 53 - OBRA MUNICIPAL DO CEMITÉRIO DE PEDROSO, DATADO DE 1937. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/ . ACEDIDO A: 10/10/2024.	145
FIGURA 54 - OBRA MUNICIPAL DA AVENIDA DO MOSTEIRO AO CEMITÉRIO NOVO, 1934. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/ . ACEDIDO A: 10/10/2024.	145
FIGURA 55 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE PEROSINHO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 18/11/2025.....	146
FIGURA 56 - CAPA DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE SÃO FÉLIX DA MARINHA. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/XARQDIGITALIZACAOCONTENT/PAGINADOCUMENTO.ASPX?DOCUMENTOID=262294&APLICACAOID=1&PAGINA=1&PAGELIST=0 . CONSULTADO A: 05/06/2025.	152
FIGURA 57 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE SANDIM. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 28/11/2024.	154
FIGURA 58 - MAUSOLÉU DEDICADO À NOSSA SENHORA DA SAÚDE NO CEMITÉRIO DE SANDIM. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.....	155
FIGURA 59 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE SANTA MARINHA. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	158
FIGURA 60 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 27 DE JULHO DE 1893. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=80048&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.....	163
FIGURA 61 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE SEIXEZELO, COM EPÍGRAFE «MEMÓRIA DOS AMIGOS DA PÁTRIA DO BRAZIL, 1891». FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.....	164
FIGURA 62 - DIGITALIZAÇÃO DE ATA DE 13 DE JULHO DE 1893. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=80046&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.	166
FIGURA 63 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE SERMONDE. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	167
FIGURA 64 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 31 DE AGOSTO DE 1855. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=77809&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.....	170
FIGURA 65 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 31 DE AGOSTO DE 1855. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=77809&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.....	171

FIGURA 66 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 28 DE MARÇO DE 1857. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=78283&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.....	174
FIGURA 67 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE SERZEDO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 18/11/2024.	177
FIGURA 68 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE VALADARES, COM NOME DA BENFEITORA «ANTÓNIA MARQUES DOS SANTOS». FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 19/11/2024.....	179
FIGURA 69 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE VILAR DE ANDORINHO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	183
FIGURA 70 - DIGITALIZAÇÃO DA ATA DE 10 DE AGOSTO DE 1893. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ARQUIVO.CM-GAIA.PT/RESULT.ASPX?ID=80050&TYPE=PCD . DATA DE ACESSO: 08/05/2025.....	186
FIGURA 71 - ENTRADA DO CEMITÉRIO DE VILAR DO PARAÍSO. FOTOGRAFIA DA AUTORA. DATA: 05/06/2025.	187
FIGURA 72 - FICHA MODELO DE CEMITÉRIOS.	219
FIGURA 73 - FICHA MODELO DE CEMITÉRIOS.	220
FIGURA 74 - FICHA MODELO DE CEMITÉRIOS.	220
FIGURA 75 - FICHA MODELO DE CEMITÉRIOS.	221
FIGURA 76 - FICHA MODELO DE CEMITÉRIOS.	221
FIGURA 77 - FICHA MODELO DE CEMITÉRIOS.	222

Índice de Tabelas

TABELA 1 - TABELA COM DADOS DE FUNDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE VILA NOVA DE GAIA. CRIADA PELA AUTORA. DATA: 07/04/2025.	80
---	----

Índice de gráficos

GRÁFICO 1 - LINHA DO TEMPO COM COORDENADAS IMPORTANTES SOBRE OS CEMITÉRIOS EM VILA NOVA DE GAIA.....	81
--	----

Introdução

Para obter o grau de mestre é obrigatório que haja um trabalho que demonstre uma vasta pesquisa realizada sobre um determinado tema, que pode trazer novos dados ou novas perspetivas à área de estudo. O mestrado de História da Arte, Património e Cultura Visual permite abordar as mais variadas temáticas e por isso decidimos realizar uma dissertação para, num primeiro momento, estudar e destacar o valor artístico das capelas-jazigo dos séculos XIX e XX nos cemitérios públicos de Vila Nova de Gaia. Sentimos que era necessário aprofundar várias lacunas por resolver em especial a do valor artístico dos cemitérios de Vila Nova de Gaia onde seriam estudadas as capelas-jazigo e as suas famílias, as oficinas para a encomenda destes modelos, bem como o estudo dos mestres-pedreiros contratados para estas construções. Esta temática acompanhou-nos ao longo de quatro meses até que compreendemos que não seria possível dar continuidade à mesma. Havia entraves para estudar este assunto, nomeadamente o facto de estes espaços serem de propriedade privada, dentro de um espaço público, o que dificultava o acesso à informação destas capelas e das famílias que as detinham. Outro obstáculo que impedia a análise destas obras era a falta de estudos sobre como surgiram os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia, o que nos levou a procurar saber sobre o assunto e inevitavelmente o tornássemos a temática da nossa dissertação.

Ao longo da nossa pesquisa decidimos estudar os cemitérios existentes em Vila Nova de Gaia, mas rapidamente compreendemos que teríamos de abordar os que não chegaram até aos nossos dias, como é o caso do cemitério do Convento de Santo António do Vale da Piedade, o cemitério de São Caetano e o cemitério da Serra do Pilar.

Para apresentar o presente estudo sobre a fundação e construção dos vinte e nove cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia, torna-se relevante enquadrar o surgimento deste tipo de cemitérios em contexto nacional.

Enquadramento dos cemitérios a nível nacional

Vítor Manuel Lopes Dias demonstra na sua obra como estes espaços surgem inicialmente e como se desenvolvem. Por vontade de D. Leonor surge a Santa Casa da Misericórdia, no ano de 1498¹. Esta instituição tinha como mote ajudar os mais carenciados e, também, enterrá-los, permitindo resolver questões de higiene². Rapidamente começaram a surgir “Misericórdias” pelo país que iriam sepultar vários indivíduos. Compreende-se que estas inumações eram realizadas com recurso a espaços como igrejas ou capelas destas instituições de caridade. A Igreja fazia questão de que houvesse mais espaços como catedrais ou templos para as ordens que enterravam os mortos³.

Os sepultamentos passam a ser feitos dentro das igrejas, abandonando assim o hábito de enterros em locais de propriedade privada como quintas e em campo aberto nas paróquias⁴. Apenas quando o espaço deixava de ser suficiente, se passavam a enterrar os defuntos no adro ou em redor da igreja. Os mais abastados tinham outro tipo de regalias, conseguindo comprar ou ter doações de espaços para o seu sepulcro. Quando se construía um convento ou uma igreja, os construtores deixavam espaço para capelas funerárias privadas⁵.

No século XVIII alguns nomes começaram a marcar posição sobre o tema das inumações dentro das igrejas como Pina Manique⁶ e, mais tarde, Ricardo Jorge⁷. Pina Manique tinha conhecimentos do que se realizava em França e como os ideais iluministas conseguiram decretar a proibição dos sepulcros em qualquer edifício, tornando também obrigatória a criação dos cemitérios públicos⁸. Este debate começou a tornar-se comum devido aos surtos das epidemias de cólera e tifo que surgiam no país, aumentando a mortalidade. Com os ideais liberais na Europa e, um pouco mais tarde

¹ DIAS, 1963: 79.

² DIAS, 1963: 70.

³ DIAS, 1963: 73.

⁴ DIAS, 1963: 74.

⁵ DIAS, 1963: 75.

⁶ DIAS, 1963: 80.

⁷ DIAS, 1963: 177.

⁸ Este decreto foi publicado por Napoleão em 1804. O decreto é de 12 de junho de 1804. Há ainda outro de 7 de março de 1808. Veja-se: DIAS, 1963: 81.

com a publicação de decretos em Portugal que tornavam obrigatórios a construção de cemitérios públicos, começa a verificar-se uma nova realidade. Começa um processo de laicização dos cemitérios, outrora muito ligados às igrejas. As questões de higiene e salubridade eram cada vez mais discutidas a nível nacional⁹.

Inicialmente, decretos como o de 21 de setembro de 1835 foram ignorados em várias regiões, dando lugar inclusive a revoltas como a da Maria da Fonte como iremos confirmar nesta dissertação. Vítor Dias descreve: *A derrota do Miguelismo e conseqüentemente do catolicismo ultramontano, aliado ao gradual enraizamento do novo estado liberal, permitiu a modernização dos preceitos de saúde pública, propiciando um novo olhar sob o tratamento dos mortos e à sua memória. Segundo o espírito das leis de saúde franceses, o poder liberal decretou que se deveriam estabelecer cemitérios públicos em todas as povoações (...)*¹⁰.

É também nesta legislação de 1835 que fica assente que a construção, manutenção, ampliação e funcionamento dos cemitérios públicos cabia às autarquias locais, Juntas ou Câmaras, como se confirma no Artº 6 do decreto de 1835 e mais tarde no Artº 49 do Código Administrativo de 31 de dezembro de 1940.

Com o enquadramento estudado, conseguimos avançar para a temática dos cemitérios de Vila Nova de Gaia, como objeto de estudo, parte de uma iniciativa individual motivada pela lacuna que identificamos nos estudos sobre os mesmos e que referimos acima. Neste contexto, salientamos os trabalhos realizados por Francisco Queiroz nos anos de 1998 e 1999, com os seus artigos¹¹, publicados por fascículos em revistas locais, sobre a grande maioria dos locais referidos neste estudo. No entanto, depois da leitura dos seus artigos sobre Vila Nova de Gaia, entendemos que há espaço para um trabalho mais fundamentado com recurso a fontes e que permita analisar o conjunto de todos os cemitérios públicos no concelho em análise.

⁹ DIAS, 1963: 84.

¹⁰ DIAS, 1963: 84.

¹¹ QUEIROZ, 1998; QUEIROZ, 1999.

A cidade do Porto apresenta já alguns estudos sobre os cemitérios, como verificaremos no estado da arte e promovem-se algumas iniciativas tendo sido, inclusive, criadas rotas para a realização de visitas aos cemitérios, apesar da resistência que se sente por parte da grande maioria da população portuguesa, como podemos verificar nas nossas visitas de campo aos cemitérios . Em 2005 o Porto integrou a *Association of Significant Cemeteries in Europe*, ou ASCE, que permite a divulgação e preservação de cemitérios distintos pela sua relevância artística e histórica na Europa¹². A ASCE é uma instituição que pretende auscultar e preservar os cemitérios com relevância artística por toda a Europa. Esta entidade assume que o seu principal objetivo é promover os cemitérios europeus como parte do património da humanidade. No *website* é ainda apresentada uma página com trabalhos académicos relacionados com o tema, redirecionando ainda para o grupo de investigação sobre cemitérios ou *Cemetery Research Group*¹³, um grupo mais centrado no estudo dos cemitérios no Reino Unido. Esta integração implica uma maior preservação e cuidado para com estes espaços por parte da instituição, motivando os municípios a conhecer e compreender o seu património, preservando o mesmo.

A Câmara Municipal do Porto apresenta iniciativas como o *Ciclo Cultural dos Cemitérios do Porto*, onde promove visitas guiadas aos cemitérios mais emblemáticos da cidade¹⁴. Este tipo de eventos tem sido cada vez mais valorizado não só pela comunidade académica, mas também de uma forma geral, acolhendo os mais variados interessados na história dos espaços ou de figuras emblemáticas enterradas nos mesmos. Quanto à produção de conteúdo sobre esta temática, a Câmara Municipal do Porto apresenta roteiros disponíveis *online* para os cemitérios monumentais¹⁵, bem como páginas no *website* da Câmara Municipal do Porto para cada espaço. Pretendemos ainda que sejam replicadas iniciativas como as que são realizadas pela

¹² BESSA, 2012: 13.

¹³ Veja-se: <https://www.cemeteryresearch.org/>. Consultado a 10/03/2025.

¹⁴ É de mencionar que estas visitas guiadas são realizadas apenas ao Cemitério do Prado do Repouso e ao Cemitério de Agramonte, ambos reconhecidos como cemitérios monumentais desde o ano de 2005. Para mais informações veja-se: <https://ambiente.cm-porto.pt/cemiterios/visitas-guiadas-xv-ciclo-cultural-dos-cemiterios-do-porto>. Consultado a 15/04/2025.

¹⁵ Note-se que não atribuímos esta designação, é assim designado segundo a ASCE.

Câmara Municipal do Porto como as suas visitas guiadas ou a inserção de algum destes espaços na rota cemiterial europeia.

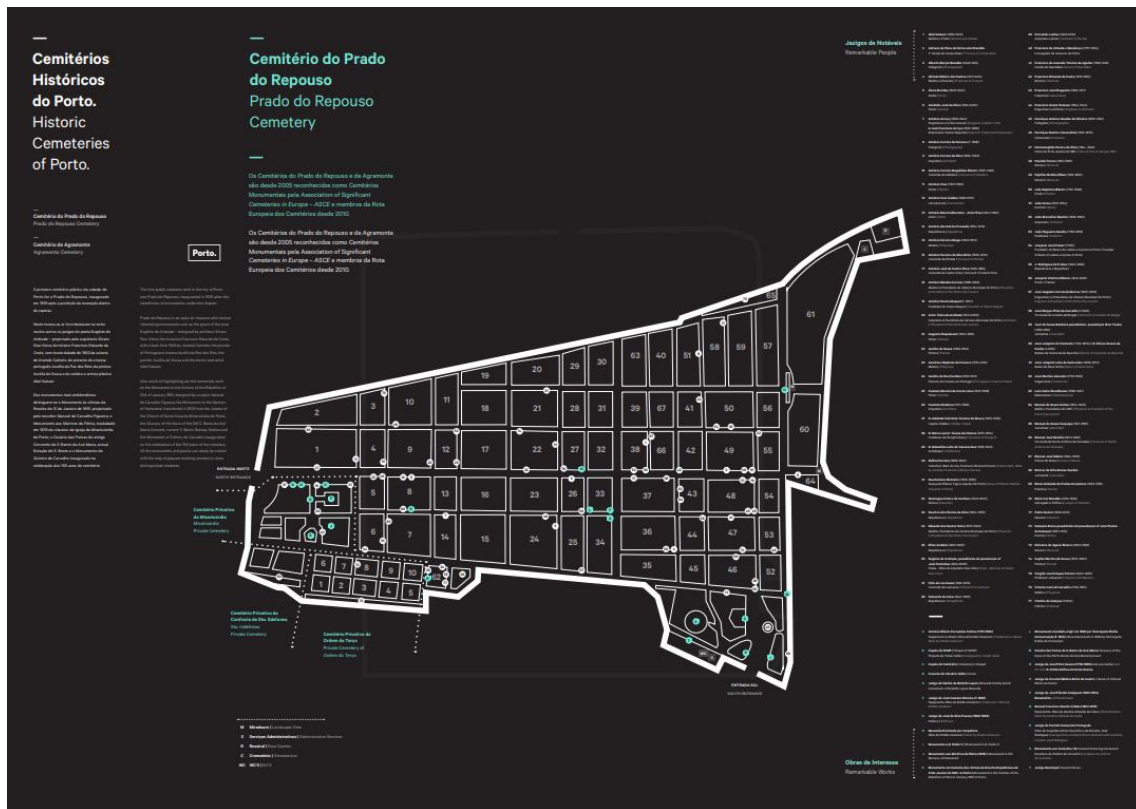


Figura 1- Roteiro do Cemitério do Prado do Repouso criado pela Câmara Municipal do Porto. Disponível em: https://ambiente.cm-porto.pt/cemiterios/cemiterio-do-prado-do-reposo_1. Data de acesso: 01/05/2025



Figura 2 - Roteiro do Cemitério de Agramonte criado pela Câmara Municipal do Porto. Disponível em: <https://ambiente.cm-porto.pt/cemiterios/cemiterio-de-agramonte-1>. Data de acesso: 01/05/2025

Decidimos abordar esta realidade da cidade do Porto dada a proximidade geográfica do nosso caso de estudo, mas também porque compreendemos que o trabalho de valorização do património cemiterial realizado pela Câmara Municipal do Porto pode ser aplicado como modelo em Vila Nova de Gaia e outras regiões. Esta instituição conseguiu aproveitar o interesse dos cidadãos e mobilizou iniciativas como as visitas guiadas gratuitas.

Neste sentido, propomos com esta dissertação compreender como surgiram os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia. Esta problemática levanta outras questões relacionadas com o local onde surgem, de que forma, em que contexto e se há uma ligação com as epidemias sentidas no século XIX que motivaram um discurso higienista, já em marcha, motivado pelos ideais iluministas que proliferavam. Estes começam a surgir precisamente na mesma altura em que se publica a, já referida, legislação inicial em 1835 para os cemitérios em Portugal.

Pela extensão da nossa proposta, não foi possível estudar os arquivos de todas as Juntas de Freguesia deste concelho, já que careciam de marcação para consulta local dos documentos. A esta situação acresce o facto de realizarmos esta dissertação com o estatuto de trabalhador-estudante que acaba por levar a uma gestão de tempo mais restrita, dificultada pela referida falta de respostas. Para resolvermos a situação decidimos que seria essencial a consulta de arquivos disponíveis em linha, como o caso do Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner de Vila Nova de Gaia.

O enquadramento temporal para este trabalho prende-se maioritariamente com o século XIX e XX. O enquadramento espacial é a nível local, em Vila Nova de Gaia, cujo território do concelho será abordado no capítulo 2 de forma a compreender o espaço onde se inserem estes objetos de estudo.

Objetivos gerais e específicos

Como objetivo geral desta dissertação pretende-se contribuir para uma temática pouco abordada, tanto a nível nacional como local. Consideramos esta área de estudos sobre o património cemiterial de elevadíssima importância para a compreensão dos caminhos percorridos na perceção da morte, relação com a mesma, organização territorial, das populações e movimentos no âmbito da cultura funerária portuguesa. O intuito prende-se com a identificação dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia e a compreensão de motivação, externa à legislação, para a sua criação, como as epidemias de cólera e tifo. Temos ainda a intenção de procurar compreender em que freguesias surgem os primeiros cemitérios e se há uma ligação com as epidemias deste século XIX.

Como objetivos específicos entendemos ser relevante compreender o espaço cemiterial no contexto urbano, conceitos ligados à temática, identificação dos cemitérios em Vila Nova de Gaia e a determinação de dados concretos sobre estes locais, como datas de construção e de ampliação, entre outras. Procuramos valorizar estes locais com o nosso estudo recorrendo a uma tentativa de compreensão da sua história.

Metodologia e estruturação da dissertação

Para iniciar a pesquisa de informação tornou-se imprescindível a compreensão do espaço cemiterial, tanto a nível nacional como internacional. Esta etapa inicial, que permitiu auscultar a dimensão do trabalho e estruturá-lo da melhor forma, foi realizada tanto com recurso a visitas de campo como com consulta de bibliografia, levando a uma extensa pesquisa nos arquivos municipais e bibliotecas de Vila Nova de Gaia tais como: o Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner, a Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia e o Solar de Condes de Resende. Foi ainda relevante procurar informação nos repositórios científicos, como o Repositório Aberto da Universidade do Porto e outros. Esta pesquisa foi realizada no máximo de instituições possíveis de forma a encontrarmos toda a informação existente sobre os nossos objetos de estudo. A recolha permitiu encontrar informação que ainda não tinha sido abordada anteriormente. Assim, foi possível contribuir para a narrativa dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia.

De forma a organizar a informação recolhida, sentimos necessidade de recorrer a plataformas como o Excel para a criação de fichas de inventário de cada cemitério, cujo modelo deixamos disponível em apêndice. Estas fichas não vão ser apresentadas nesta dissertação, já que foram criadas apenas como um instrumento para organização da informação recolhida. Contudo, gostaríamos de deixar claro que foram estas fichas que permitiram a criação do capítulo 2, onde apresentamos toda a informação sobre os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia. Abaixo podemos verificar um exemplo de uma das fichas realizadas que usamos para a recolha e organização de informação.

FICHA DE CEMITERIO DE MAFAMUDE	
NOME	Cemitério de Mafamude
ID ATRIBUIDO	MAF01
LOCALIZACAO	Rua de Raimundo de Carvalho, n242, 4430-458
FREGUESIA	União de Juntas de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso
MAPA DO LOCAL	
FOTOGRAFIA AÉREA	

Figura 3 - Ficha do Cemitério de Mafamude. Criada pela autora. Data: 05/10/2024.

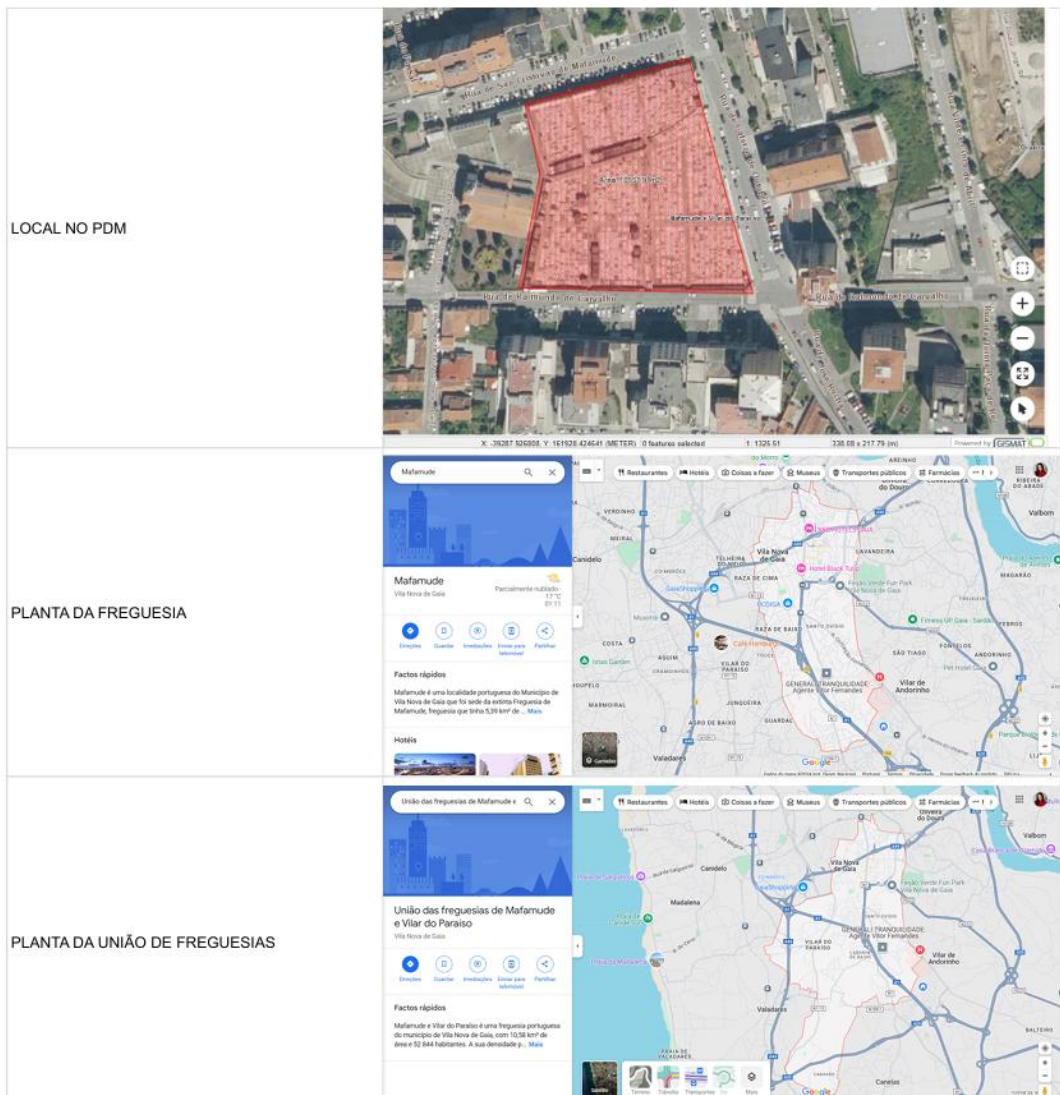


Figura 4 - Ficha do cemitério de Mafamude, continuação. Criada pela autora. Data: 05/10/2024.

PROPRIEDADE	União de Juntas de freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	Segunda-feira a sábado: 08:00h -17:00h Domingos e feriados: 08:00h-13:00h
CONTACTOS	22 715 1090
PRIMEIROS ENTERROS	1855
PRIMEIRAS CONCESSÕES	1864
PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES	1864
DE ADRO?	Sim
DISTÂNCIA ATÉ PROX. IGREJA	A 130m, junto à Igreja Paroquial de Mafamude (41.1254586,-8.6054451), seguindo para sul para o Largo São Cristóvão Mafamude onde está a igreja.
IMPORTÂNCIA	De grande importância dado que foi dos primeiros a ser construído
DIMENSÃO	10060 m2
MEIO DE REPRODUÇÃO	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Bom
CONSTRUTOR	- Mestre-pedreiro Manoel de Oliveira dos Santos Baptista - Pedreiro Fernando Pereira da Silva
BENFEITOR/DONO DO TERRENO	Manuel da Silva e Castro era dono do terreno que foi doado à junta
DESCRIÇÃO	Cemitério de dois patamares. É o mais antigo de Vila Nova de Gaia e por isso é de grande importância para o nosso estudo. Tem sepultadas personalidades bastante importantes para o concelho, como é o caso do túmulo de António Soares dos Reis.
ASSINATURAS	- Francisco de Castro
INSCRIÇÕES	Sem informação
JAZIGOS	- Capela-jazigo de família Pessanha da Costa - Capela-jazigo de família Sousa Oliveira - Capela-jazigo de família Teixeira Silva - Capela-jazigo de família de Joaquim Alberto Figueiredo - Capela-jazigo de família de Correia Ribeiro - Capela-jazigo de família de Augusto da Rocha Romariz - Construída por Francisco de Castro
MESTRES DE OBRAS	- Francisco de Castro - A. P. Afonso - António S. Coraige
ANEXOS/ CONTEUDOS	Revista Egreja Lusitania Catholica, Apostólica e Evangélica nº2 - Disponível em https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/295528/?q=cemit%C3%A9rio+mafamude

Figura 5 - Ficha do cemitério de Mafamude, continuação. Criada pela autora. Data: 05/10/2024.

OBSERVAÇÕES	<p>Segundo Francisco Queiróz, no ano de 1802, o Sr. Manuel Joaquim Pereira Valente comprou um terreno no local do atual cemitério de Mafamude para uma sepultura. Este local seria o adro da Igreja Paroquial de Mafamude.</p> <p>No Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia existem algumas atas e documentos sobre este cemitério.</p> <p>Em 1840 uma ata menciona que não há dinheiro nos cofres já que tiveram de pagar o cemitério. Esta ata não menciona em específico este cemitério, contudo, pensamos que seria este por ser o mais antigo.</p> <p>Em 1850 a Junta de Freguesia de Mafamude, contrata um coeiro. Este facto atestava a grande mortalidade da altura.</p> <p>Apenas em 1855 se refere a compra de um terreno no adro da igreja de Mafamude, processo acelerado pela epidemia de cólera que matava imensos indivíduos.</p> <p>Em 1864, a Sra. Maria Alves dos Santos Bastos, viúva do Sr. José Fernandes de Magalhães Basto, pede autorização para a construção de carneiros, mausoléus e capelas, a poente, neste cemitério.</p> <p>No ano de 1875 temos uma ata de 6 de agosto onde é pedida uma vistoria aos terrenos, a pedido do Sr. António de Sousa de Melo. Não se sabe o que motivou este pedido.</p> <p>No ano de 1876 a Junta compra mais terreno ao Sr. Manuel da Silva Castro.</p> <p>Em 1877 a Junta lança uma nova tabela de emolumentos já que a adesão do espaço foi maior, sobretudo coma novidade da construção de espaços como capelas ou mausoléus.</p> <p>No ano de 1884, no mês de dezembro, a Junta pede à Câmara ajuda para ampliar o cemitério. O espaço já não é suficiente.</p> <p>Em 1886 a Junta pede novamente à Câmara um subsídio para ajudas de custo para a ampliação do cemitério deixando já um orçamento estabelecido de cem mil reis.</p> <p>Em 1892 constrói-se o portão do cemitério e gradeamentos.</p> <p>Em 1917 dá-se uma nova e ampliação.</p> <p>A última dá-se no ano de 1979, apesar de existirem estudos já no ano de 1974 como se comprova na ata nº11.</p> <p>Em 1970 há uma deliberação sobre a prescrição de jazigos do cemitério.</p>
FONTES/REFERÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 7 nº 45 junho de 1998 p. 54-62; - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 7 nº 46 dezembro de 1998 p. 23-35; - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 7 nº 47 de junho 1999 p. 45-57; - "O ferro na arte funerária do Porto oitocentista. O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 1833-1900." Tese de Mestrado em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Francisco Queiroz - Revista "Egreja Lusitana Catholica, Apostólica e Evangélica (Na capella de S. João Evangelista) nº 2 de 1895, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/295528/?q=cemite%C3%A9rio+mafamude - Homenagem a Diogo Cassels pelos antigos alunos da Escola do Torne, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/299311/?q=conteudo%3A%28cemite%C3%A9rio%29 - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 14, nº 89 dezembro de 2019 - https://www.mafamudevilarparaiso.pt/wp-content/uploads/2022/01/regulamento_cemiterios2.pdf - Vistoria ao cemitério a pedido de António de Sousa Melo em 1875, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/322376/?q=conteudo%3A%28cemite%C3%A9rio%29 - Pedido de ajuda para ampliar o cemitério, em 1884, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/323279/?q=conteudo%3A%28cemite%C3%A9rio%29 - Pedido de subsídio para ampliação do local, em 1886, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/323205/?q=conteudo%3A%28cemite%C3%A9rio%29 - Deliberação de prescrição de jazigos, em 1970, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/309883/?q=conteudo%3A%28cemite%C3%A9rio%29 - Aprovação de estudos para ampliação do cemitério, em 1974, disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/311714/?q=conteudo%3A%28cemite%C3%A9rio%29 - Regulamento dos cemitérios da união de junta de freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, disponível em: https://www.mafamudevilarparaiso.pt/wp-content/uploads/2022/01/regulamento_cemiterios2.pdf

Figura 6 - Ficha do cemitério de Mafamude, conclusão. Criada pela autora. Data: 05/10/2024.

A presente dissertação encontra-se dividida em dois grandes capítulos, para além da introdução e contributos finais.

O primeiro capítulo aborda a origem da palavra cemitério. De seguida apresenta um contexto para o tema dos cemitérios a nível nacional, recuando ao terramoto de 1755 em Lisboa para destacar que aí se começa a pensar na questão da salubridade pública. Verificamos obras que defendiam as inumações em espaços cemiteriais e não em templos, bem como cartas que comprovavam a posição de alguns cidadãos comuns e outras personalidades como Pina Manique. Entendemos que, à escala nacional, há tentativas de estabelecimento dos cemitérios públicos ainda antes da publicação do

decreto de 1835 para a construção de cemitérios como se verifica pelo cemitério de Vila Real de Santo António. Este capítulo integra um subcapítulo para a legislação dos cemitérios públicos onde fazemos uma leitura do primeiro decreto publicado a 21 de setembro de 1835 e a análise do mesmo. Deste decreto partimos para a menção da revolta da Maria da Fonte que demonstra a resistência sentida em especial no norte do país. Mencionamos ainda os cemitérios do Porto que abriram o caminho para a criação dos cemitérios nas regiões próximas como é o caso de Vila Nova de Gaia, o nosso caso de estudo.

Para este capítulo sentimos a necessidade de recorrer a bibliografia abrangente de forma a conseguir enquadrar a temática, bem como à legislação. Tentamos contextualizar o leitor para o início da história dos cemitérios públicos, incluindo alguns acontecimentos que motivaram o pensamento sobre a criação dos cemitérios públicos em Portugal e em Vila Nova de Gaia.

O segundo capítulo é o maior e mais significativo pois apresenta como surgiram os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia. Começamos por abordar o território gaiense de forma a compreender o porquê de alguns cemitérios de algumas freguesias estarem menos estudados, como o caso de Lever que apenas foi anexada a Vila Nova de Gaia em 1926. É ainda essencial compreender o território pois cabe à administração local a construção, manutenção e funcionamento dos seus cemitérios. Assim, para cada freguesia apresenta-se a informação auscultada e conjugada para criar uma narrativa baseada em fontes para cada cemitério público.

Esta parte do nosso estudo apresenta um grande volume de imagens, tanto fotografias dos cemitérios como atas da Câmara que identificamos no Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner, que sentimos que deveriam ser apresentadas ao longo do texto. As nossas imagens estão devidamente identificadas e as restantes apresentam a devida fonte. Recorremos a estudos como os artigos de Francisco Queiroz, monografias de Francisco Barbosa da Costa e artigos de Virgília Braga da Costa para complementar a informação e cruzar dados obtidos.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner e no Solar de Condes de Resende procedemos à pesquisa de documentos como atas camarárias, legislação, monografias de cada freguesia e cartografia do território de forma a estabelecer as cronologias para cada cemitério estudado, com a maior precisão possível. Pretende-se, em suma, com esta dissertação criar um documento síntese dos cemitérios públicos de Vila Nova de Gaia, extintos ou não, realizando uma recolha documental e recorrendo à criação de dados visuais.

Estado da Arte

Para estudar a temática dos cemitérios em Vila Nova de Gaia torna-se relevante compreender de que forma é compreendido o cemitério, assim como o seu enquadramento. É importante compreender o que se escreveu sobre a temática, tanto na área de estudos da história da arte, como em outros. Há ainda a necessidade de verificar como são tratados estes espaços na legislação e como eram percecionados pela população na altura em que são criados.

Em Portugal os cemitérios públicos, tais como os conhecemos hoje, começam a surgir no século XIX, devido à legislação e crescentes esforços por parte de alguns médicos e até cidadãos como verificamos antes.

A *Revista dos Monumentos Sepulchraes* de 1868 é um exemplo de uma publicação dedicada ao tema¹⁶. Esta revista lançava números de duas em duas semanas e neles publicava-se sobre túmulos, inscrições dos mesmos, a quem pertenciam, oficinas a que foram encomendados, descrição artística, crónica dos cemitérios, e ainda agradecimentos a quem contribuiu.

Outros tipos de revistas abordam temáticas semelhantes. Veja-se o exemplo da revista *A Construção Moderna* nº 9, de 1 de junho de 1900, com o túmulo do Visconde

¹⁶ BESSA, 2012: 10.

de Valmor¹⁷, encomendado para o cemitério do Alto de São João em Lisboa. Esta revista de arquitetura acaba por demonstrar que há uma atração, bem como uma valorização e reconhecimento por estas obras.

No ano de 1963 é a vez de Vítor Manuel Dias¹⁸, que lança uma monografia de cemitérios e jazigos intitulada *Cemitérios: jazigos e sepulturas*¹⁹. Apresenta capítulos distintos abordando a evolução das inumações e rituais, a arte tumular, a higiene e salubridade, questões jurídicas especiais bem como legislação. Esta obra foi escrita na altura do Estado Novo pelo que aborda a proibição da cremação, alegando que o crematório do cemitério do Alto de São João estava indisponível por avaria. Compreendemos que isto não correspondia à verdade e era apenas uma forma de manter a inumação como método preferencial do cristianismo. O capítulo da arte tumular traz especial atenção à quantidade de obras artísticas que existem nos cemitérios ou relacionadas com a morte. O autor aborda as arcas tumulares, em especial as dos reis e rainhas, santuários, capelas mortuárias e lápides como parte do nosso património artístico nacional que deve ser preservado.

Alda Bessa²⁰ menciona na sua dissertação que a exposição fotográfica do cemitério do Prado do Repouso designada por *Arte e Silêncio*, foi realizada no Arquivo Histórico Municipal do Porto no ano de 1989²¹, e que deu lugar a um catálogo²².

No ano de 1996 é a vez de Maria de Fátima Ferreira²³ escrever uma tese de doutoramento, intitulada de *A Luta contra os cemitérios públicos no século XIX*²⁴, sobre

¹⁷ Pertence aos Viscondes de Valmor e foi criado pelo arquiteto Álvaro Machado (1874-1944). O arquiteto frequentou o curso de desenho e depois de o terminar inicia o curso de arquitetura civil, ambos em Belas Artes em Lisboa. Ainda sem ter terminado o curso começa a trabalhar para o Ministério das Obras Públicas onde trabalha com Rosendo Carvalheira, Ventura Terra, Domingos Parente da Silva e Leonel Gaia. Era um profissional ativo na comunidade artística que chegou inclusivamente a participar na Sociedade Nacional de Belas Artes em 1900. Fundou ainda a Sociedade dos Arquitetos Portugueses.

¹⁸ Foi secretário do Governo Civil do Porto.

¹⁹ DIAS, 1963.

²⁰ Mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²¹ Esta exposição deu lugar a um catálogo.

²² Veja-se: *Arte e Silêncio* do Arquivo Histórico Municipal do Porto.

²³ Doutora pela Universidade de Paris, Sorbonne, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

²⁴ FERREIRA, 1996.

como houve uma resistência forte na criação dos cemitérios públicos a nível nacional, ao contrário do que se fazia sentir na restante Europa.

Entre 1990 e o ano de 2000, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa²⁵ torna-se um grande adepto da temática dos cemitérios, circunscrevendo a sua área de investigação ao Porto. Publica vários artigos sobre a temática como *Vultos de Vila Nova de Gaia nos Cemitérios Municipais Portuenses*²⁶ em 1994; *A transferência dos restos mortais de Francisco de Almada e Mendonça para o Cemitério do Prado do Repouso*²⁷ em 1994; *Ser e estar perante a morte no Porto dos séculos XIX e XX*²⁸: reflexos no Património Cemiterial²⁹ em 1994; *Subsídios para uma iconografia da morte no Porto do século XIX*³⁰ em 1994; *Alguns elementos para o estudo dos Cemitérios do Porto: III - Notas de alguns bens móveis relacionados com o Cemitério do Prado do Repouso*³¹ em 1996; *Carros funerários, plantas, alçados de jazigos e de outras construções oitocentistas no cemitério do Prado do Repouso*³² em 1999. O seu grande trabalho desta temática foi entregue para a conclusão do seminário da licenciatura sobre os cemitérios municipais do Porto, nomeadamente o do Prado do Repouso e de Agramonte³³. Apresenta uma perspetiva sobretudo documental e de preservação patrimonial. No ano 2000 podemos ler sobre *Monumentos à saudade: Jazigos de brasileiros em cemitérios portuenses*³⁴ do mesmo autor que apresenta algumas capelas-jazigo de indivíduos importantes.

²⁵ Doutor em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor catedrático da Escola de Artes da Universidade Católica Portuguesa.

²⁶ SOUSA, 1994a.

²⁷ SOUSA, 1994b.

²⁸ SOUSA, 1994c.

²⁹ SOUSA, 1994d.

³⁰ SOUSA, 1994e.

³¹ SOUSA, 1996.

³² SOUSA, 1999.

³³ BESSA, 2012: 12.

³⁴ SOUSA, 2000.

Fernando Catroga³⁵ descreve em *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e o culto cívico dos Mortos em Portugal*³⁶ os sepulcros nos adros de igrejas bem como questões de salubridade e como os cemitérios românticos surgem. Trata como evolui o cemitério público em Portugal.

Em 1997, Francisco Queiroz apresenta a sua perspetiva na sua dissertação de mestrado *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista. O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 1833-1900*³⁷ onde estuda a temática do ferro no cemitério da Lapa no Porto. Em 2002 defende a tese de doutoramento que dá continuidade ao tema sobre os cemitérios românticos do Porto, cujo título é: *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*³⁸. O autor acaba por colaborar com a Câmara Municipal do Porto em visitas guiadas aos cemitérios nos anos de 2003-2007. Na sua obra "*Contributo para a história dos cemitérios em Gaia*³⁹" apresenta a história dos cemitérios em Vila Nova de Gaia. Segundo o autor apenas na década de 1880 e 1890 surgem os primeiros cemitérios nesta região.

No ano de 2013 o autor Jorge Espanhol⁴⁰ estuda o cemitério de Canelas e apresenta uma proposta para a sua reorganização e integração das capelas mortuárias de uma perspetiva arquitetónica. A sua dissertação intitula-se por *A Cidade dos Mortos: O caso do cemitério de Canelas*⁴¹.

³⁵ Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador, antigo docente da FLUC, *Doutor Honoris Causa* pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História, recebeu ainda medalha da Ordem Militar de Santiago de Espada de Portugal por mérito científico.

³⁶ CATROGA, 1999.

³⁷ QUEIROZ, 1997.

³⁸ QUEIROZ, 2002.

³⁹ QUEIROZ, 1998; QUEIROZ, 1999.

⁴⁰ Realizou o Mestrado Integrado em Arquitetura na Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologia da Informação da Universidade Lusófona. Integra o Centro Democrático Social em Vila Nova de Gaia.

⁴¹ ESPANHOL, 2013.

Em 2020, Lisboa foi a Capital Verde Europeia⁴², prémio atribuído pelo progresso a nível ambiental. O apoio financeiro deste prémio permitiu a criação de algumas iniciativas por parte da Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa. É neste contexto que é criada uma exposição do Cemitério dos Prazeres de Lisboa com o nome *Flores de Pedra*⁴³. Esta exposição acabou por dar lugar a um livro⁴⁴. A exposição e o livro apresentam a botânica enquadrada no mundo cemiterial.

No ano de 2024, ainda enquanto produzíamos conteúdo sobre o tema, era defendida uma dissertação sobre a proteção dos cemitérios por parte de Maria João Viana Henriques intitulada de *Classificar cemitérios em Portugal: Uma questão enterrada?*⁴⁵. Neste trabalho é possível verificar o processo de classificação de um objeto a nível nacional, bem como prazos e burocracias, e como o património cemiterial é abordado no país quando produz a dissertação. Os seus casos de estudo são o cemitério da Lapa do Porto e o cemitério da Conchada em Coimbra.

Atualmente, a Câmara Municipal de Lisboa é uma das que mais produz conteúdo sobre esta temática. Seja sob a forma de boletins culturais temáticos⁴⁶ ou com a realização da semana cultural dedicada aos cemitérios. Torna-se claro que o património cemiterial apresenta cada vez mais seguidores e interessados o que acaba por dar a conhecer o nosso património, promovendo-o e salvaguardando-o. Isto confirma-se com a iniciativa de Francisco Queiroz que trabalhou na proposta da proteção de catorze cemitérios dos quais destacamos o cemitério da Lapa no Porto que é Monumento de Interesse Público desde o ano de 2013. Instituições como a ASCE e a *European*

⁴² Veja-se: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/lisboa-capital-verde-europeia-2020>. Consultado a 01/05/2025.

⁴³ Veja-se a exposição neste vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ZjZl8XaqcOk>. Consultado a 01/05/2025. Ainda sobre a autora: <https://www.cemeteryresearch.org/scholars/gisela-monteiro/>.

⁴⁴ Obra disponível de forma digital. Veja-se: https://issuu.com/dgc.cml/docs/flores_de_pedra_-_cata_logo-amostra-2_edic_a_o-b. Consultado a 01/05/2025.

⁴⁵ HENRIQUES, 2024.

⁴⁶ Os boletins culturais com a temática “Cemitérios”, que podemos ler de forma digital no seu *website*⁴⁶, são publicações temáticas publicadas bianualmente e contam, no momento deste estado da arte, com cinco volumes com várias participações. Apresentam textos sobre jazigos e os seus proprietários, bem como analisam a simbologia de imagens utilizadas recorrentemente na arte tumular. São ainda entrevistados trabalhadores dos cemitérios e demonstradas iniciativas relacionadas com a mesma temática.

*Cemeteries Route*⁴⁷ ou Rota Europeia de Cemitérios, certificada desde 2010 pela *Cultural Routes of the Council of Europe*⁴⁸ ou Rotas Culturais do Concelho da Europa são importantes para este tipo de propostas, já que permitem uma maior visibilidade juntamente com os restantes cemitérios destas rotas. Os objetivos principais destas entidades prendem-se com a preservação, promoção e educação sobre os cemitérios europeus.

Importa ainda destacar que existem iniciativas sob variadas formas para a abordagem deste tema a nível nacional. Destacamos o colóquio *Saudade Perpétua*⁴⁹ e ainda a revista científica *Romanthis*⁵⁰ que foi publicada pela primeira vez no primeiro colóquio já mencionado em 2022. Foram publicados outros números ainda em 2023 e 2024.

Decidimos estudar Vila Nova de Gaia pela dimensão do concelho e acima de tudo pela falta de estudos ligados aos cemitérios deste local. A acrescentar a este motivo, temos o facto de Vila Nova de Gaia ter uma história conturbada, ora sob o domínio do Porto, ora novamente independente ao longo de vários séculos. Esta flutuação permite compreender o porquê de alguns territórios deste concelho terem uma história menos estudada e outros com maior informação. A sistematização de factos sobre os nossos objetos de estudo pode estar menos difundida, exatamente por este motivo. Para tratar o território entendemos que seria importante verificar os fascículos designados por “História de Gaia”, uma revista⁵¹ datada de 1983 criada pelo Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia com nomes como o do historiador Gonçalves Guimarães e Francisco Barbosa da Costa. Este entendimento foi ainda complementado com recurso à legislação dos cemitérios.

⁴⁷ Veja-se: <https://cemeteriesroute.eu/about-cemeteries-route.aspx>. Consultado a 10/03/2025.

⁴⁸ Veja-se: <https://www.coe.int/en/web/portal/home>. Consultado a 10/03/2025.

⁴⁹ O primeiro colóquio foi realizado em Vila Nova de Gaia no ano de 2016.

⁵⁰ Segundo o *website*: “revista científica de acesso aberto sobre o Longo Século XIX no Mundo Português, entendido num sentido lato, enquadrando quatro grandes vertentes: História, Arte, Cultura e Património”.

⁵¹ Veja-se *História de Gaia* – Revista de História e Arqueologia do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, de 1983.

Por fim, pretendemos contribuir com esta dissertação sobre os cemitérios públicos de Vila Nova de Gaia para que possa despertar alguma curiosidade sobre a temática do património cemiterial não só para os gaienses, mas também para outros nas suas regiões, aumentando as análises dos mais variados casos de estudo. Com este trabalho conseguimos deixar uma base de conhecimento para a história dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia, que nos permite mais tarde iniciar uma pesquisa na temática inicialmente desejada, as capelas-jazigo destes cemitérios. Destacamos que foi essencial trabalhar as fontes como as atas camarárias e atas das Juntas de Freguesias de forma a conseguir obter maior informação e com mais rigor sobre estes objetos de estudo. Assim, também foi possível entender os cemitérios de uma perspetiva alargada e num todo, comparando assim os objetos distintos num só concelho, observando diferenças e semelhanças. Apenas com estes dados poderíamos avançar futuramente para um estudo rigoroso e detalhado das capelas-jazigo, das famílias que as encomendavam e os seus mestres de obras. Com o modelo criado para a recolha de organização de informação torna-se possível adaptar e criar fichas de capelas-jazigo e informação associada. Ainda com o nosso contributo conseguimos uma visão abrangente dos cemitérios do concelho de Vila Nova de Gaia possibilitando novas leituras e verificação de similaridades ou individualidades.

1. Os cemitérios

Para que fosse possível compreender os cemitérios em Vila Nova de Gaia, era fundamental perceber o território do concelho em geral, a sua origem e mutações no tempo. O nosso intuito é entender como os cemitérios públicos surgem tanto a nível nacional, como mais especificamente em Vila Nova de Gaia.

O termo cemitério provém da palavra grega *koimeterion*, que significa dormitório e surge do verbo *koimao* que se traduz para dormir ou descansar⁵². Esta palavra dá origem a *cometerium* que em latim significa cemitério⁵³.

Sabemos que, para Portugal, o surgimento dos cemitérios como espaço público foi um processo lento, como consequência de uma sociedade que mantinha uma fortíssima ligação com a Igreja. Existiu ainda um acontecimento único que permitiu o ajuste da legislação no sepultamento. Falamos do terramoto de 1755⁵⁴, um fenómeno “*sem história, sem passado, numa palavra sem intervenção humana*”⁵⁵. Foram muitas as vidas que se perderam em Lisboa⁵⁶, bem como grande parte das habitações e igrejas. Com esta situação surge a preocupação de como enterrar os cadáveres, algo que levou a que várias ordens religiosas e a Câmara de Lisboa se reunissem para analisar soluções. Inicialmente, e como medida a curto prazo, apenas foi possível atirar os corpos ao rio Tejo atados por pedras de forma a evitar contágios. Na sequência da falta de resposta de alguns e à fuga de outras figuras políticas, o Marquês de Pombal acaba por assumir uma posição fulcral com a sua visão mais moderna e pragmática⁵⁷. Contudo, quando

⁵² Como podemos confirmar no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de 1952.

⁵³ Segundo o Dicionário Infopédia. Veja-se: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cemit%C3%A9rio>.

⁵⁴ Este terramoto ocorreu a 1 de novembro de 1755 com o seu epicentro perto da costa meridional da Península Ibérica. Como se celebrava o Dia de todos os Santos havia imensa gente na rua e ainda mais nas igrejas.

⁵⁵ D'ARAÚJO, 1987: 327.

⁵⁶ D'ARAÚJO, 1987: 327-328, leia-se: “*No ano de 1755, a manhã do dia consagrado à evocação de todos os Santos despertava amena e cálida. As ruas da capital registavam o habitual corrupio dos dias de festa litúrgica. Nas igrejas uma multidão de fiéis seguia o ofício divino quando, pouco passava das 9h30m, um «rugido medonho» se fez ouvir acompanhado de três violentos impulsos de terra (...) Os testemunhos mais prudentes e ponderados apontam para 10 a 12 mil vítimas, perto de quatro por cento da população urbana*”.

⁵⁷ *Ibidem*: 329.

confrontado sobre o que fazer em relação ao grande número de mortos, o engenheiro-mor Manuel da Maia apenas solicitava para esperar alguns dias de forma a não haver epidemias quando se remexessem os corpos⁵⁸. À semelhança do que ocorreu em 1666 em Londres⁵⁹, surge uma oportunidade de planeamento novo para a cidade de Lisboa. Havia uma urgência em reabilitar o espaço da cidade, o que permitia também adaptar os locais de enterro.

Foram várias os indivíduos que tentaram demonstrar o perigo destas inumações em igrejas. Na obra “Tratado da Conservação da Saúde dos Povos” de 1756 o médico António Nunes Sanches⁶⁰ (1699-1783) afirma-se contra as inumações nos templos, alegando que o calor da igreja, os fumos das velas e os odores dos cadáveres tornam o ar impuro⁶¹. Recorre ao concílio bracarense de 709 d.C. e a médicos da época para justificar.

No ano de 1766 a realidade dos cemitérios já se encontra presente ao nível da implementação pelo mesmo grupo de estudiosos que reconstruiu Lisboa. A formação destes engenheiros foi fundamental para a criação do cemitério de Vila Real de Santo António, um local onde era possível riscar um projeto moderno já que a cidade foi também projetada de raiz, localizando-se fora do aglomerado urbano e com um desenho inovador, nomeadamente pensando a circulação do ar⁶². No artigo de Maria Manuel Oliveira vemos as plantas deste «semitério» que tinha uma capela para inumações dos mais abastados.

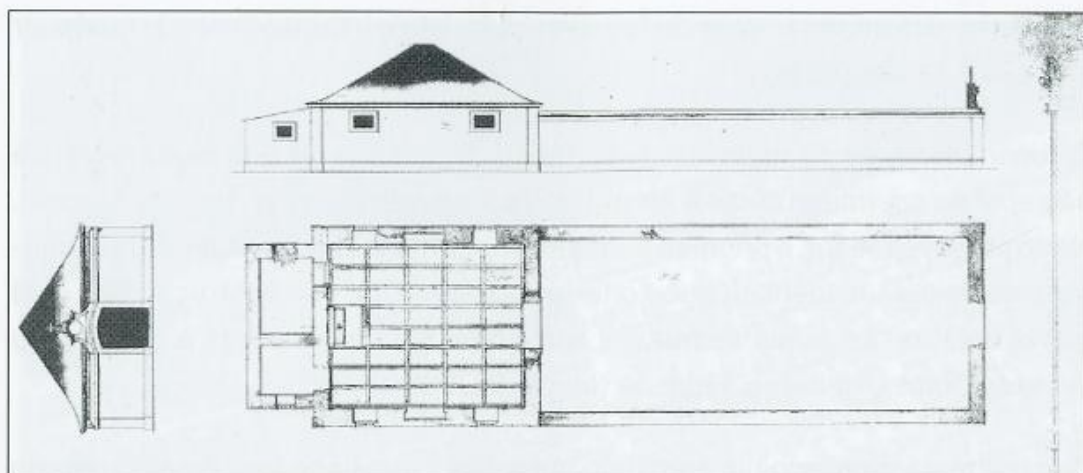
⁵⁸ FRANÇA, 1977:82 *Apud*. OLIVEIRA, 2006: 162.

⁵⁹ Falamos do Grande Incêndio de Londres.

⁶⁰ Médico exilado em Paris graças à perseguição realizada pelo Tribunal do Santo Ofício.

⁶¹ SANCHEZ, 1756: 31.

⁶² OLIVEIRA, 2006: 165.



Projecto definitivo para o Cemitério, 1756 (AMOP, D5621B), in Correia, 1997:558.

Figura 7 - Planta do cemitério de Vila Real de Santo António, 1756. Retirado de Maria Manuel Oliveira.

Diogo de Pina Manique⁶³ (1733-1805), que serviu a rainha D. Maria I (1734-1816), acabou por se tornar uma grande figura na história dos cemitérios a nível nacional. Após perceber algumas preocupações de um amigo médico, manda realizar um inquérito aos cemitérios de Lisboa no ano de 1790⁶⁴. Quando recebe os relatórios percebe que a situação não era a ideal e manda criar cemitérios, mas a situação não se desenvolveu já que a Câmara Municipal de Lisboa não deu uma resposta. Em 1791 ordena um novo inquérito aos cemitérios de forma a compreender quantos corpos eram enterrados e como procediam os coveiros. Pina Manique chega à conclusão de que a sua intenção inicial era a mais acertada, ou seja, era necessário criar cemitérios em Lisboa. Segundo Augusto Carvalho:

Reconhecendo os perigos que para a saúde pública apresentavam a falta de um matadouro e de cemitérios em boas condições e os inconvenientes de se continuarem os enterramentos nas igrejas, representou ao Ministro por várias vezes sôbre a urgência de se proibirem estes e de se

⁶³ Magistrado formado em Coimbra, 4º senhor do morgado de São Joaquim, comendador da Ordem de Cristo era um homem que conseguiu um lugar no Conselho Real graças aos seus estudos. Tentou evitar a divulgação das ideias do iluminismo. Foi nomeado para a Intendência Geral de Polícia pelo decreto de 1780. Veja-se: "Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico", Volume V.

⁶⁴ CARVALHO, 1939: 10.

adquirirem terrenos nos arrabaldes para novos cemitérios e tomou as medidas que estavam ao seu alcance para melhorar o que existia. Insistia sempre muito na conveniência de dar às covas grande profundidade. Havia um cemitério no sítio de Santa Ana, que hoje é rua do Instituto Câmara Pestana e no Campo dos Mártires da Pátria, que estava em más condições para continuar a servir (..) a saúde pública perigava com a continuação dos enterramentos naquele local, o que foi participado à Intendência em 7 de julho de 1787⁶⁵.

Em Portugal, ainda durante o século XVIII, era comum enterrar-se nos adros das igrejas em situação de calamidade. Estes adros eram designados por cemitérios e apenas eram aceites pela população pela proximidade existente das igrejas.

A 11 de julho de 1794 são convidados Francisco Tamagnini e Manuel Luíz Álvares de Carvalho, ambos médicos, para a escolherem de locais para a fundação de três cemitérios para a capital⁶⁶. Esta proposta foi realizada pelo Sr. José da Silva Seabra⁶⁷ (1732-1813), então ministro de Estado. Foram propostos lugares como a rua direita do Monte Agudo; o terreno entre o Arco de Carvalhão e o Alto de Campolide; e a Ermida dos Prazeres, onde mais tarde surgirá o Cemitério dos Prazeres⁶⁸.

Pina Manique tentou criar condições favoráveis para novos cemitérios, mas foi sempre impedido por vários motivos. Mesmo depois da sua morte, pouco ou nada foi realizado em função destas melhorias. Em 1816 é enviada uma carta ao Secretário de Estado a relatar como eram deixados os corpos para serem enterrados⁶⁹. Seis anos mais

⁶⁵ CARVALHO, 1939: 60.

⁶⁶ CARVALHO, 1939: 61.

⁶⁷ Fidalgo e doutor pela Universidade de Coimbra. Foi protegido do Marquês de Pombal, procurador da coroa chanceler da Casa da Suplicação, guarda-mor da Torre do Tombo e mais tarde acabou por se tornar ministro dos negócios do Reino. Para mais informações veja-se: “Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico”, Volume VI de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues.

⁶⁸ QUEIROZ, 2002: 27.

⁶⁹ CARVALHO, 1939 *Apud*. OLIVEIRA, 2006 leia-se: “Pelo Comandante da Guarda Real de Polícia me foi participado na data de hontem que na manhã antecedente tinha sido presa MARIA CARVALHA que disse ser mulher do coveiro do cemiterio da Calçada de Sant’Ana, por ser ali encontrada cortando pernas aos cadaveres e achar-se-lhe em casa um ventre e uma caveira de fresco”.

tarde a situação não estava resolvida. Um cidadão comum decide agir e escrever à Secretaria de Estado e à Comissão de Saúde Pública, um novo requerimento em forma de protesto:

Sendo a Saude Publica um bem geral de que todos tirão conhecido proveito, parece que a indolencia e relaxação daqueles a quem pertence vigiar sobre este importantissimo ramo tornão inuteis as sabias providencias a este fim estabelecidas. Guiado por este principio não só pelo bem particular mas tambem pelo geral, é que com o devido respeito o cidadão JOSÉ SIMÕES D'ABREU S.TA BARBARA põe na presença deste Augusto Congresso a falta de Policia que no Cemiterio publico da PENA sempre existiu e agora mais que nunca existe com tanto dano do publico. Não me pertence questionar deverem ou não existir Cemiterios Publicos, no centro de uma Capital, porem salgadeiras de Corpos humanos que assim se pode chamar ao referido cemiterio, parece que não devem por modo algum exisitir (...) Chegados que são ali os corpos mortos de S. José (...) são arrastados por uma Mulher ao sitio que ela melhor lhe parece e depois que os empilha como sardinha, pés com cabeça uns sobre os outros (...) Se quatro corpos insepultos causarão a ultima epidemia de SMIRNA, quatro centos e que cada vez vão sendo mais, quasi expostos ao Sol que epidemias não causarão?⁷⁰.

Este documento demonstra a importância que cada vez mais funcionários de altos cargos e inclusive comuns cidadãos manifestam face ao facto de os corpos não serem enterrados e estarem a causar epidemias.

No Porto temos também um caso semelhante em 1833, no qual é enviada correspondência a solicitar *logares cobertos (...) é indispensável, para consagrar este uzo, estabelecer cemiterios públicos*⁷¹ por parte de um cidadão comum. O Governador Civil do Distrito⁷² escreve também uma carta quando ocorre o encerramento do Cemitério da Graça, que era o cemitério do Hospital de Santo António onde escreve:

⁷⁰ CARVALHO, 1939: 86 *Apud*. OLIVEIRA, 2006: 165.

⁷¹ SOUSA, 1994: 310.

⁷² Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos.

Tendo na devida consideração o que me apresentarão os proprietários (...) dos prédios vizinhos do terreno que serve de Cemitério do Hospital (...) sobre os inconvenientes dos enterramentos que se fazem no dito terreno, accumulando grande numero de cadaveres (...) que resulta sentir-se naquellas proximidades um fétido insuportável (...) é por tão ponderosos motivos de absoluta necessidade a remoção do dito Cemiterio”⁷³.

Gonçalo Vasconcelos e Sousa⁷⁴ vê esta tentativa de implantação dos cemitérios como uma “*politização do fenómeno da morte, vencendo a sua disputa com o Clero*”⁷⁵. Segundo o autor, trata-se do início do processo de “*dessacralização da morte*”⁷⁶. Destaca que não podemos considerar este fenómeno como algo radical já que há casos de construções de capelas no cemitério para a realização de serviços fúnebres que permitiam uma ligação com o sagrado e divino⁷⁷.

1.1. A legislação dos cemitérios públicos em Portugal

Se recorremos à legislação conseguimos compreender de que forma eram impostas regras para a construção destes espaços. Contudo, é necessário entender que as exigências destas imposições não eram possíveis na grande maioria dos locais. Havia, de uma forma geral, uma grande falta de terrenos disponíveis na posse das autarquias locais para o estabelecimento de cemitérios. Se esta falha estivesse resolvida, havia a questão do financiamento que era escasso em quase todos os casos, mesmo quando se pediam subsídios para ajudas de custos.

O primeiro decreto sobre a criação obrigatória dos cemitérios públicos, em Portugal, foi assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães em setembro de 1835, no reinado de D. Maria II, na mesma altura em que se vivia o processo de extinção das ordens religiosas em Portugal. Decretou-se que tinham de ser construídos cemitérios

⁷³ SOUSA, 1994: 310.

⁷⁴ Doutor pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em história da arte com especialização em joalharia. É mestre pela mesma instituição. Leciona na Universidade Católica.

⁷⁵ SOUSA, 1994: 311.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ SOUSA, 1994: 312.

em todas as povoações do país, ainda que afastados das comunidades. O decreto criou linhas basilares para a construção destes locais. Nele podemos ler:

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo 1º Em todas as Povoações serão estabelecidos Cimiterios Publicos para nelles se enterrarem os mortos.

Art. 2º Os terrenos destinados para este efeito deverão ter a extensão suficiente a fim de que a sepultura em que fôr depositado um cadáver, não venha outra vez a ser aberta senão depois de passados 5 annos.

Art. 3º Os Cimiterios deverão ser situados fóra dos limites das Povoações, e com a exposição mais conveniente á salubridade dellas. Nas Freguezias ruraes as distancias dos Cemiterios podem variar segundo as circumstancias particulares.

Art. 4º Os Cemiterios deverão ser resguardados por um muro de não menos de dez palmos de altura, construído com a precisa solidez.

Art. 5º Cada corpo deverá ser enterrado em cóva separada, a qual terá pelo menos cinco palmos de profundidade, e será separada das outras cóvas por um espaço de palmo e meio por todos os lados⁷⁸.

Art 6º As Camaras Municipaes designarão os terrenos nas requeridas circumstancias para nelles se estabelecerem os Cemiterios, e indicarão igualmente o numero destes que convirá estabelecer em cada Concelho. Trinda dias, depois da publicação do presente Decreto, se achará feita a designação, e os terrenos cercados de uma sebe, quando senão possa ter feito o muro; mas findos trez mezes, a começar do mesmo tempo, os Cemiterios estarão infallivelmente murados.

⁷⁸ Decreto do ano de 1835, páginas 326 e 327 em relação à criação dos cemitérios públicos, da Legislação Régia, disponível no *website* Legislação Régia onde se encontra a informação digitalizada: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx> . Consultado a 20/01/2025.

Art 7º Os Cemiterios ora existentes, deverão ser removidos para sitio conveniente, se, por exame da localidade, ou por experiencia se conhecer, que a sua conservação se torna causa de insalubridade. O Ordinario logo que seja designado o Cemiterio, mandará proceder ás cerimoniaes religiosas do costume.

Art 8º As famílias que possuírem, por direito adquirido, jazigos, ou carneiros privativos para deposito, ou enterro dos mortos, poderão, se quizerem, obter nos terrenos do Cemiterio Publico igual aquisição, e transferir para elles os túmulos, e lápidas, bem como os despojos mortaes, que nesses jazigos tiverem.

Art 9º Os Cemiterios serão estabelecidos em terrenos dos Concelhos, se nelles se derem as circumstancias referidas. No caso contrario, as Camaras Municipaes são authorisadas a trocar os ditos terrenos por outros, que reúnam as condições necessárias.

Art 10º Os Concelhos que não possuírem terrenos seus, e aqueles que os possuem, mas que são impróprios para o estabelecimento de Cemiterios, são igualmente authorisados para adquirir um terreno adequado a este fim por qualquer dos meios, e títulos, porque o domínio se transfere in perpetuum.⁷⁹

Antes de analisarmos o decreto, é fundamental perceber que ainda estava muito presente a guerra civil entre os irmãos D. Pedro e D. Miguel que levava ao Cerco do Porto que ocorre durante 1832 e 1833. Como consequência houve vários mortos, não só na sequência desta guerra como das epidemias. Este facto, aliado aos novos entendimentos de que não se deviam continuar as inumações nas igrejas, acaba por ter o decreto como aliado. Importa recordar que no ano de 1834 ocorre a extinção das ordens religiosas que dá lugar a uma instabilidade no par Estado-Igreja.

⁷⁹ *Ibidem.*

Com recurso ao decreto, compreendemos que ficam aqui definidas as bases para o que consideramos um cemitério público, um espaço que terá de existir em todas as povoações sem exceção, com grande extensão de forma a não abrir e reutilizar as sepulturas até passarem cinco anos, fora dos limites das povoações ou mais afastados, dependendo da povoação, e delimitados com um muro. Esta imposição de distância da povoação implicava também o afastamento da Igreja, motivando então o fenómeno de separação de poderes e o que Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, chama de laicização da morte. Este foi o primeiro decreto que se publicou para os cemitérios públicos, contudo o povo não o cumpriu e seguiu a tradição dos sepultamentos dentro dos templos pois o hábito e a ligação à igreja estava muito arraigado. Perante o anúncio de que os corpos teriam de ser enterrados em valas, o descontentamento da população aumentou, culminando, em 1846, no evento que ficaria conhecido por Revolta da Maria da Fonte.

Esta nova medida anunciada por Costa Cabral⁸⁰ (1803-1889) numa visita ao Porto, aliada ao facto de que se tornava necessário cadastrar cada propriedade, aumentava o descontentamento de todos, em especial no Minho. No ano de 1846 começava a Revolta da Maria da Fonte, assim designada pelo envolvimento feminino numa freguesia com o nome de Fonte Arcada. Os militares aliaram-se a este conjunto de mulheres que, entretanto, já tinham alcançado o apoio masculino. A mensagem era clara: uma forte oposição aos enterros nas covas, algo considerado animalesco, e aos impostos. Tudo foi direccionado a uma pessoa só: Costa Cabral. Era exigida a sua demissão. Com esta revolta deu-se a Guerra Civil da Patuleia, que apenas teve fim com ajuda externa e deu origem à Convenção de Gramido, no ano de 1847⁸¹.

⁸⁰ Ministro e magistrado liberal que tentou reformar e modernizar o Estado, mas acabou por se exilar depois da Revolta da Maria da Fonte. Restaurou a Carta Constitucional no Porto em 1842 e reformou a guarda nacional. Com o apoio da rainha D. Maria II, a Carta Constitucional volta a entrar em vigor e o magistrado é promovido para o governo. Quando é elevado a Conde de Tomar é odiado por grande parte do país e são inúmeras as tentativas para o destituir. Para mais informações veja-se: “Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)” Vol. I. coordenado por Maria Filomena Mónica e “A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo” de M. M. de T. Ribeiro in “*História de Portugal*”.

⁸¹ SARAIVA, 2003: 78.



Figura 8 - “Maria da Fonte” por Roque Gameiro in Quadros da História de Portugal de 1917.

A 3 de janeiro do ano de 1837⁸² é lançado um regulamento da criação do Conselho de Saúde Pública. Este regulamento é assinado pela rainha D. Maria II e podemos considerar que havia alguma autonomia por parte deste conselho, composto por doze indivíduos com diferentes estatutos e cargos no meio da saúde. A estes indivíduos competia a decisão sobre os mais variados assuntos, bem como a fiscalização a todos os ramos da saúde, incluindo os cemitérios públicos como podemos ler no capítulo IV no artigo 5º:

*Inspecionar os cemitérios públicos, e prescrever as medidas que entender se devem guardar, para se conservar nelles a salubridade, e evitar as exalações pútridas, que infeccionem o ar com risco das Saúde dos Póvos, especialmente pelo mau methodo ou defeito no enterramento dos Corpos*⁸³.

⁸² Diário do Governo nº9 de 03/01/1837. Registo com representação digital no *website* da Legislação Régia: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/15/p49> confirmado ainda pela portaria de 3 de agosto de 1839 no mesmo *website*. Veja-se: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p290>.

⁸³ Diário de Governo nº9 de 03/01/1837. Como se pode ver no *website* da Legislação Régia, representado de forma digital: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/15/p49>.

A setembro de 1836 os cemitérios ainda não eram uma realidade no país, apesar dos esforços por parte do governo central. Depois de um ano da publicação do decreto podemos ler na circular (sic.):

Constando neste Ministerio que em algumas povoações ainda se não acham estabelecidos Cemiterios Publicos, na forma ordenada pelo Decreto de 21 de Setembro do anno próximo passado, publicado no Diario nº. 226; e convindo levar a efeito, quanto antes, uma medida, que por tantos motivos se torna recomendável: Manda Sua Magestade Fidelissima a Rainha, que o Governador Civil de Lisboa informe circunstanciadamente que Cemiterios Publicos se acham estabelecidos no seu Districto; quaes as Povoações em que ainda os não há, e as causas que para isso tem concorrido, empregando desde logo para as remover todos os meios que estão ao seu alcance, e propondo os que excederem suas attribuições. Palacio de Cintra, em 4 de Setembro de 1836. == Agostinho José Freire⁸⁴.

A 5 de março do ano de 1838 é publicada a Carta de Lei da concessão da Quinta do Prado do Bispo, no Diário do Governo o nº 56, onde podemos compreender que a Câmara Municipal do Porto estava a avançar com a criação do cemitério público. Como veremos no capítulo seguinte, importa destacar que em Vila Nova de Gaia estava a decorrer uma tentativa para estabelecer o primeiro cemitério municipal no Convento de Santo António do Vale da Piedade desde 1835.

Leia-se a carta de concessão:

DONA MARIA, (...) Faço saber a todos os Meus Subditos que: (...)

⁸⁴ Circular do Ano de 1836, páginas 224 e 225 em relação aos cemitérios, da Legislação Régia, disponível no [website Legislação Régia](https://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx) onde se encontra a informação digitalizada: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx>. Consultado a 20/01/2025.

Artigo 1º. É concedida á Camara Municipal da Cidade do Porto a porção de terreno, que fôr necessária para fazer um Cemiterio Publico no sitio chamado = o Prado do Bispo. ⁸⁵

Com a aprovação do terreno, avançam as obras do cemitério do Prado do Repouso. Localizado no Porto, este cemitério foi inaugurado no dia 1 de dezembro de 1839. O terreno foi abençoado no mesmo dia⁸⁶, algo importante para a cidade do Porto que ainda estava habituada aos templos e ao serviço providenciado pela Igreja. Neste caso conseguimos compreender que a tensão era palpável entre estas entidades, algo que se refletiu no processo de transferência da Quinta do Prado do Bispo para a Câmara Municipal do Porto que teve inclusive a insistência da rainha D. Maria II que ordenava ao bispo que fossem resolvidos os obstáculos que impediam a construção do cemitério público⁸⁷.

Este enquadramento sucinto permitiu-nos consolidar, ao nível da legislação, como surgem os cemitérios públicos em Portugal para uma maior compreensão de alguns dados que iremos retomar no capítulo seguinte sobre os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia, como o decreto de 21 de setembro de 1835. Destaca-se a importância do pensamento de homens ilustres como Pina Manique e os tratados que concordavam com a proibição dos enterros nos templos como o caso do médico António Nunes Sanches. Verifica-se alguma dificuldade na aceitação destes espaços como demonstrado com a Revolta da Maria da Fonte, mas também o oposto com recurso a cartas de cidadãos preocupados.

⁸⁵ Carta de Lei sobre a Concessão para a Quinta do Prado do Bispo para ser Cemitério Público, disponível no *website* Legislação Régia onde se encontra a informação digitalizada: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/19/25/p103>. Consultado a 07/02/2025.

⁸⁶ Pelo bispo do Porto na altura D. Frei Manuel de Santa Inês.

⁸⁷ SOUSA, 1994: 314.

2. Capítulo 2

2.1. O território de Vila Nova de Gaia

De forma a abordar os cemitérios a nível local, torna-se imperativo conhecer o território onde se inserem, tanto no passado como no presente. Para tal foi necessário realizar uma pesquisa na Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia e no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner para obter fontes iconográficas, mas também fontes documentais. Desta forma foi possível criar uma contextualização que permite a compreensão do espaço onde se inserem os nossos objetos de estudo.

Atualmente o concelho de Vila Nova de Gaia apresenta dezasseis freguesias, são elas: Avintes, Arcozelo, Canelas, Canidelo, Madalena, Oliveira do Douro, São Félix da Marinha, Vilar de Andorinho, União de Junta de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, União de Juntas de Freguesias de Serzedo e Perosinho, União de Juntas de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, União de Juntas de Freguesias de Gulpilhares e Valadares, União de Juntas de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, União de Juntas de Freguesias de Grijó e Sermonde, União de Juntas de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma. Esta organização de união das juntas de freguesias foi estabelecida através da Lei n 11- A/2013⁸⁸. Já a organização de municípios vem do decreto-lei de 11 de julho de 1822⁸⁹ que foi apenas aplicado em 1832⁹⁰ por Mouzinho da Silveira. Atualmente este concelho inscreve-se na Área Metropolitana do Porto⁹¹.

⁸⁸ Segundo o Art.º 2 da Lei nº 11-A/2013 publicada em Diário da República: “Esta reorganização é estabelecida através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na lei nº 22/2012 de 30 de maio.”.

⁸⁹ Segundo os artigos 218º e 219º da Constituição deste mesmo ano podemos ler: “(...) que o governo económico e municipal dos concelhos residirá nas câmaras, que o exercerão na conformidade das leis e, que haverá câmaras em todos os povos, onde assim convier ao bem público.”.

⁹⁰ Na altura da publicação deste decreto os municípios eram designados como concelhos. Este decreto deu origem a mais de 700 municípios e mais de 4000 juntas de paróquia que mais tarde viriam a ser designadas como juntas de freguesias. Em 1836 este número de municípios viria a ser reduzido para menos de metade por parte de Passos Manuel, cerca de 350. Veja-se ainda: Lei nº 142/85 de 18 de novembro que apresenta o quadro de criação de municípios. Para mais informações veja-se: “*Municípios de Portugal*” de Joaquim da Rocha e Pedro Cruz.

⁹¹ VIDAL, 2014: 1.



Figura 9 - Freguesias de Vila Nova de Gaia depois de 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vila_Nova_de_Gaia_freguesias_2013.png. Data de acesso: 01/05/2025.

Esta cidade tem uma ligação forte com a cidade do Porto, como veremos de seguida. No entanto, importa destacar que esta cidade surge a partir de duas povoações, Gaia (*Gaya*) e Vila Nova (*Villa Nova*). Na época, tanto Vila Nova como Gaia, acabaram por ser vistas como tendo um papel secundário em relação ao Porto. Contudo, Gaia acaba por conseguir uma maior relevância graças à sua localização que favoreceu o seu crescimento económico, fruto do rio navegável e com grandes perspetivas comerciais. Este rio Douro tinha a possibilidade de ser um meio de comunicação⁹², e uma fonte de

⁹² Note-se que o rio Douro era um rio extremamente perigoso antes de ter barragem. Era um local onde decorriam várias mortes fruto das cheias recorrentes e da instabilidade da corrente.

rendimento graças à atividade piscatória, bem como uma maior ligação com o Porto graças a famílias nobres que tinham em comum.

De acordo com vários autores⁹³, Gaia surge de um povoado castrejo situado no castelo. Existiam vários castros⁹⁴ em algumas freguesias que aparecem registados em documentação medieval como é o caso do castro de Perosinho⁹⁵ e dos Carvalhos⁹⁶. Armando de Matos⁹⁷ defende que a construção de estradas romanas se deve à existência dos castros que, mais tarde, se transformam em estradas medievais e que antecedem as vias atuais.

Entre o período de romanização e o século XIII aponta-se para alguma falta de documentação ou sistematização da mesma sobre Vila Nova de Gaia, o que nos leva a dar um salto temporal. O século XIII é um dos mais importantes para esta localidade.

Nos séculos XIII e XIV, o atual concelho de Vila Nova de Gaia era formado por duas povoações autónomas, Vila Nova e Gaia⁹⁸. Gaia⁹⁹ foi a primeira a surgir e só mais tarde se documenta a Vila Nova de Rei. Tânia Lacerda justifica o aparecimento desta nova vila com *o rápido crescimento económico e aumento populacional (..) que, à semelhança de Gaia, é também merecedora de foral. Com o tempo, esta vila transforma-se num importante entreposto comercial e estaleiro de construção naval, pois a sua posição geográfica assim o permitia*¹⁰⁰. Tanto as freguesias como os municípios têm origem nestas cartas de foral que eram dadas pelos reis para que estes espaços fossem

⁹³ Segundo Tânia Lacerda: António Arroio, José Fortes, José Queirós, Manuel Monteiro e Joaquim Leitão. Veja-se: LACERDA, 2012: 15.

⁹⁴ Do latim *castru*. Segundo o Dicionário infopédia: “lugar fortificado das épocas pré-romana e romana, na Península Ibérica, que era um povoado permanente ou apenas refúgio das populações circunvizinhas em caso de perigo, também designado *crasto*”.

⁹⁵ Pertence atualmente à União de Juntas de Freguesias de Serzedo e Perosinho. É uma pequena vila com quase 5 km². A sua elevação a vila só ocorreu em 2001. Veja-se: Lei nº 69/2001 de 12 de julho do mesmo ano.

⁹⁶ Vila que pertence à União de Juntas de Freguesias de Pedroso e Seixezelo. Foi elevada no ano de 1988. Veja-se a Lei nº 14/88 do ano de 1988. O seu nome pode ter origem na existência de vários carvalhos como indica Domingues da Rocha Beleza na Monografia de Pedroso.

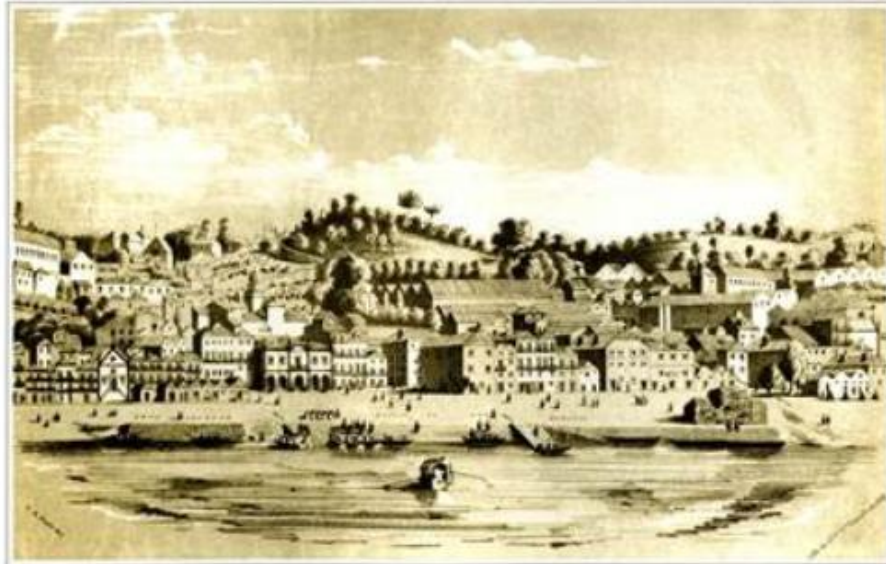
⁹⁷ Formado em Direito e Letras, foi professor, escritor, conservador do Museu Nacional Soares dos Reis e lecionou na Escola de Belas-Artes do Porto. Obteve o grau de cavaleiro na Ordem Militar de Santiago da Espada.

⁹⁸ LACERDA, 2012: 8.

⁹⁹ Recebe o seu foral no ano de 1255, dado por D. Afonso III de forma a dividir portagens. Veja-se: LACERDA, 2012.

¹⁰⁰ LACERDA, 2012: 8.

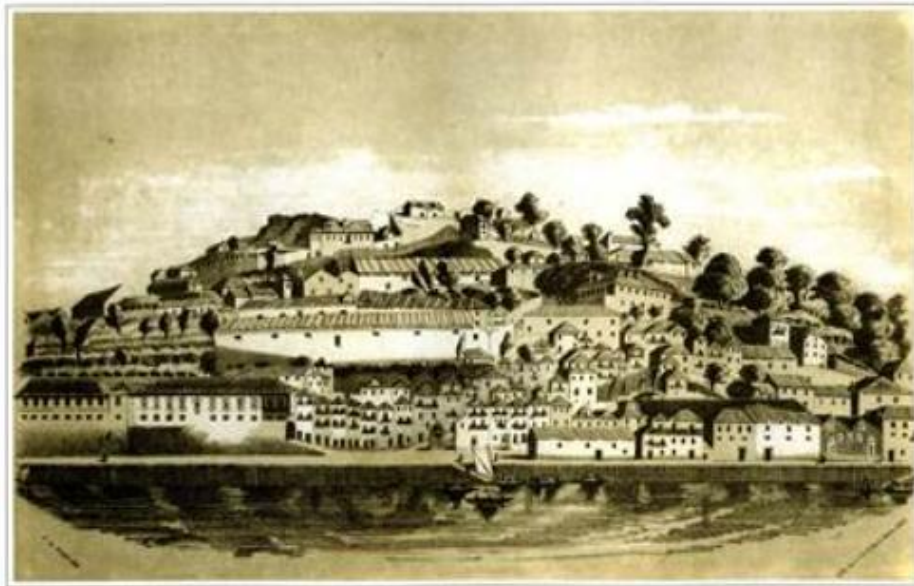
protegidos pela coroa, impedindo ataques externos. No entanto, é apenas a partir do século XIX que começam a surgir da maneira que os conhecemos hoje¹⁰¹ devido ao decreto nº 23 de 1832.



VILA NOVA

Figura 10 - Vila Nova em 1848 criada por Cesário Augusto Pinto. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=54133&type=PCD>. Data de acesso: 08/02/2025.

¹⁰¹ ROCHA; SILVA, 2017: 171.



GAIA

Figura 11 - Gaia em 1848 criada por Cesário Augusto Pinto. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=54132&type=PCD>. Data de acesso: 08/02/2025.

O rei D Afonso III¹⁰² (1245-1279) queria equiparar Gaia a outras vilas mais importantes do seu reino¹⁰³ e tentou fazê-lo com a cobrança de portagens como se fazia no Porto, algo que levou ao descontentamento do bispo. Para tornar Gaia importante, acabou por mandar construir alfândegas perto do Porto criando um polo, Vila Nova, que estava fora dos limites da Sé do Porto e não podia ser taxada. Inocêncio IV acaba por proibir o rei de legislar no Porto. Isto leva a alguns motins entre Gaia e Porto, que só se resolvem no reinado de D. Dinis¹⁰⁴ (1261-1325), mais concretamente em 1282¹⁰⁵, levando novamente Gaia à dependência do Julgado do Porto. No ano de 1288, D. Dinis concede carta de foral a Vila Nova. Em 1302, o rei D. Dinis decide que a feira anual seria realizada em Gaia por ser um local com grandes condições¹⁰⁶.

¹⁰² Quinto rei de Portugal, filho de Afonso II e de D. Urraca. Casa com D. Matilde, Condessa de Bolonha.

¹⁰³ LACERDA, 2012: 18.

¹⁰⁴ Sexto rei de Portugal, filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela. Governou cerca de quarenta e seis anos e casou com D. Isabel de Aragão também conhecida como Rainha Santa Isabel.

¹⁰⁵ LACERDA, 2012: 20.

¹⁰⁶ *Ibidem*: 10.

Em 1363, Canidelo é escolhido para ser o concelho pela Carta de Coimbra, o que é mais tarde confirmado por D. Pedro¹⁰⁷ (1320-1367), dando ainda o direito do uso das suas armas reais com o nome Canidelo¹⁰⁸. A igreja de Santo André de Canidelo¹⁰⁹ e as suas terras tiveram sempre uma grande importância associada que era inclusive cobiçada pelas suas propriedades medicinais. Até ao reinado de D. Fernando¹¹⁰ (1345-1383) Canidelo continua como concelho¹¹¹.

Em 1384, tanto Gaia como Vila Nova são fundidas numa só por D. Fernando e acrescentadas ao termo do Porto, fruto do facto dos mercadores desta região não pagarem portagens em lugar algum do reino e também para ter mais contribuintes para suportar as despesas¹¹². Supõe-se que este feito foi realizado por D. João I¹¹³ (1357-1433) como se pode ler nas palavras¹¹⁴ de Armindo de Sousa¹¹⁵. Continuam, contudo, a ser duas vilas distintas.

No ano de 1422 D. João I concede ao Porto o julgado de Gaia. Em 1437 Vila Nova e Gaia deixam de fazer parte da Comarca da Estremadura e pertencem então à Comarca de Entre Douro e Minho. Esta decisão ocorre no reinado de D. Duarte¹¹⁶ (1391-1438), que assume que os habitantes destas vilas têm vários gastos quando têm de resolver as questões jurídicas na comarca em que estavam inscritos¹¹⁷. Ao longo do século XV Vila Nova e Gaia acabam por ficar sob a alçada do Porto.

¹⁰⁷ Oitavo rei de Portugal, quarto filho de D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela. Casa com D. Constança Manuel.

¹⁰⁸ LACERDA, 2012: 23.

¹⁰⁹ Segundo Tânia Lacerda: o padroado desta igreja foi sempre muito desejado. Em 1124 João Mendes e Maria Sarazina doam o padroado ao bispo do Porto e ao cabido da Sé do Porto. Em 1132 Elvira Nunes e Soeiro Fromarigues doam os direitos deste padroado ao Mosteiro de Grijó. Em 1152 metade do padroado foi doado por João Midiz ao Bispo Portucalense, D. Pedro III. Em 1171 Pedro Goestes doa também uma parte ao bispo do Porto e ao cabido da Sé do Porto. Em 1352 é a vez de João Coelho doar o padroado a D. Pedro que acaba por doar a D. Inês.

¹¹⁰ Nono rei de Portugal, filho de D. Pedro I e de D. Constança. Casou com D. Leonor Teles.

¹¹¹ LACERDA, 2012: 24.

¹¹² *Ibidem*: 28.

¹¹³ Décimo rei de Portugal, filho bastardo de D. Pedro I e Teresa Lourenço. Fundador da Dinastia de Avis.

¹¹⁴ Veja-se: “*Tempos Medievais In História do Porto*” por Armindo de Sousa, 2000.

¹¹⁵ Historiador e doutor pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi ainda assistente e professor na mesma instituição, assumindo vários cargos tanto em licenciaturas como mestrados na área que estudou.

¹¹⁶ Décimo primeiro rei de Portugal, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. Casa com D. Leonor de Aragão.

¹¹⁷ LACERDA, 2012: 32.

Várias freguesias que surgem no foral de 1518, dado por D. Manuel¹¹⁸ (1469-1521), são as mesmas que existem ainda hoje nomeadamente Oliveira do Douro, Madalena, Valadares, Canelas, Perosinho, Mafamude, Gulpilhares, Arcozelo, Vilar do Paraíso, Canidelo, Santa Marinha, *Gaya*, Sermonde, Serzedo, São Félix da Marinha, Vilar de Andorinho, Grijó, Pedroso e Guetim¹¹⁹. Nesta altura o Porto tinha um poder distinto do que tinha antes pois já não era senhorio da Mitra Episcopal.

No século XVI *o julgado de Gaia coincide com a terra de Gaia*¹²⁰ que apresenta no seu território as freguesias de Santa Marinha, Canidelo, Mafamude, Oliveira do Douro, Avintes, Vilar de Andorinho, Pedroso, Seixezelo, Grijó, São Félix da Marinha, Guetim, Vilar do Paraíso, Serzedo, Sermonde, Arcozelo, Canelas, Madalena e Valadares.

No século XVIII os armazéns do vinho do Porto trazem desenvolvimento para a região de Vila Nova, algo que perdura até ao século XIX inclusive¹²¹ e altera tanto a paisagem urbana como a economia. Apesar da exportação se realizar a partir de Vila Nova, era em Gaia que se encontravam as empresas como o caso da Croft que é a primeira a estabelecer-se em 1678 e mais tarde outras como a Kopke, Taylor Fladgate e Offley Forrester¹²².

No século XIX, mais precisamente no ano de 1834, dá-se o término da administração que dividia o concelho de baixo e o concelho de cima¹²³. O concelho de baixo era o de Vila Nova e o de cima era Gaia que era independente. Unem-se os territórios, dando lugar a Vila Nova de Gaia. Assim se mantém até 1926, quando o decreto-lei nº12457 é publicado e menciona a anexação de Guetim a Espinho, bem como a anexação de Lever a Vila Nova de Gaia¹²⁴. No ano de 1952 o decreto-lei nº38637 confirma a separação de São Pedro de Afurada e Santa Marinha que até então eram

¹¹⁸ Décimo quarto rei de Portugal, filho de D. Fernando. Casou com D. Isabel, com D. Maria de Castela e D. Leonor.

¹¹⁹ LACERDA, 2012: 90.

¹²⁰ SANTOS, 1985a: 321.

¹²¹ PEDROSA; PEDROSA; TAVARES, 1985b: 29.

¹²² SANTOS, 1985b: 380.

¹²³ PEDROSA; PEDROSA; TAVARES, 1985a: 7.

¹²⁴ *Ibidem*.

uma freguesia só¹²⁵. Foi apenas no ano de 1984 que Vila Nova de Gaia foi elevada a cidade, como se pode ver na Lei nº 15/84 de 28 de junho¹²⁶.

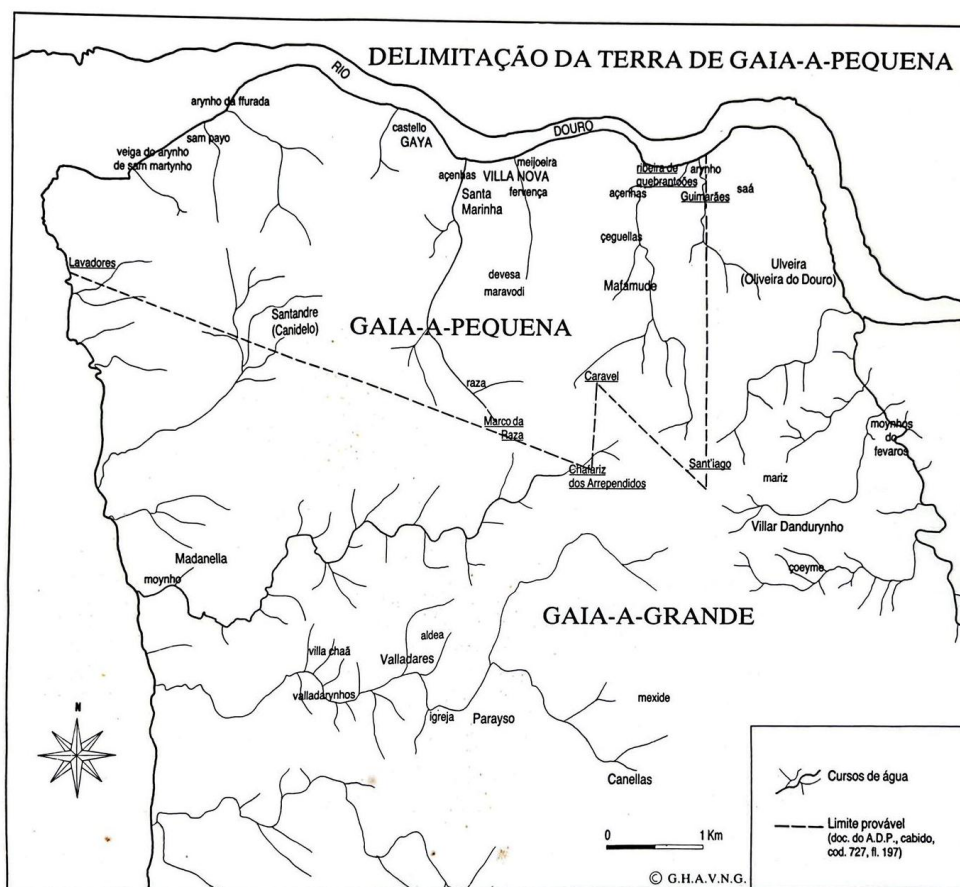


Figura 12 - Figura do livro com a demarcação de Gaia-a-pequena e Gaia-a-Grande In “A História de Gaia”, Fascículo 5, p. 345.

Compreendido o território torna-se essencial conhecer o contexto em que surgem os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia. Para o efeito analisamos várias fontes iconográficas e bibliográficas e documentais como mapas, plantas, notícias de jornais, os livros de atas da Câmara e as Monografias de cada freguesia. Apenas em casos pontuais temos acesso às atas de Juntas. Foram ainda realizadas visitas de campo aos locais para recolha de dados e fontes. Nesta parte da dissertação tornava-se importante

¹²⁵ PEDROSA; PEDROSA; TAVARES, 1985a: 7.

¹²⁶ Veja-se: Lei n.º 15/84, de 28 de junho disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/15-1984-387334>.

compreender de que forma impactaram as doenças infecciosas na criação destes espaços.

O cenário para a construção dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia

Segundo Francisco Queiroz, em Vila Nova de Gaia o cenário para a construção destes espaços apresentava condições pouco favoráveis. As Juntas de Freguesia não tinham meios para a construção dos novos cemitérios públicos, algo comum em todo o país. Com recurso a algumas fontes, compreendemos que os cemitérios são, em alguns casos, consequência das doenças infecciosas, como veremos mais detalhadamente. Os danos causados pelo Cerco do Porto de 1832 e 1833, assim como a propagação de cólera¹²⁷ e tifo¹²⁸, aumentavam o número de mortes como podemos ler na ata da sessão de Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de 25 de maio de 1855:

(...) o governador civil previne que ficam dadas as ordens competentes ao Administrador deste Concelho, para imediatamente organizar e fazer instalar as Comissões Paroquiais de Socorro, criadas pela portaria do Ministério do Reino de 12 de outubro de 1848, para acudir aos enfermos indigentes, que possam vir a ser atacados pela cólera, cuja invasão se receia, e chama a atenção da Câmara sobre este importante objeto renovando a recomendação referida na circular de 17 de outubro de 1853. (...) O Presidente informou a Câmara, que em vista da urgente necessidade em que se está de um cemitério público, hoje mais agravada pelas ameaças e receios de que a cólera chegue a invadir este Concelho¹²⁹.

A 7 de setembro do mesmo ano confirma-se ainda que havia quarentenas:

Ao facultativo António da Silva Carvalho, da freguesia de Pedroso, encarregando-o de um círculo sanitário, composto das freguesias de Canelas, Perosinho e Vilar de Andorinho, conferindo-lhe gratificação mensal. Aos facultativos, Ribeiro e Nunes de Almeida, comunicando-lhes esta nova divisão dos círculos pela qual ficam os que se acham confinados ao seu cuidado limitados a menos freguesias. Ao delegado do Conselho de Saúde, requisitando exemplares

¹²⁷ Infeção grave no intestino causada por uma bactéria que provoca diarreia e vômitos.

¹²⁸ Grupo de doenças contagiosas causadas por infeções bacterianas provenientes de ácaros, pulgas ou piolhos do campo. Podem dar origem a febre tifoide, tifo epidémico e tifo endémico.

¹²⁹ Ata de 25 de maio de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77791&type=PCD>.

de fórmulas para serem aviadas pelos facultativos prestacionados. E ao facultativo Lamelas, exigindo-lhe o cumprimento do seu contrato enquanto durar a epidemia nas freguesias de Avintes e Oliveira do Douro, se oficiasse neste sentido depois de ouvido o respetivo delegado de saúde¹³⁰.

Em julho de 1885 volta a ler-se: (...) *compareceu o Administrador do Concelho, acompanhado do Subdelegado de Saúde do mesmo, e expôs à Câmara que em presença da ameaça da invasão da cólera, era urgente tomar todas as providências em tais casos aconselhadas, quer preventivas, quer para o caso de se manifestar a epidemia neste concelho, e por isso se faria exigir habilitar-se a Câmara com os meios necessários para se estabelecer um hospital barraca, porque com certeza se a cólera se manifestasse neste concelho antes de ocorrer algum caso no Porto, os enfermos de Gaia não seriam recebidos nos hospitais da cidade¹³¹.*

Segundo o médico Ricardo Jorge, o Porto era *uma cidade cemiterial¹³²*. As igrejas não tinham espaço para tantos cadáveres, nem no seu interior nem no adro como se lê *convinha, se não estabelecer desde já, pelo menos escolher o local apropriado para a construção de um cemitério destinado ao enterramento dos indivíduos que falecerem da epidemia nas freguesias de Santa Marinha, Oliveira e Mafamude, porque os respetivos cemitérios não têm a capacidade suficiente, se por infelicidade o flagelo se apresentar com caráter devastador. Lembrava, pois, a conveniência de se encarregar o arquiteto municipal de visitar, em companhia do dito Subdelegado de Saúde, o Hospital-Barraca estabelecido no Porto, para se tomar como modelo do que convém construir neste concelho, e também de escolher o local para o aludido cemitério¹³³*". Os enterros no espaço exterior não eram vistos com bons olhos pelos habitantes, que estavam habituados ao enterro dentro dos templos seguindo a tendência nacional, embora mais intensamente na região norte.

¹³⁰ Ata de Sessão de Câmara de 7 de setembro de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77810&type=PCD>.

¹³¹ Ata de 9 de julho de 1885. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79104&type=PCD>.

¹³² PONTES, 2012: 16.

¹³³ Ata de Sessão de Câmara de 9 de julho de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79104&type=PCD>.

Virgília Braga da Costa publica também sobre as doenças infecciosas na segunda metade do século XIX e no início do século XX¹³⁴. No seu texto compreende-se que Vila Nova de Gaia era propícia a este tipo de doenças, já que a população se concentrava na zona costeira e albergava um elevado número de barqueiros e marinheiros, viajantes e feirantes. As condições higiénicas deixavam a desejar e ainda permitiam a proliferação mais rápida destas epidemias. A alimentação era fraca e quase não havia assistência médica¹³⁵. A autora Virgília da Costa menciona uma notícia do jornal *A Luz do Operário* datado de 27/01/1895 no seu artigo. Nele é possível ler: *A parte baixa da Villa é um terrível foco de immundice não so pela sua posição topographica reduzida a um montão de becos escuros e acanhados com armazens e casas edificados em condições de povoações velhas e anti-hygienicas como ainda por escarneo o município consente que entre o mercado e o rio seja deposito do lixo varrido nas ruas próximas, porque as outras jamais viram limpeza (...)*¹³⁶.

2.2. Tentativa de estabelecimento de um cemitério municipal

O primeiro cemitério municipal do Porto é o Prado do Repouso inaugurado em 1839¹³⁷, apenas quatro anos depois da publicação do decreto da construção obrigatória dos cemitérios públicos¹³⁸. Em Vila Nova de Gaia esta situação não se aplica, contudo, verifica-se que houve tentativas por parte da Câmara para a criação do cemitério municipal. Cremos que a legislação aliada às epidemias motivavam a insistência para o novo cemitério. Após alguma pesquisa nas atas camarárias localizadas no Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner é possível auscultar que havia uma intenção de cumprir a legislação.

¹³⁴ Podemos verificar na seguinte obra: *As condições higiénico-sanitárias e as doenças infecciosas em Vila Nova de Gaia na 2ª metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX* In Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 10, nº 60 de junho de 2005.

¹³⁵ DA COSTA, 2005: 45.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ DIAS, 1963:58.

¹³⁸ SOUSA, 1994: 181-185.

Como sabemos, foi necessário reforçar o decreto de 1835 por todo o país. A partir de então foram várias as entidades que trataram do planeamento dos cemitérios cuja burocracia e falta de meios acabaram por estagnar durante muito tempo. Contudo, após verificarmos as atas camarárias disponíveis no Arquivo de Sophia de Mello Breyner, conseguimos compreender que houve tentativas de criação destes cemitérios públicos ainda no ano da publicação do primeiro decreto. Veja-se:

Aos vinte e seis dias do mês de Maio de 1835, neste concelho de Gaia e casa das vereações do mesmo, com a presença das pessoas principais desta vila, mandadas convocar pela Câmara, para ajudar a dar resposta aos quesitos anunciados nas circulares da prefeitura, desta província de 24 de Abril de 1835, para satisfazer ao determinado pelo governo de 8 do mesmo mês e ano e desejando a Camara responder com mais exatidão ao objetivo do segundo requisito fez convocar as pessoas ilustres da vila, para emitir a sua opinião sobre o mesmo assunto: e pelo reverendo Pároco, Juiz e mesários das confrarias e demais pessoas, todas abaixo assinadas concordaram em que se pedisse a sua Majestade, a cerca e o Convento de Santo António do Vale da Piedade, para nele se estabelecer o cemitério da dita freguesia e se aplicar o resto para os estabelecimentos Pios, que se destinassem para oferecer com dignidade, para um asilo de mendigos ou Colégio de ensino, educação ou outro de igual natureza¹³⁹.

Com recurso a este documento fica claro que Vila Nova de Gaia terá imediatamente projetado soluções em concordância com o decreto publicado apontando o Convento de Santo António do Vale da Piedade¹⁴⁰ como espaço para o cemitério municipal. Há pouca informação publicada sobre este convento, mas no

¹³⁹ Ata de 26 de maio de 1835. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75113&type=PCD>.

¹⁴⁰ O convento foi fundado por Brás Pereira Brandão e Mecia da Paz. Brás Pereira Brandão era filho de Fernão Brandão, um Cavaleiro da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa de El-rei, senhor da Quinta Vale dos Amores que mais tarde passa a ser Quinta do Vale da Piedade e depois Convento de Santo António do Vale da Piedade. Mécia da Paz era filha de Diogo Leite. Os fundadores foram enterrados na capela-mor. Veja-se mais informação no livro “A História de Gaia” no fascículo 9, p. 415.

ADP¹⁴¹ encontra-se um livro de assentos de sepulturas dos anos de 1766 a 1832, ainda antes do decreto dos cemitérios públicos. Esta informação confirma-nos a existência de um cemitério neste local. Encontramos informação deste convento no fascículo 9 da publicação “A História de Gaia”. Em relação à documentação sobre este espaço, apresentam-se duas hipóteses, ou a perda destes documentos ou a posse privada dos mesmos. Este convento foi fundado por volta de 1569 depois de Brás Pereira Brandão oferecer a quinta de Vale de Amores aos frades da Província da Piedade, que a partir de então seria o Vale da Piedade¹⁴².

No ano de 1836 há menção de transferência do local do cemitério municipal: *a receção de uns ofício da junta de Paróquia de Vila Nova, sendo o primeiro relativo à transferencia do local, que se tinha designado em S. Marcos, para interinamente servir de Cemitério*¹⁴³. Não compreendemos o que motivou esta alteração de local para o efeito, mas segundo as atas analisadas, este cemitério acabou por não ser construído no terreno mencionado.

¹⁴¹ Disponível na Secção Monástica no Volume II na página 81. Há ainda informação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁴² SANTOS, 1985: 415.

¹⁴³ Ata de 29 de março de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75196&type=PCD>.

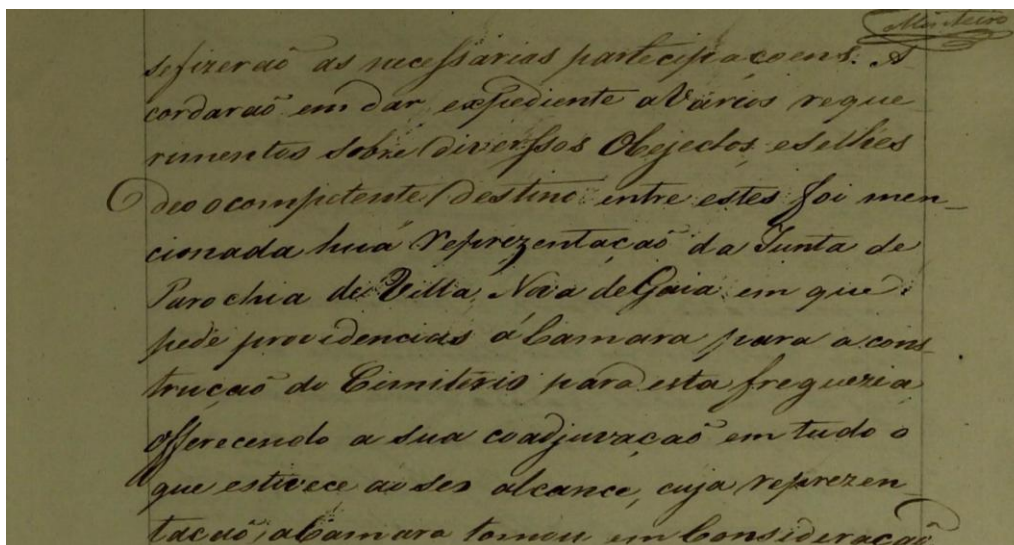


Figura 14 - Digitalização da ata de 23 de agosto de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75240&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.

Na sequência da reunião da Câmara de setembro, regista-se que: (...) *tendo o executivo dado atenção à necessidade de se escolher um terreno, para a construção do cemitério para a paróquia de Vila Nova*¹⁴⁵. Ainda no mesmo mês, apenas 4 dias depois lemos: (...) *Nesta mesma reunião, foram tecidas considerações sobre o melhor terreno para instalar o cemitério da Vila, não havendo a possibilidade de se chegar a um acordo, ficando adiado até se tomarem novas decisões*¹⁴⁶. No dia 23 do mesmo mês informa-se que: *Foi recebido um ofício com o mapa e avaliação dos terrenos que foram inspecionados para serem avaliados, tendo como fim a instalação do futuro cemitério de Vila Nova*¹⁴⁷.

A ata de 14 de outubro apenas menciona que a Câmara respondeu a vários ofícios sobre a Guarda Nacional e o Cemitério¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Ata de 2 de setembro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75248&type=PCD>.

¹⁴⁶ Ata de 6 de setembro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75250&type=PCD>.

¹⁴⁷ Ata de 23 de setembro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75256&type=PCD>.

¹⁴⁸ Ata de 14 de outubro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75264&type=PCD>.

Apesar das tentativas o almejado cemitério municipal não estava construído à data de 1837, como se pode ler na ata de 13 de junho: *A Junta de Vila Nova de Gaia, lembrando a Câmara da criação do cemitério e sugerindo o convento do - Val da Piedade - para o efeito, a Câmara tomou conhecimento*¹⁴⁹. Ainda no mesmo ano, em ata podemos ler: *Foi dada resposta aos ofícios seguintes (...) ainda um outro da Junta de Paróquia de Vila Nova de Gaia, sobre o cemitério da freguesia*¹⁵⁰. A construção deste espaço arrastava-se no tempo sem uma explicação para tal. Podemos apenas colocar hipóteses sobre a falta de fundos monetários ou falta de um terreno com condições propícias para a terraplanagem do espaço.



Figura 15 - Convento de Santo António do Vale da Piedade em 1835. Desenho de J. J. Forrester e litografia de G. Childs. In História de Gaia, fascículo 9, p. 416.

¹⁴⁹ Ata de 13 de junho de 1837. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75327&type=PCD>.

¹⁵⁰ Ata de 19 de julho de 1837. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75338&type=PCD>.

No mês seguinte, na ata de 29 de maio do mesmo ano, verificamos que: *A câmara foi informada pela Junta de Paróquia de Vila Nova, das várias cópias enviadas a sua majestade e ao Administrador Geral, relativamente aos cemitérios*¹⁵¹. A 30 de junho é enviado o mesmo conteúdo ao Administrador do Concelho¹⁵². Não conseguimos perceber do que tratam estas cópias pois não há registo nestas atas camarárias do Arquivo de Sophia de Mello Breyner.

Em abril de 1839 verificamos o seguinte: *“A câmara criou uma Comissão para tratar da edificação, de um Cemitério público para Vila Nova: Faziam parte desta comissão: António Coelho Bragante, Manuel Gonçalves de Castro, António Tomás da Silva, António Dias Ribeiro Gasparinho para tratarem da compra do terreno de Maria Ermelinda sito no lugar da Lavoura no Candal*¹⁵³. Compreende-se que o decreto tem de ser cumprido e começa-se a criar condições para tal, chamando inclusive os cidadãos para dar a sua opinião¹⁵⁴. Destas atas não podemos tirar conclusões nenhuma sobre o sucedido. Apenas no ano seguinte seria novamente nomeado o assunto “cemitérios” em ata. A construção do cemitério fica em espera e o decreto de 1835 sobre a construção dos cemitérios públicos obrigatórios continua sem cumprimento.

Na ata de 24 de julho de 1840 podemos ler: *“Decidiu-se fazer um cemitério junto ao Alto do Marco, próximo da estrada da Madalena, num campo de Ana Rosa, ficando o Sr. Bragante, autor da proposta, encarregado de a levar a efeito.*¹⁵⁵”. O senhor António Coelho Bragante que fazia parte dos membros da Câmara foi o autor da proposta da construção do cemitério no espaço indicado. Não há nova menção sobre a construção deste local ou de ações iniciadas por parte do próprio para a construção do espaço, o que nos leva a crer que tal não foi possível.

¹⁵¹ Ata de 29 de maio de 1338. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75455&type=PCD>.

¹⁵² Ata de 30 de junho de 1338. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75464&type=PCD>.

¹⁵³ Ata de 5 de abril de 1839. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75538&type=PCD>.

¹⁵⁴ Ata de 9 de abril de 1839. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75539&type=PCD>.

¹⁵⁵ Ata de 24 de julho de 1840. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77224&type=PCD>.

Quatro dias depois lê-se: “Foi presente um officio da Administração Geral questionando se havia nos cofres do Concelho algum dinheiro pertencente aos expostos. Mandou-se responder que não, porque o que se chegou a cobrar gastou-se no Cemitério. Assinaram-se os seguintes cheques contra o Tesoureiro: - No valor de 100\$000 Reis, custo de uma leira de mato para o Cemitério;¹⁵⁶”. Este documento demonstra que a construção estava em marcha e que se começava a cumprir a legislação, mas não sabemos a que se referem pois nunca existiu um cemitério municipal. Até então os restantes cemitérios não tinham sido alvo de orçamentos ou até de pedidos de terrenos.

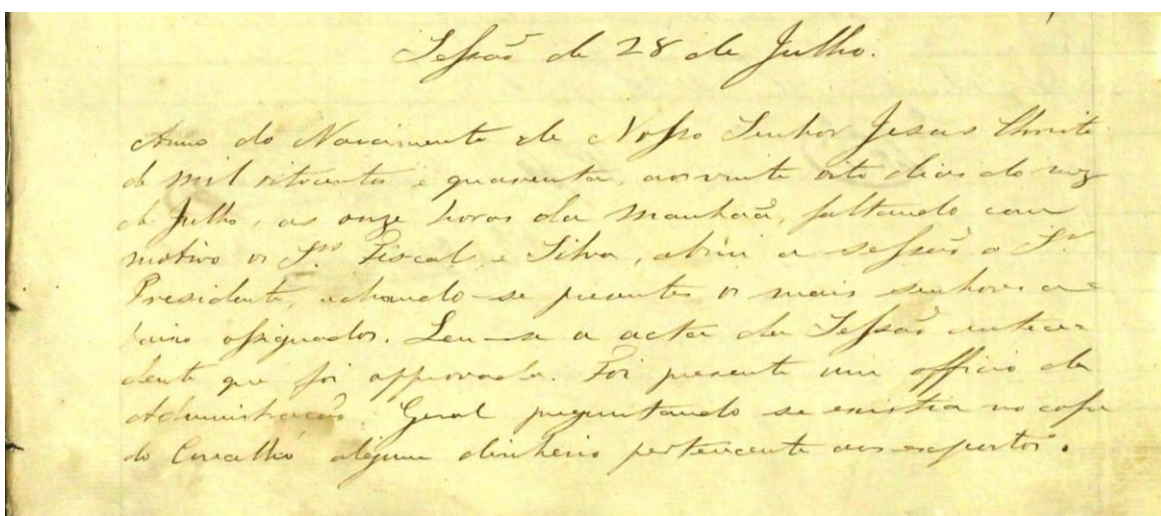


Figura 16 - Digitalização da ata de 28 de julho de 1840. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77227&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.

¹⁵⁶ Ata de 28 de julho de 1840. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77227&type=PCD>.

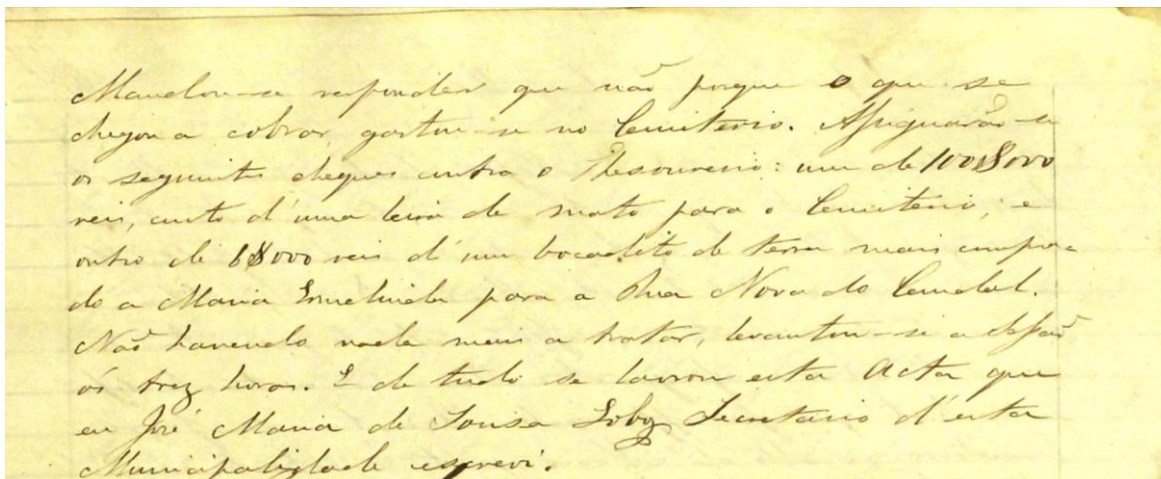


Figura 17 - Digitalização da ata de 28 de julho de 1840. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77227&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.

No dia 31 de março de 1854 lê-se em ata: *E deu conta, de ter recebido do governo civil, um ofício declarando as atribuições das Câmaras, acerca da construção dos cemitérios, e que no orçamento municipal devem incluir a quantia precisa para a sua construção, do qual a Câmara ficando inteirada, mandou que se arquivasse*¹⁵⁷. Esta passagem demonstra-nos que estas construções teriam de avançar mesmo que as Juntas de Freguesia não concordassem.

A 22 de junho do mesmo ano verificamos que há avanços para construção de um cemitério público, mas não há menção para qual. Colocamos a hipótese do cemitério criado no antigo Convento da Serra do Pilar ser o cemitério em questão já que em 1855 começam as vistorias ao terreno. Como vimos, antes houve uma proposta de construção de cemitério perto da estrada da Madalena, mas não há fontes que justifiquem esta construção. Dada a proximidade temporal e ainda o facto de não conseguirmos comprovar a construção dos cemitérios em Santa Ana, perto da estrada da Madalena ou o cemitério e no Convento do Vale da Piedade, o cemitério do Convento da Serra do Pilar é o que melhor se coaduna ao contexto em análise.

¹⁵⁷ Ata de 31 de março de 1854. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77729&type=PCD>.

No ano de 1868 verificamos que está em marcha a procura de um novo espaço para o cemitério municipal: (...) *exigindo informação acerca da requisição, que a Câmara tinha feito de um terreno para cemitério municipal, e do título por que isto se fizera, sobre o que a Câmara resolveu que se informasse*¹⁵⁸. A 9 de outubro há confirmação para o efeito (...) *que esta Câmara deve proceder já à escolha do terreno onde deve ser construído o novo cemitério, precedendo exame e aprovação do mesmo nos termos legais* (...) ¹⁵⁹. Houve uma tentativa para a construção de um cemitério municipal em Santa Marinha que seria administrado pela Confraria da freguesia, mas este foi recusado pela Câmara. Em maio de 1869 está descrito em ata:

*(...) para devolver à Câmara o projeto do orçamento geral do município, respetivo ao ano económico de 1869 a 1870, a fim de se reformar o mesmo, incluindo nele uma verba para a construção de cemitério concelhio, visto ter sido denegada autorização à Confraria do Santíssimo Sacramento desta Vila, para construir e administrar. Que se lhe oficiasse, pedindo-lhe para providenciar a fim de que com brevidade o delegado de saúde e seus subdelegados, venham inspecionar o terreno que se destina para o cemitério, próximo ao Candal, indicado pelo Presidente, como consta da ata precedente*¹⁶⁰.

Ao que sucede um exame ao terreno como se lê: (...) *perguntando quais as providencias, que a Câmara tinha adotado acerca da construção de cemitérios no Concelho, sobre o que se resolveu responder-lhe como consta do respetivo ofício. Do subdelegado de Saúde, Dr. Mamede, remetendo o parecer dos peritos médicos, acerca do terreno designado para cemitério na freguesia de Santa Marinha desta Vila*¹⁶¹.

¹⁵⁸ Ata de 25 de setembro de 1868. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78971&type=PCD>.

¹⁵⁹ Ata de 9 de outubro de 1868. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78973&type=PCD>.

¹⁶⁰ Ata de 7 de maio de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79010&type=PCD>.

¹⁶¹ Ata de 29 de maio de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79013&type=PCD>.

Em outubro verifica-se o seguinte (...) *o governador civil do distrito lhe havia sido encarregado de advertir e recomendar à Câmara, que se tornava muito necessário e urgente proceder à construção do cemitério concelhio, atenta a falta de capacidade do que o atual serve nesta Vila, sobre o que a Câmara lhe declarou, que tem muito a peito construir o dito cemitério, que já escolheu o terreno para o mesmo, e que tem encarregado o seu arquiteto de fazer a planta necessária, a fim de se levar a efeito, logo que hajam meios para o dito fim*¹⁶². A partir desta ata podemos apenas confirmar que havia um terreno que era utilizado como cemitério, mas não sabemos se era apenas o adro da igreja ou se havia um espaço para o efeito. Entende-se também que havia um terreno e um projeto para este novo local ser um cemitério, mas não havia meios económicos para tal.

Em véspera de Natal pede-se (...) *que se lhe envie quanto antes a planta do cemitério municipal (...)*¹⁶³. Esta informação leva-nos a confirmar que havia um terreno pensado para o efeito, pois apenas seria possível pedir uma planta caso houvesse um local a estudar.

No mês de fevereiro de 1870: (...) *leu-se e assinou-se uma representação que se resolveu dirigir ao governo de Sua Majestade, pedindo autorização para proceder à construção do cemitério concelhio*¹⁶⁴. No ano seguinte há um excedente do valor do cofre que é atribuído a este efeito como se pode ler (...) *além de se ter verificado que o saldo em cofre no fim do ano económico, respetivo a despesas gerais do município era excedente à quantia que se tinha calculado no primeiro projeto, resolveu-se que o excedente do dito saldo fosse destinado para a verba de despesa destinado para a verba de despesa destinada para construção e reparo das ruas e caminhos vicinais do Concelho, pontes, fontes e cemitério concelhio*¹⁶⁵.

¹⁶² Ata de 22 de outubro de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79035&type=PCD>.

¹⁶³ Ata de 24 de dezembro de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79044&type=PCD>.

¹⁶⁴ Ata de 11 de fevereiro de 1870. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79057&type=PCD>.

¹⁶⁵ Ata de 28 de outubro de 1871. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79206&type=PCD>.

A procura pelo cemitério municipal parece estar concluída no ano de 1875: *Deliberou mais a Câmara estabelecer um cemitério municipal, na freguesia de Grijó, no sítio do Paço do Coteiro, conforme o projeto elaborado pelo engenheiro Tito de Noronha, o qual foi lido e aprovado*¹⁶⁶. Contudo, em 1876 a Câmara decide que Grijó ficava muito distante de todas as povoações e *por isso deliberou a Câmara alterar a resolução da Câmara transata, que se não estabelece cemitério municipal na dita freguesia*¹⁶⁷.

Com a informação que temos não conseguimos estabelecer com certeza a criação de um espaço para o cemitério do concelho, apenas conseguimos compreender que houve vários momentos em que se escolheram terrenos para o efeito. Houve ainda tentativas por parte da Confraria de Santa Marinha para o estabelecimento de um cemitério, mas que não foi permitido por parte da Câmara.

Não podemos afirmar que houve algum cemitério municipal oficial, mas o cemitério da Serra do Pilar teve essa função em vários momentos como veremos.

Cemitérios paroquiais

Existem algumas atas camarárias com um foco geral sobre a implantação dos cemitérios nas várias freguesias que demonstram um cuidado para com o cumprimento da legislação. Considerando o carácter genérico das informações registadas não seria possível enquadrar estas atas no texto de cada cemitério.

Em novembro de 1836 tenta compreender-se a opinião dos padres sobre os cemitérios¹⁶⁸. Apenas uns dias mais tarde decide-se reunir as Juntas de Paróquias para o mesmo efeito: *Foram reunidos nesta mesma sessão, as Juntas de Paróquia de todas as freguesias do concelho, para (...) serem ouvidos sobre a construção dos cemitérios*¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Ata de 30 de outubro de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79424&type=PCD>.

¹⁶⁷ Ata de 9 de fevereiro de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79442&type=PCD>.

¹⁶⁸ Ata de 15 de novembro de 1836. Este documento encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75273&type=PCD>.

¹⁶⁹ Ata de 18 de novembro de 1836. Este documento encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75274&type=PCD>.

A 10 de novembro de 1837 há interessados em saber o progresso sobre estas construções: *Outro ofício da Administração Geral, sobre as requisições do armamento da Guarda Nacional, também da mesma direção Geral sobre o enterramento dos mortos e administração dos Cemitérios*¹⁷⁰. No ano seguinte pode ler-se em ata: *Foi recebido um ofício da Administração Geral deste Distrito, sobre a fatura dos cemitérios*¹⁷¹, o que nos leva a crer que havia uma tentativa de criar estes espaços.

A 20 de abril de 1838 lê-se: *Foram contactados alguns membros da Junta de Paróquia, para que os seus pareceres sejam ouvidos, relativamente à questão dos cemitérios*¹⁷². Apenas quatro dias depois fica em ata a opinião destes membros: (...) *foram despachados requerimentos que visavam esclarecer alguns pareceres, vinculados sobre os cemitérios, tendo por base a legislação de 21 de Setembro de 1835. Era opinião comum de que os adros das igrejas matrizes, eram suficientes para este fim*¹⁷³. Esta informação é bastante importante já que há um entendimento geral sobre como não eram necessários cemitérios, apesar da obrigatoriedade mencionada no decreto de 1835. Compreende-se que esta tradição de enterramentos nos adros das igrejas matrizes estava muito enraizada.

¹⁷⁰ Ata de 10 de novembro de 1837. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75367&type=PCD>.

¹⁷¹ Ata de 26 de janeiro de 1838. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75389&type=PCD>.

¹⁷² Ata de 20 de abril de 1838. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75444&type=PCD>.

¹⁷³ Ata de 24 de abril de 1838. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75445&type=PCD>.

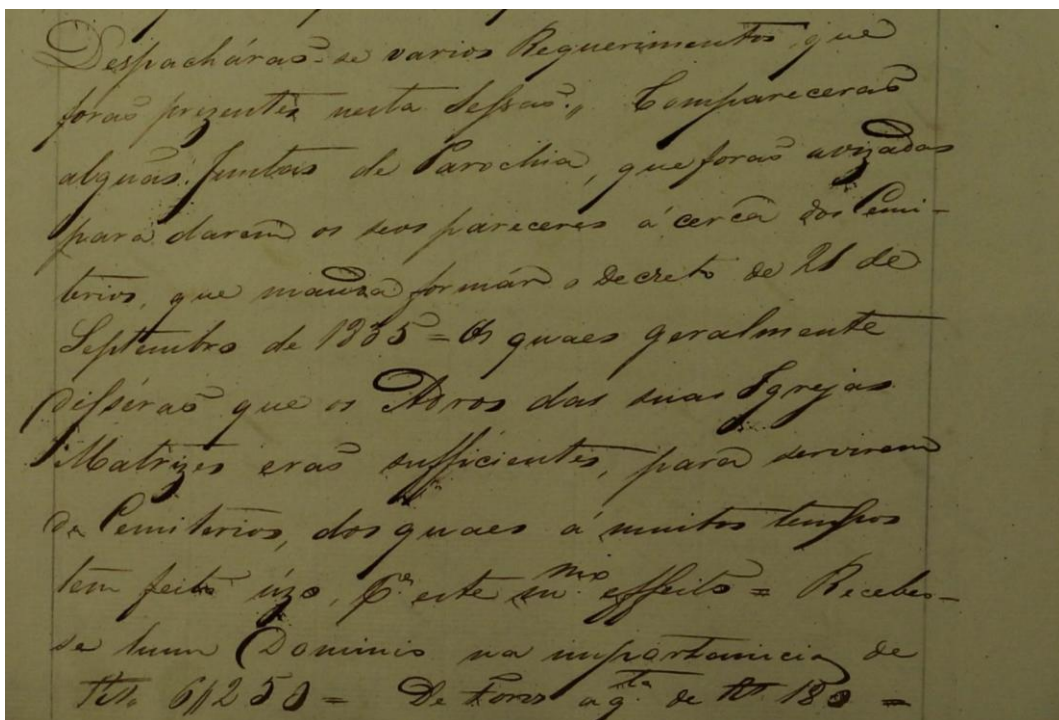


Figura 18 - Digitalização da ata de 24 de abril de 1838. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75445&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.

A 27 de abril de 1838 pede-se novamente às Juntas que se pronunciassem relativamente aos cemitérios¹⁷⁴.

Apenas no ano seguinte seria possível ver novamente o assunto dos cemitérios a ser discutido nas sessões da Câmara. A ata de 19 de março de 1839 descreve: *Para satisfazer ordens do Governo, o Sr. Administrador Geral do Distrito, mandou que se requisitasse um mapa contendo o numero de cemitérios que em cada freguesia do concelho estavam concluídos, aqueles que estão começados e a quantidade de freguesias que ainda não os tem*¹⁷⁵. A intenção de criar os cemitérios públicos, pelo menos por parte das entidades superiores, estava mais que entendida. Não há certezas sobre a criação efetiva deste mapa, pois não identificamos tal documento no Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner. Como veremos, na nossa tabela (Tabela 1) de

¹⁷⁴ Ata de 27 de abril de 1838. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75446&type=PCD>.

¹⁷⁵ Ata de 19 de março de 1839. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75536&type=PCD>.

cemitérios com as datas de fundação e ampliação, não há nenhum cemitério construído na data de 1839. Estes espaços podiam existir apenas nos adros das igrejas, mas sem um terreno murado efetivo para o efeito. Esta situação era comum como vimos na ata de 24 de abril de 1838 onde os funcionários das Juntas mencionam ser suficiente o adro da igreja como cemitério.

Importa destacar que em 1855 está ativo o cemitério da Serra do Pilar e assim vai permanecer até 1857, quando foi encerrado.

Em 1860 ainda havia a preocupação pelo cumprimento do decreto de 1835 e por isso há ofícios sobre a construção destes cemitérios em cada freguesia, como se comprova no documento: *Mais deu conta do ofício do Administrador do Concelho, recomendando a observância da circular do governo civil, para que no orçamento da Câmara, se incluam algumas verbas para os cemitérios paroquiais (...) do Concelho*¹⁷⁶. Em 1860 temos a certeza de que existiam pelo menos dois cemitérios em Vila Nova de Gaia, eram eles os de Mafamude, construído em 1855 e de Avintes, construído em 1858.

No ano de 1865 fica registado em ata: *E deu conta à Câmara, de ter recebido o ofício, do governador civil do distrito, em que recomenda que se escolha terreno próprio para cemitérios nos lugares que se julgar mais conveniente, do que a Câmara ficou inteirada*¹⁷⁷.

Em 1866 compreende-se que não há cemitérios construídos no local de Canidelo, Madalena e Valadares como está indicado em ata: *Deliberou mais a Câmara, que se oficiasse aos párocos de Canidelo, Madalena e Valadares, convidando-os a comparecer na próxima sessão com os vogais da Junta, para conferenciar com a Câmara sobre a construção de cemitérios*¹⁷⁸. Ainda neste ano é reforçado o pedido destas construções: *E deu conta à Câmara, de ter recebido a circular do governador civil do distrito,*

¹⁷⁶ Ata de 16 de março de 1860. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78475&type=PCD>.

¹⁷⁷ Ata de 27 de outubro de 1865. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78804&type=PCD>.

¹⁷⁸ Ata de 31 de março de 1866. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78828&type=PCD>.

*recomendando muito, a construção de cemitérios paroquiais*¹⁷⁹. No ano de 1866 continuavam a existir apenas os cemitérios de Mafamude e de Avintes, mas também se iniciava a construção do cemitério de Canelas. Estas construções não correspondem aos adros das igrejas, mas sim a terrenos murados construídos apenas para inumação.

Segundo a documentação em 1872 compreendemos que as freguesias de Canidelo, Madalena, Valadares, Vilar do Paraíso e Gulpilhares ainda não têm terrenos ou projetos para os cemitérios, o que leva a Câmara a pedir que se faça um levantamento para o mesmo. Com este documento¹⁸⁰ concluímos que as restantes freguesias teriam já os seus cemitérios ou, pelo menos, teriam avançado com propostas e terrenos. Em 1872 temos os cemitérios já mencionados em 1866, mas há a possibilidade da construção do cemitério antigo de Pedroso estar em marcha pois foi inaugurado a 1873.

Coloca-se a hipótese desta situação se ter resolvido entre dezembro e agosto de 1873 já que (...) *o Administrador do Concelho, expôs à Câmara que as freguesias de Arcozelo, Serzedo, S. Félix da Marinha, Guetim, Grijó, Sermonde, Seixezelo, Sandim, Crestuma e Vilar de Andorinho, não tinham cemitério para os enterramentos, conforme a lei requer, e por isso solicitava que a Câmara oficiasse às juntas de paróquia das ditas freguesias, encarregando-lhes, que no prazo de trinta dias escolhessem terreno para cemitério, e não o cumprindo elas assim, que a Câmara tratasse de mandar construir cemitérios concelhios para cada grupo de freguesias, em que estas se deviam reunir, não lhes permitindo mais a construção de cemitérios paroquiais, o que ouvido pela Câmara, resolveu adotar a dita proposta*¹⁸¹. Este documento confirma a construção dos cemitérios mencionados anteriormente.

¹⁷⁹ Ata de 18 de maio de 1866. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78836&type=PCD>.

¹⁸⁰ (...) *encarregando às juntas de paróquia das mesmas, para que dentro de trinta dias tratem de recolher terrenos para cemitérios paroquiais, passado esse prazo a Câmara tratara de estabelecer um cemitério comum para todas as ditas freguesias*. Ata de 20 de dezembro de 1872. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79270&type=PCD>.

¹⁸¹ Ata de 16 de agosto de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79310&type=PCD>.

Em 1883 ainda havia freguesias que não tinham cemitério, algo que era necessário resolver como podemos ver na ata: *Comparecendo, o Administrador do Concelho, disse, que em virtude do que lhe fora ordenado em ofício do governo civil, requeria para ser informado de quais eram as paróquias onde ainda não existiam os respetivos cemitérios, a fim de se promover a sua imediata construção, a bem da salubridade pública*¹⁸². As freguesias sem cemitério seriam a de Serzedo, Madalena, Grijó, Oliveira do Douro, Sermonde, Perosinho, São Félix da Marinha, Canidelo, Vilar de Andorinho e Lever.

Ao iniciar a nossa pesquisa nesta temática entendemos que não havia uma explicação para o aparecimento dos cemitérios no concelho estudado, tanto do cemitério municipal, como dos cemitérios paroquiais. Sentimos o dever de trazer estes documentos para traçar o início da história dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia. Até então não há uma análise tão extensa destas fontes ou das que iremos apresentar em seguida.

Cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia

Para explicar a fundação e construção dos vinte e nove cemitérios públicos em cada freguesia de Vila Nova de Gaia conjugamos a informação obtida em documentos como as atas da Câmara e outras fontes iconográficas, como mapas ou projetos arquitetónicos, e elaboramos conteúdo visual. Veja-se o mapa dos cemitérios públicos que subsistem até hoje, incluindo os que foram construídos de raiz por incompatibilidade do alargamento dos “cemitérios velhos”. Os cemitérios “velhos”, assim designados vulgarmente pela população e pela documentação de cada freguesia, são cemitérios que podem estar ainda em uso ou não. São locais que existem em simultâneo com os cemitérios designados como “novos”. Os cemitérios velhos tornam-se obsoletos pela falta de espaço ou pela falta de possibilidade de ampliação, como

¹⁸² Ata de 23 de agosto de 1883. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79837&type=PCD>.

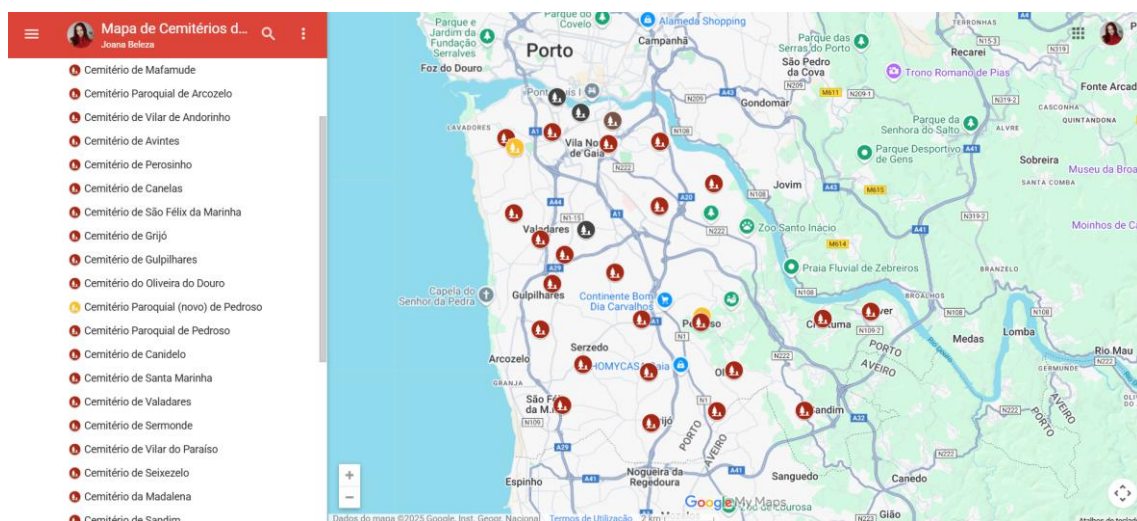
acontece no cemitério velho de Canidelo ou no cemitério velho de Pedroso. Esta designação não é atribuída pela nossa parte, mas sentimos que fazia sentido explicar. Decidimos criar um mapa onde fosse possível visualizar os cemitérios do concelho, os existentes e não existentes atualmente, mas documentados. Os não existentes estão localizados baseados na documentação como as atas camarárias, mas não podemos deixar de mencionar que não há certezas para estas localizações, pelo que são localizações aproximadas.

Com recurso à recolha que fizemos, conseguimos também criar uma tabela com as datas de fundação e ampliação dos cemitérios. A tabela 1 designada por “Tabela com dados de fundação e ampliação dos cemitérios de Vila Nova de Gaia” surge deste contexto de sistematização e organização da informação obtida no sentido de auxiliar a análise de conteúdo, o que acreditamos ser um passo crucial na democratização do acesso ao conhecimento e uma alavanca para investigação futura no âmbito de uma produção científica organizada entre e para pares. Nela podemos verificar datas de construção dos cemitérios obtidas a partir das atas da Câmara, bem como datas de ampliação. Por vezes não nos é possível ter uma data concreta para o início das construções, já que em vários casos havia atrasos nos processos e nas obras. O mesmo acontece em algumas datas de ampliação que se estendem no tempo por várias razões como: a contratação demorada de trabalhadores para o efeito; atrasos nas obras; falta de financiamento para o início ou para a continuação da obra; impossibilidade de aumento do cemitério pelo terreno onde se insere; impossibilidade de ampliação do cemitério pelo conjunto de construções que existem à volta, acrescentadas depois de alguns anos do início da construção do cemitério.

Cemitérios	Fundação	Ampliação
Vale da Piedade (extinto)	1766	-
Mafamude	1855	1884-1886; 1891; 1974-1979
Serra do Pilar	1855-1857	-
Avintes	1858	1889; 1982
Canelas	1864-1890	1927; 1982; 1991-1995
Pedroso (Velho)	1873	-
Santa Marinha	1873	1897; 1979-1980; 1994-1995; 2011
Valadares	1873-1874	1891; 1980-1981; 1976
Arcozelo	1877	1914; 1936; 1965; 1990-1996
Olival	1877-1878	1978
Vilar do Paraíso	1882-1890	1972-1973; 1977; 2015
Oliveira do Douro	1884	1969; 1980; 1997-2004
Sermonde	1884	1968-1970; 1996-1998; 1999-2005
São Caetano (extinto)	1889	-
Madalena	1889-1890	1978; 1999-2000; 2015
Serzedo	1889-1893	1969-1970
Perosinho	1890	1919; 1970; 1984
São Félix da Marinha	1890	1940; 1986; 2001-2010
Canidelo (Velho)	1890	-
Grijó	1893-1894	1965-1969
Lever	1897	-
Pedroso (Novo)	1912	
Canidelo (Novo)	1941-1944	1949-1950; 1982-1988; 1994
Santa Marinha (extinto)	c. 1850-1854	1854

Gulpilhares	c. 1875	1889; 1977; 1993-1994; 1966; 1999-2000
Vilar de Andorinho	c.1890	1955-1957; 1996-1999
Seixezelo	c.1893	1966; 1984
Sandim	c.1910	1978
Crestuma	c.1928	1976-1978

Tabela 1 - Tabela com dados de fundação e ampliação dos cemitérios de Vila Nova de Gaia. Criada pela autora. Data: 07/04/2025.



Mapa 1 - Mapa dos Cemitérios de Vila Nova de Gaia. A amarelo os cemitérios novos e a cinza os extintos. Realizado pela autora. Data: 12/09/2024.

Foi possível a criação de um gráfico (Gráfico 1 - Linha do tempo com coordenadas importantes sobre os cemitérios em Vila Nova de Gaia), mais precisamente uma linha do tempo para demonstrar os dados obtidos. Este gráfico apresenta algumas datas importantes como é o caso da data do Cerco do Porto, que importa para o nosso estudo pelo aumento de mortos que levaram à construção de espaços cemiteriais. Trazemos dados sobre a construção de cemitérios em Lisboa e no Porto no ano de 1833. Dois anos

depois é publicado o primeiro decreto sobre os cemitérios públicos. No mesmo ano, a Câmara de Vila Nova de Gaia tenta criar o cemitério municipal no Convento de Santo António do Vale da Piedade, também designado por Val da Piedade na documentação, algo que não chegou a concretizar-se. Dois anos depois é imposto o cordão sanitário em Vila Nova de Gaia face à situação epidémica da cólera. No ano de 1855 é construído o cemitério de Mafamude com recurso a terrenos que são doados por parte de cidadãos preocupados com o aumento de mortos a enterrar. É também construído o cemitério de Agramonte no Porto. Em 1885 há uma nova epidemia em Vila Nova de Gaia, o que leva ao aumento de alguns cemitérios como iremos verificar.

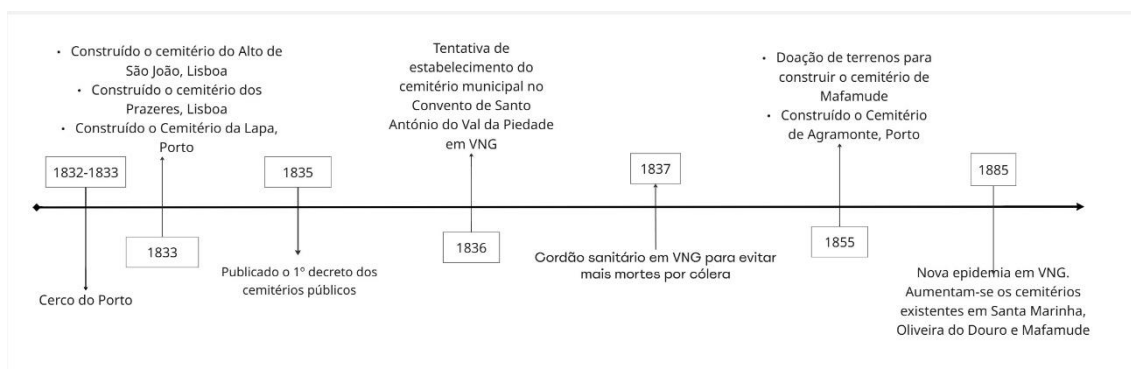


Gráfico 1 - Linha do tempo com coordenadas importantes sobre os cemitérios em Vila Nova de Gaia.

Francisco Queiroz¹⁸³ aborda a passagem das inumações realizadas nas igrejas para os cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia como algo distinto das restantes povoações. Descreve o processo como lento e sem um percurso igreja-adro-cemitério, mas sim igreja-cemitério, como ocorre no restante país. Decidimos verificar caso a caso se esta situação se aplica, confirmando também que tipo de motivações apresentam as Juntas para a criação destes espaços. No seu artigo, dividido em fascículos publicados no Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia¹⁸⁴, o autor menciona várias vezes as estatísticas do Governador Civil. O Governador Civil pedia à Câmara estatísticas sobre dados como nascimentos, mortes, casamentos e batizados para conseguir gerir cada

¹⁸³ QUEIROZ, 1998: 55.

¹⁸⁴ QUEIROZ, 1998; QUEIROZ, 1999.

distrito conforme. Ao longo do texto referimos várias vezes estatísticas do Governador Civil como é o caso da estatística de 1897. De notar que não nos foi possível corroborar esta informação em tempo útil de entrega desta dissertação, pela dificuldade de acesso da informação que carecia de marcação para consulta.

Gostaríamos de compreender o que levou a adiar a construção dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia. Levantamos hipóteses sobre alguns problemas que seriam comuns a todos os cemitérios e que motivavam os atrasos da construção dos mesmos. Iremos verificar que na grande maioria dos casos há questões gerais tais como: falta de meios económicos bem como meios territoriais por parte da Câmara e das Juntas de Freguesia. É comum terem terrenos demasiado húmidos ou propícios a inundações, algo que se explica dada a proximidade do rio Douro e dos seus afluentes como o rio Febros em Avintes e o rio Uíma de Crestuma. Era ainda frequente a construção em locais com lençóis de água que dificultavam a decomposição dos corpos, o que não permitia a abertura e reutilização das sepulturas como era necessário. Verifica-se ainda a dificuldade nas expropriações de terrenos privados dada a burocracia envolvida ou até resistência por parte dos donos para a construção de um cemitério no seu terreno. Esta resistência por parte da população também se verificava porque viam os enterros fora da igreja como algo negativo. Veremos caso a caso.

De forma a organizar a informação recolhida decidimos abordar cada cemitério de freguesia a freguesia.

Para analisar os cemitérios realizámos uma sistematização da informação com base na informação existente sobre estes espaços, nomeadamente os artigos publicados por Francisco Queiroz em 1998 e 1999 para o Boletim Cultural da Associação dos Amigos de Gaia¹⁸⁵ e notas monográficas de Francisco Barbosa da Costa¹⁸⁶ para as freguesias que apresentam informação. Para complementar esta recolha decidimos realizar um levantamento das atas camarárias em que há menção a estes cemitérios, agrupando a

¹⁸⁵ QUEIROZ, 1998; QUEIROZ, 1999.

¹⁸⁶ COSTA, 1980; COSTA, 2004; COSTA, 2005; COSTA, 2006; COSTA, 2007.

informação por freguesia de modo a facilitar a leitura. Para alguns casos fazemos abordamos os artigos de Virgília Braga da Costa pela associação às elevadas mortes pelas epidemias. Trazemos ainda fontes como o regulamento dos vários cemitérios em análise, já que são importantes para atestar que o cemitério estava em uso.

2.3. Arcozelo



Figura 19 - Entrada do Cemitério Paroquial de Arcozelo. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério Paroquial de Arcozelo localiza-se na rua Padre Nunes Campos, com as coordenadas -42000.94 154827.35, e a sua gestão é feita pela Junta de Arcozelo. Encontra-se a 180m da atual Igreja Matriz de Arcozelo e a 280m da Igreja antiga de Arcozelo.

Segundo Queiroz¹⁸⁷, no ano de 1868 realizavam-se ainda inumações no adro da igreja. Em 1884 dá-se início à construção do cemitério, cujo regulamento foi aprovado em 1886. O autor menciona ainda a estatística do Governo Civil de 1897. Não nos foi possível confirmar estes dados.

A monografia de Arcozelo¹⁸⁸ apresenta-nos mais dados. Segundo o autor da monografia, a 11 de junho de 1876 o presidente da Junta de Paróquia quer construir um cemitério para substituir o pequeno adro¹⁸⁹. Concordou-se que o terreno do passal era o mais conveniente e em janeiro de 1877 tinha sido aprovado o terreno¹⁹⁰. A novembro de 1879 começam as obras de terraplanagem e a construir-se os muros no local¹⁹¹. O autor menciona que o regulamento é aprovado em 1885¹⁹², o que contraria a versão de Francisco Queiroz. A bênção do local foi realizada também nesse ano¹⁹³. No ano de 1890 são trasladadas as ossadas para o cemitério¹⁹⁴.

Em 1914 o cemitério foi ampliado¹⁹⁵. O cidadão Joaquim Rodrigues Barrote oferece uma parcela do seu terreno do campo do passal no ano de 1923¹⁹⁶. Em 1923 cria-se a avenida que ainda hoje permite aceder ao local. Em 1963 compram-se terrenos para aumentar o cemitério e em 1965 são feitas as obras¹⁹⁷.

A construção do cemitério público de Arcozelo é confirmada em ata presente no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia onde se regista que o município ficava inteirado da obra e de como esta servia para a população da altura. Nela podemos ler:

No dia vinte e sete de novembro de mil oitocentos e oitenta e quatro, nesta Vila Nova de Gaia e Paços do Concelho, onde compareceram os Srs. Vice-

¹⁸⁷ QUEIROZ, 1998: 34.

¹⁸⁸ A obra designa-se por "São Miguel de Arcozelo. Notas monográficas." de 2007 por Francisco Barbosa da Costa.

¹⁸⁹ COSTA, 2007: 375.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ COSTA, 2007: 376.

¹⁹² COSTA, 2007: 377.

¹⁹³ COSTA, 2007: 378.

¹⁹⁴ COSTA, 2007: 379.

¹⁹⁵ COSTA, 2007: 380.

¹⁹⁶ COSTA, 2007: 381.

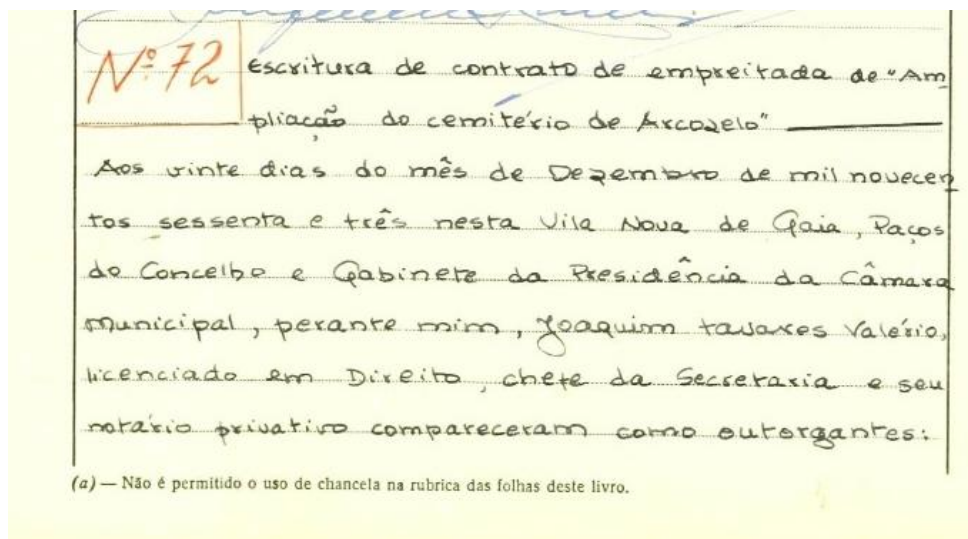
¹⁹⁷ COSTA, 2007: 383.

presidente da respetiva Câmara Municipal e mais vereadores abaixo-assinados, à exceção do Sr. Presidente, declarou o dito Vice-presidente aberta a sessão e lida e aprovada a ata da sessão anterior (...) deu-se conta da correspondência seguinte (...) Junta Paroquial de Arcozelo dizendo que nesta freguesia se anda construindo o respetivo cemitério com todas as condições determinadas na lei e com capacidade suficiente para a população¹⁹⁸.

Este trecho dá-nos certezas de que o cemitério público de Arcozelo estava a ser construído em 1884.

Em 1893 lemos que: *O Sr. Presidente comunicou que o Reverendo Guilherme de Oliveira Couto irá exercer as funções de administrador do cemitério da paróquia de Arcozelo*¹⁹⁹.

Posteriormente em dezembro de 1936 podemos ler em ata a escritura da empreitada de ampliação do cemitério²⁰⁰.



¹⁹⁸ Ata de 27 de novembro de 1844. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79948&type=PCD>.

¹⁹⁹ Ata de 23 de março de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/195.

²⁰⁰ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68410&type=PCD>.

Figura 20 - Digitalização da escritura da empreitada de ampliação do cemitério na ata de 20 de dezembro de 1936. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68410&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

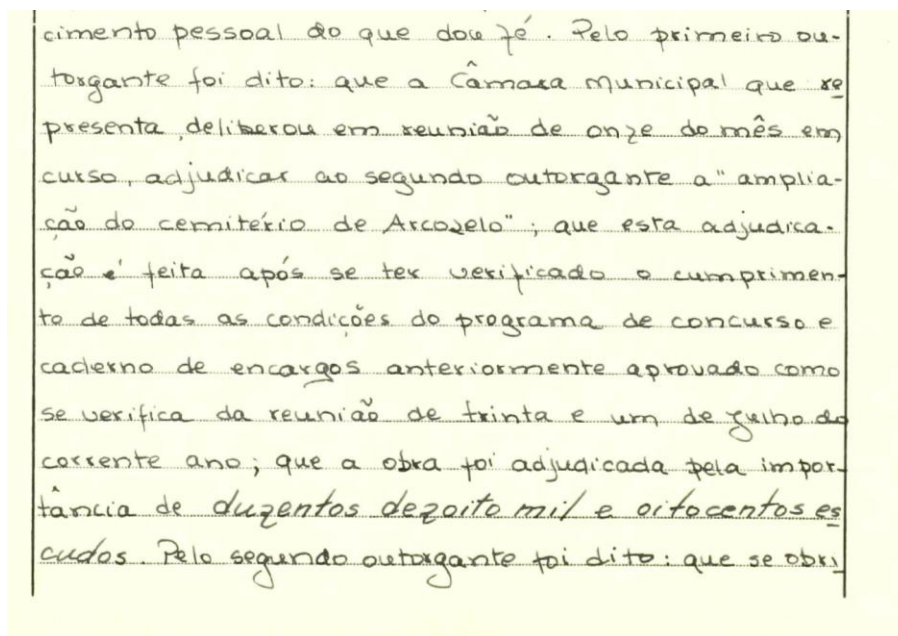


Figura 21 - Digitalização da escritura da empreitada de ampliação do cemitério na ata de 20 de dezembro de 1936. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68410&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

Com estes documentos entendemos que não havia mais espaço no cemitério para novas inumações e por isso era necessário ampliar a área do local, contudo não conseguimos obter datas concretas sobre a ampliação.

No ano de 1951 fica registado em ata de 8 de junho o alargamento e pavimentação da estrada do cemitério ao lugar de Sá nesta freguesia²⁰¹. Este tipo de procedimento era necessário já que o cemitério necessitava de boas acessibilidades para os cidadãos visitarem os seus entes queridos, mas também, para o transporte de corpos para a realização de cerimónias fúnebres.

²⁰¹ Ata de 8 de junho de 1951. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75847&type=PCD>.

No mesmo ano, na ata nº38 ainda se menciona a expropriação de um prédio para este efeito²⁰².

Em 1963 encontramos uma escritura para ampliação do cemitério²⁰³. No ano de 1968 confirma-se a obra em pavimentação²⁰⁴. Ainda em 1970 verifica-se que a obra decorre com recurso a outra escritura²⁰⁵.

No ano de 1987 é assinado o contrato da empreitada de ampliação²⁰⁶. Durante os anos de 1990 e 1996, o cemitério foi ampliado e há vários documentos²⁰⁷ no Arquivo de Sophia de Mello Breyner da Câmara que abordam o processo sem grandes detalhes. Apenas se sabe que teve duas fases de crescimento. Em 1996 é ainda colocado o gradeamento, delimitando o seu perímetro e a obra é dada como terminada. Estas atas permitem confirmar que estas obras eram demoradas, muitas das vezes pela falta de meios económicos ou até de mão de obra. Era comum as obras serem abandonadas levando a novos contratos que atrasavam mais este tipo de construções.

2.4. Avintes

²⁰² Escritura realizada a 15 de outubro de 1963. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75855&type=PCD>.

²⁰³ Escritura de 20 de dezembro de 1963. Este registo está representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68410&type=PCD>. No mesmo ano temos também escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4477. Uma outra escritura sobre a vedação do terreno ampliado do ano de 1970. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69022&type=PCD>.

²⁰⁴ Ata de 7 de junho de 1968. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68811&type=PCD>.

²⁰⁵ Escritura não representada de forma digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5785.

²⁰⁶ Esta escritura não está representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1386.

²⁰⁷ São várias atas onde existem apenas alíneas que mencionam o assunto, mas não elaboram ou descrevem mais sobre o tema. Do ano de 1990 temos a ata nº 9 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/2914; do ano de 1991 as atas nº5 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/889 e nº43 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/979; de 1992 as atas nº6 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/893, nº23 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/941, nº44 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/983 e nº46 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/988; do ano de 1993 a ata nº3 com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/2946; Estes registos não se encontram representados de forma digital.



Figura 22 - Entrada do Cemitério Paroquial de Avintes. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério Paroquial de Avintes localiza-se na rua Escola Central nº 65, com as coordenadas 41.1114327,-8.5578212 e é gerido pela Junta de Avintes. A 75m localiza-se a Igreja Paroquial de Avintes. Este cemitério apresenta um grande conjunto de sepulturas muito próximas umas das outras. O terreno tem-se apresentado escasso, e em alguns casos as campas não estão planas. Supõe-se que o terreno não teve uma terraplanagem prévia. Algumas sepulturas sobrepõem-se a outras.

Segundo Queiroz²⁰⁸, este cemitério tem uma história muito ligada à cólera, já que Gaia foi dos concelhos mais afetados pela doença. Esta afirmação justifica-se pela proximidade do rio Febros nesta localização. Em 1885 ainda se realizavam inumações

²⁰⁸ QUEIROZ, 1998: 24.

no adro da igreja, algo que deixou de ser possível dado o odor dos cadáveres. Decidiu-se utilizar a capela do Senhor do Palheirinho para o efeito²⁰⁹. Em 1891 e 1892 o cemitério foi ampliado, e o seu regulamento foi aprovado no ano de 1897.

No portal do cemitério encontramos a data de 1858. A capela mortuária do local é do ano de 1901.

Na monografia de Avintes²¹⁰ é possível confirmar que a cólera teve um grande impacto neste local: *O abade Andrade foi uma das grandes vítimas da grande epidemia de cólera, em 1855 (...) ainda hoje existe a sua sepultura no adro, junto da capela-mor*²¹¹. Na mesma obra é mencionado o cemitério onde é confirmado que a sua construção ocorreu no ano de 1858, como consequência da cólera: *(...) junto à igreja fica o cemitério paroquial, construído em 1858, três anos depois que a terrível epidemia de cólera veio bater no ombro à freguesia (...)*. Também se consegue compreender nesta obra a revolta das mulheres perante o enterro no cemitério, que na época era mal visto²¹². O autor refere a ampliação do cemitério e como foi necessário demolir a residência paroquial para o efeito, mas também destaca a capela do Senhor dos Aflitos como local de descanso das ossadas das vítimas da cólera²¹³.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner existem algumas atas da Câmara sobre este cemitério. Em 1880 a Junta mandou inteirar a Câmara sobre a existência de um local ideal para o cemitério. Na ata podemos ler: *(...) passou a Câmara a tratar do seu expediente ordinário, procedeu-se à leitura da ata da sessão precedente, sobre a qual reclamou o vereador João Tomás Cardoso, da mesma ata, não constava a informação*

²⁰⁹ *Ibidem*: 25.

²¹⁰ Obra intitulada de “Avintes e suas Antiguidades” do ano de 1890 escrita por Inocência Osório Lopes Gondim.

²¹¹ GONDIM, 1890: 78.

²¹² Leia-se: *Todavia, mesmo anteriormente à grande epidemia quando de tempos a tempos a igreja ficava repleta, abriam-se as sepulturas no adro, durante o tempo necessário para que se consumissem os corpos dentro da igreja e recomeçava-se de novo a fazer ali os enterramentos. Isto deu por vezes, origem a grandes motins populares. Um dia, porque um homem morreu se chamava João da Igreja e acertou de ser o primeiro a enterrar no adro, por não ter já lugar dentro da igreja, um grupo de mulheres furiosas, de enxada e de alvião no ombro, foram ali abrir-lhe uma sepultura, cujo cadáver ainda em decomposição e forçaram o padre a ir responsar o morto junto da cova, depois de ter aterrado a que estava aberta no adro. (...) Desta vez até tocaram os sinos a rebate e foi preciso (...) vir para aqui uma força militar.* GONDIM, 1890: 80-81.

²¹³ GONDIM, 1890: 83.

por ele dada, de não haver encontrado nas proximidades do terreno escolhido pela junta paroquial de Avintes, para cemitério paroquial, local mais apropriado para este fim, e por isso requeria que esta sua declaração fosse consignada na presente ata, o que assim a Câmara resolveu²¹⁴. Com este documento verifica-se uma preocupação por parte da Junta de Freguesia na construção do cemitério público de Avintes, mas não temos mais informação sobre se avançaram com este terreno ou se havia algum tipo de planta ou projeto. Também não é possível identificar uma data de construção mais precisa, já que não há uma fonte que nos confirme tal.

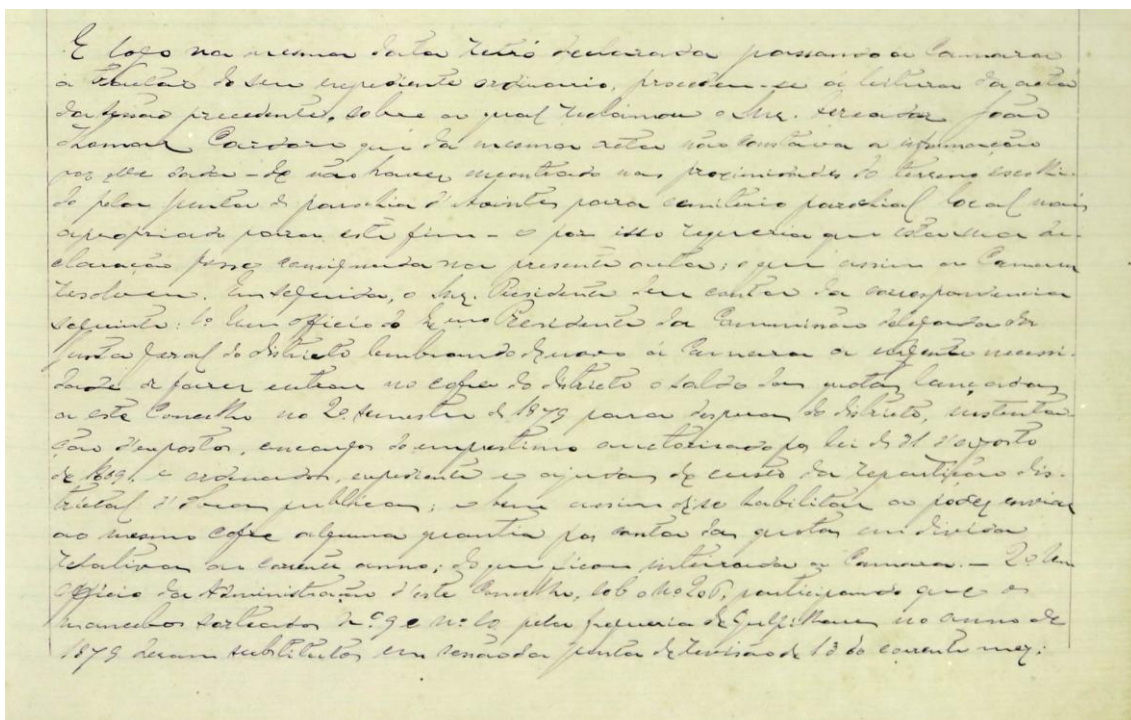


Figura 23 - Digitalização da ata de 21 de maio de 1880. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79675&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

No ano de 1885 a Junta de Avintes solicita um subsídio para obras de ampliação do espaço: *Da Junta Paroquial de Avintes, solicitando um subsídio para poder levar a efeito a ampliação do cemitério da freguesia. Sobre o que resolveu a Câmara que*

²¹⁴ Ata de 21 de maio de 1880. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79675&type=PCD>.

*oportunamente se inclua em orçamento uma verba para este fim*²¹⁵. No ano seguinte pede-se o mesmo, já com recurso a um orçamento pensado no valor de cem mil reis: (...) *Junta Paroquial de Avintes, pedindo o pagamento da quantia de 75:000 Reis, o restante do preço da expropriação da casa da mesma junta, bem como a entrega do subsídio de cem mil Reis para a ampliação do cemitério da dita freguesia. Tomado em consideração.*²¹⁶. Com recurso a estas duas atas é possível compreender que o cemitério já estava construído pelo menos desde o ano de 1885, o que coloca a sua data de construção por volta de 1880.

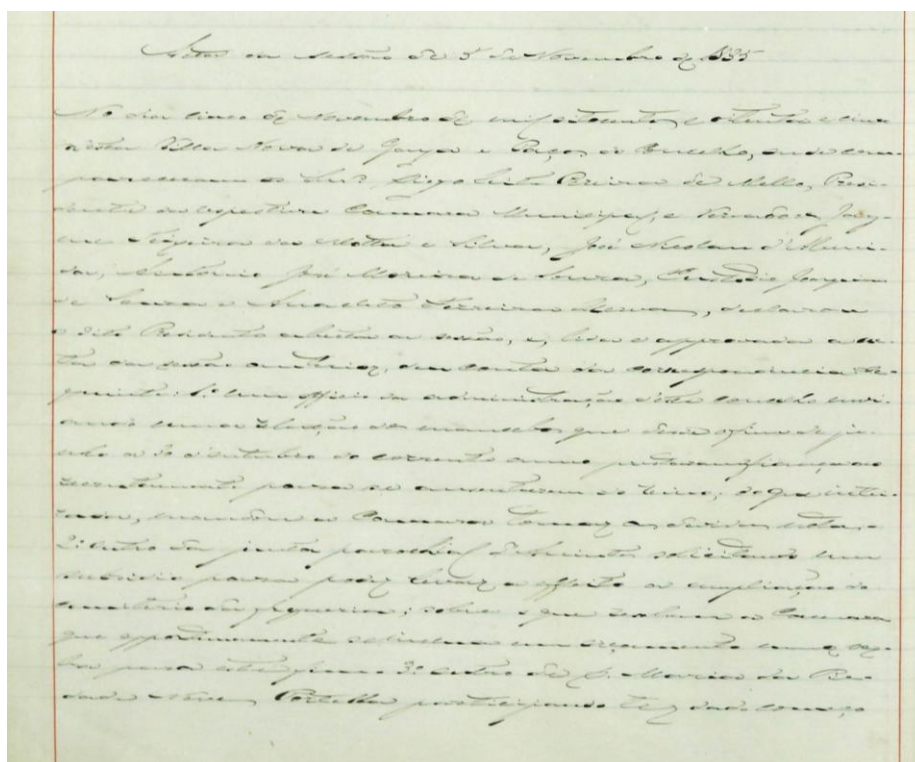


Figura 24 - Digitalização da ata de 26 de março de 1886. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79913&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

No ano de 1889 verifica-se que: *Foram também presentes um ofício da Junta paroquial de Avintes submetendo à aprovação da Câmara a sua deliberação de 17 de*

²¹⁵ Ata de 5 de novembro de 1885. Este registo está disponível de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79120&type=PCD>.

²¹⁶ Ata de 26 de março de 1886. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79913&type=PCD>.

novembro último, relativa à obra de construção dos muros de suporte e vedação do terreno com que foi ampliado o cemitério paroquial, orçado em duzentos e sete mil trezentos e noventa Reis (...) ²¹⁷. A vedação do terreno volta a ser mencionado em ata no ano de 1890 ²¹⁸. Assim, podemos entender que as obras de ampliação avançaram bem como a construção dos muros e vedação do cemitério público de Avintes.

No ano seguinte, apenas se menciona: *Ofício da Junta Paroquial de Avintes, acerca da realização de diversas obras no cemitério da freguesia* ²¹⁹. Não sabemos do que se trata.

Em 1893 lê-se em ata: *O Vereador Dias Aleixo informou que José Pinto da Silva, residente em Avintes, se disponibiliza para exercer as funções de fiscal do cemitério local* ²²⁰. Ainda em março do mesmo ano verifica-se que: *O Vereador Augusto Romariz informou a Câmara de que o Pároco e Presidente da Junta Paroquial de Avintes se recusa a entregar as chaves do cemitério local* ²²¹. Isto motivou a deslocação do presidente como se confirma pelo seguinte: *O Sr. Presidente informou que foi, na companhia do Administrador do Concelho, à freguesia de Avintes para tomar posse do cemitério paroquial e dos haveres da paróquia* ²²². Ainda em 1893, mas sobre outro assunto, vemos em ata o seguinte: *Compareceu Joaquim Francisco da Silva e Francisca da Silva, que haviam requerido licença para construírem jazigos no cemitério paroquial de Avintes* ²²³.

²¹⁷ Ata de 26 de dezembro de 1889. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80174&type=PCD>.

²¹⁸ Ata de 14 de agosto de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/079.

²¹⁹ Ata de 10 de dezembro de 1891. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/139.

²²⁰ Ata de 16 de março de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/194.

²²¹ Ata de 23 de março de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/195.

²²² Ata de 6 de abril de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/196.

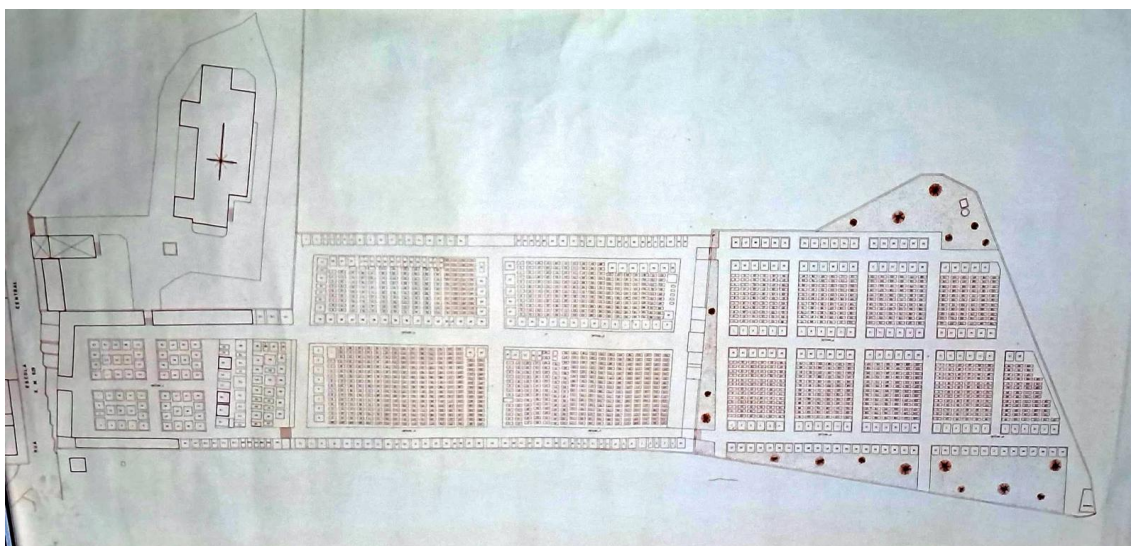
²²³ Ata de 27 de abril de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/199.

Em 1896 verifica-se: *Resolveu mais a Câmara, que se remetam à junta paroquial de Avintes, o processo e planta relativa ao cemitério dos não católicos*²²⁴. Este cemitério não seria um espaço separado do cemitério dos católicos, apenas seria murado e anexado ao existente.

Dado que há uma lacuna de informação no Arquivo de Sophia de Mello Breyner em relação a este cemitério a partir de 1896, damos um salto temporal até 1978.

Em 1978 temos uma escritura de empreitada de obra de construção de ossários neste cemitério²²⁵.

No ano de 1982 assina-se uma escritura de empreitada da obra de ampliação do cemitério²²⁶. Depois deste documento não temos mais informação relativa ao cemitério.



²²⁴ Ata de 5 de março de 1896. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80227&type=PCD>.

²²⁵ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2011; e ainda uma outra: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/067/117. No ano seguinte há também uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3957. E ainda: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/069/086.

²²⁶ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1543. No ano seguinte há ainda um outro registo também sem representação digital com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1576. Em 1999 há uma escritura de cedência de terrenos para este efeito sem representação digital, mas com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2583.

Figura 25 - Planta do cemitério de Avintes, disponibilizada pela Junta de Freguesia de Avintes de cerca de 1900²²⁷.

2.5. Canelas



Figura 26 - Entrada do cemitério de Canelas. Fotografia da autora. Data: 10/11/2024.

²²⁷ Disponibilizada pelo diretor do Solar de Condes de Resende que entrou em contacto com a Junta de Avintes. O Solar de Condes de Resende é um centro de documentação localizado em Canelas em Vila Nova de Gaia.

O Cemitério de Canelas, com as coordenadas 41.0798121,-8.6004925, localiza-se na rua do Cardeal Cardjin, e é gerido pela Junta de Canelas. É um espaço pequeno e tem três patamares. A 130m fica a Igreja Paroquial de Canelas.

Segundo Queiroz²²⁸, a Junta tinha intenções de construir um cemitério desde 1862 tendo já um orçamento realizado, assim como a reorganização do adro e construção da casa da fábrica. O adro da igreja tinha boas condições e continuou a ser utilizado até à construção efetiva do cemitério, que apenas se deu em 1889²²⁹.

O seu regulamento foi aprovado no ano de 1891, mas a data do portal é de 1896.

A monografia de Canelas²³⁰ apresenta-nos mais dados. A outubro de 1888 pensa-se em criar um cemitério novo já que se enterravam os corpos noutras freguesias pela falta de espaço no adro²³¹. Cria-se uma comissão para o efeito. Para a construção de qualquer cemitério são necessárias verbas e por isso a Junta de Freguesia decide pedir apoio à Câmara. Segundo Francisco Barbosa da Costa, no ano de 1899 é mencionado em ata a existência de um cemitério para não católicos²³². Mais tarde, no ano de 1926 aborda-se a ampliação do espaço, mas só em 1927 se iniciam as obras²³³. Em 1936 constrói-se um ossário. Quatro anos mais tarde a Câmara comunica a participação do estado para ampliar o espaço²³⁴.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner, existem atas e uma escritura relativas ao cemitério de Canelas. A primeira ata é do ano de 1863 e nela podemos ler: *Sendo-lhe presente um rol de derrama feito pela junta paroquial de Canelas, e lançada aos respetivos paroquianos para despesas da construção do cemitério, na razão de 50% do importe da contribuição predial e industrial, perfazendo a quantia de 269\$525 mil reis, deliberou a Câmara autorizar e estabelecer como postura municipal, o lançamento da*

²²⁸ QUEIROZ, 1998: 33.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ A obra designa-se por “São João Baptista de Canelas. Notas Monográficas” de 1980 por Francisco Barbosa da Costa.

²³¹ O autor apresenta-nos um trecho desta preocupação: *por enquanto tem a capacidade para se fazerem os interramentos pela média dos anos anteriores n’esta freguesia e tendo em vista o crescimento da população que aumenta consideravelmente*. COSTA, 1980: 357.

²³² COSTA, 1980: 358.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ *Ibidem*.

*dita derrama na forma constante da distribuição feita pela dita junta*²³⁵. Isto permite compreender que a Junta estava empenhada na construção do cemitério e pelo cumprimento do decreto de 1835. Este assunto fica encerrado em 1864 como verificamos em ata: *Sendo presente à Câmara uma derrama lançada pela paróquia de Canelas, acompanhada de vários documentos que lhe eram respetivos, para a mesma ser aprovada, destinada a acabar de satisfazer a despesa da construção de um cemitério paroquial, deliberou a Câmara aprovar, e autorizar a dita derrama (...)*²³⁶. Esta construção ainda não foi terminada no ano de 1890 pela falta de meios económicos, como podemos confirmar: *Sendo também presente um ofício da Junta Paroquial de Canelas, de 5 do corrente, enviando cópia da ata da sua sessão extraordinária de 2 do mesmo mês, em que se deliberou solicitar à Camara um subsídio pecuniário para a conclusão das obras do cemitério da paróquia resolveu-se em harmonia com as considerações expostas pelos Srs. Vice-presidente e Almeida Rego, responder que as circunstâncias financeiras do município não permitem por agora satisfazer o pedido, o qual no entanto fica tomado em consideração*²³⁷.

²³⁵ Ata de 20 de novembro de 1863. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78694&type=PCD>.

²³⁶ Ata de 16 de dezembro de 1864. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78756&type=PCD>.

²³⁷ Ata de 6 de novembro de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/090.

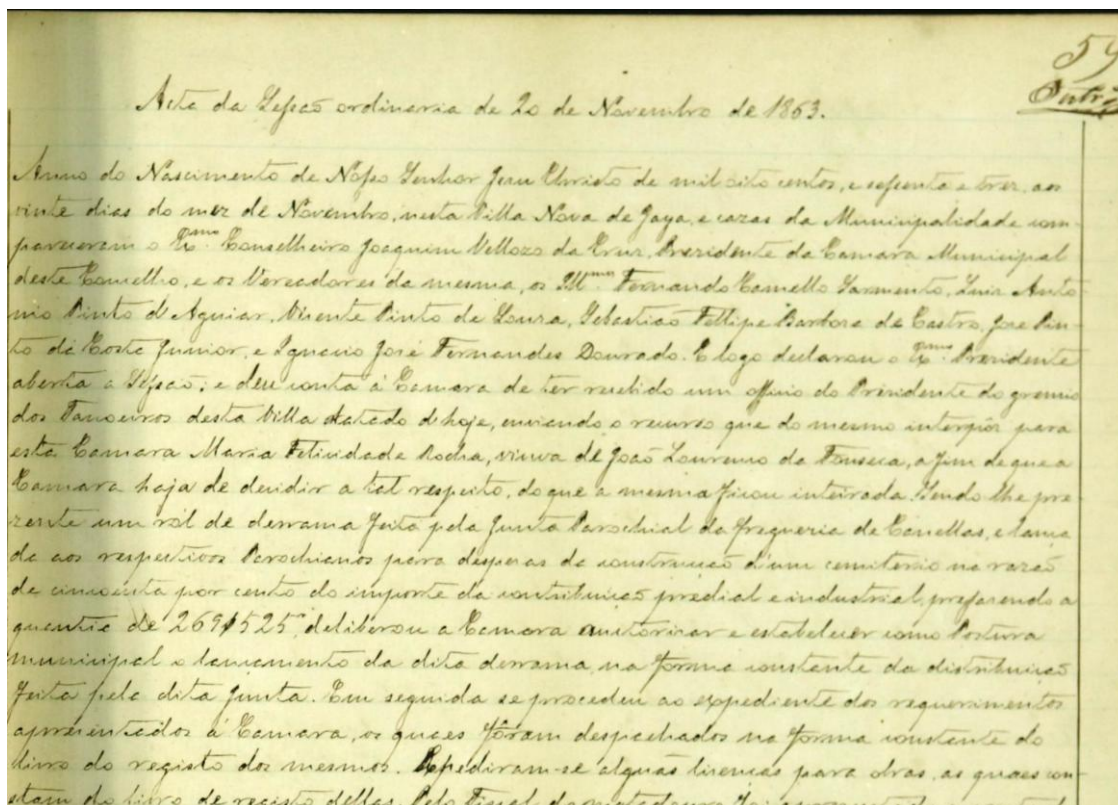


Figura 27 - Digitalização da ata de 20 de novembro de 1863. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78694&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

Entre 1863 e 1972 não temos nenhuma fonte que indique o sucedido ou quando foi construído o cemitério público de Canelas.

No ano de 1972, foi realizada uma escritura entre a Junta de Freguesia e o Sr. Manuel Caetano de Freitas que aborda pequenas obras no cemitério²³⁸. Com esta informação não é possível saber do que se tratam as pequenas obras, mas podemos perceber que o local estava construído ao fim de vários anos. De 1979, existem dois

²³⁸ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69342&type=PCD>. Há ainda uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4103.

processos de notariado assinados pelo Sr. Joaquim Fernandes da Silva Pereira²³⁹ e ainda pelo Sr. Manuel Caetano de Freitas para o mesmo fim²⁴⁰.

Em 1982 existe um processo de notariado com a escritura de contrato de empreitada para a ampliação do cemitério²⁴¹, mas que não nos indica data concreta do início da obra ou da sua conclusão. Apenas em 1991 seria possível ler novamente sobre este local.

Em 1991 fica registado em ata “*Alargamento do Cemitério de Canelas*” sem mais informação²⁴², o que nos deixa novamente sem a possibilidade de afirmar de forma fidedigna em que data foi aumentado este local. No ano de 1994 existe um processo de notariado para o mesmo fim, assinado com a Sra. Ana Maria Ferreira Barbosa²⁴³.

2.6. Canidelo – Cemitério Velho

²³⁹ Esta escritura não apresenta representação digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNGAM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/070/171.

²⁴⁰ Esta escritura não apresenta representação digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNGAM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3169.

²⁴¹ Esta escritura não apresenta representação digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNGAM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0803.

²⁴² Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74030&type=PCD>.

²⁴³ Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0556.



Figura 28 - Entrada do antigo Cemitério de Canidelo. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O antigo Cemitério de Canidelo, com as coordenadas 41.1210107,-8.6454959, localiza-se na rua do Meiral nº 11, e é gerido pela Junta de Canidelo. A Igreja Paroquial de Canidelo fica a 130m e o Cemitério Novo de Canidelo a 750m. Este cemitério é amplo e tem apenas um patamar.

Segundo Queiroz²⁴⁴, no ano de 1868 realizavam-se enterros no adro, que se encontrava em más condições. Em 1875 já recebia enterros²⁴⁵. Segundo o autor, no ano de 1890 entra no Governo Civil um processo de ampliação, que foi levado a cabo entre 1891 e 1892²⁴⁶. Não nos foi possível confirmar os dados do Governo Civil.

O seu regulamento é aprovado em 1897, comprovando a sua utilização.

²⁴⁴ QUEIROZ, 1998: 33.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*.

A monografia de Canidelo²⁴⁷ não apresenta dados novos para a nossa pesquisa.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner podemos ler ainda, do ano de 1866, a ata onde a Câmara é convidada a escolher o terreno para este cemitério: *Outro, do pároco de Canidelo, convidando a Câmara para ir escolher o sítio para o cemitério da paróquia (...)*²⁴⁸. Esta passagem confirma a falta de um local concreto para a localização do cemitério. Passam alguns anos até que haja nova informação sobre este espaço.

Em 1890 o cemitério estava construído, como se confirma em ata: (...) *outro ofício da Junta Paroquial de Canidelo, de 26 do corrente, com a cópia da ata da sua sessão de 23 do mesmo mês, submetendo à aprovação da câmara a deliberação de proceder a várias obras, cujo orçamento total importa em duzentos e trinta mil Reis, no cemitério e na igreja matriz da freguesia*²⁴⁹. Como se verifica com esta passagem, o cemitério já estava construído, mas não há uma indicação de uma data concreta para a sua construção ou até mesmo um projeto ou planta.

No ano de 1893 verifica-se: (...) *que recentemente havia sido arrombada a porta de acesso ao terreno dedicado ao enterramento de não católicos, no cemitério de Canidelo*²⁵⁰.

Há ainda uma ata que aborda um processo de alargamento do cemitério em Canidelo no ano de 1933²⁵¹. Tudo indica que este é o pedido que leva à construção do novo cemitério de Canidelo, já que era inviável a ampliação deste.

²⁴⁷ Verificamos a obra “Canidelo no Passado e no Presente” de 1995 do Padre José da Costa Saraiva ou Fernando de Sintra.

²⁴⁸ Ata de 20 de abril de 1866. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78832&type=PCD>.

²⁴⁹ Ata de 27 de novembro de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/093.

²⁵⁰ Ata de 12 de maio de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/201.

²⁵¹ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262001&type=PCD>.



Figura 29 - Digitalização de planta de Vila Nova de Gaia com o cemitério de Canidelo. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262001&type=PCD>. Consultado a 10/10/2024.

PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE CANIDELO

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

O projecto que temos a honra de apresentar, refere-se à ampliação do actual cemitério da freguesia de Canidelo, situado na Rua do Meiral.

O cemitério existente não dispõe neste momento, de qualquer espaço livre para um só enterramento. Por outro lado e porque o seu terreno está muito saturado, a decomposição dos cadáveres é muito lenta. Assim, e porque se torna absolutamente necessário e até urgente obter uma nova área de terreno que satisfizesse as necessidades actuais e futuras da Freguesia, foi determinado o alargamento nas condições da planta apresentada, em ante-projecto, (solução B), por Parecer do Exm^o. Conselho Superior de Higiene, de 6 de Abril do ano corrente, confirmado pelos Despachos de Suas Excelencias o Ministro do Interior e Subsecretário da Assistencia.

O terreno previsto para a ampliação projectada, apresenta uma forma quasi rectangular, com uma área aproximada de 4.300 m² e tem uma constituição silico-argilosa, coberto por uma camada de terra vegetal, com uma altura média de 0,40, que na sua quasi totalidade é removida para depósito.

O numero de óbitos actual na Freguesia é, em média, de 200 por ano entre adultos e crianças, o que exige uma área utilizavel de 2.000 m², que é sensivelmente a que dispomos para sepulturas.

Na elaboração deste projecto procurou-se obter a solução mais economica dentro das disposições estabelecidas e de acordo com o local que nos foi indicado - que é servido pela Rua do Meiral, de bom acesso.

A planta urbanistica mostra a distribuição do terreno para sepulturas, jazigos e capelas-jazigos. Previu-se a construção de uma Casa Mortuaria, para uma capacidade de 40 urnas, com as dimensões de 6,00 X 4,00 m., e de reduzido custo. Esta edificação que se prevê ser a primeira a realizar-se será inicialmente utilizada como depósito, posto que, como atrás dissemos, neste momento, na Freguesia, não é possivel fazer-se qualquer enterramento.

Os muros de vedação são em perpeanho e tem 2,20 m. de altura, excepto o principal que, em virtude da inclinação da rua, terá de ser em degraus, com uma altura média aproximada de 1,50 m. e encima

Figura 30 - Digitalização da memória descritiva do projeto de ampliação do cemitério antigo de Canidelo (na altura o único existente).

Com recurso a esta memória descritiva, conseguimos compreender que o cemitério de Canidelo era um espaço que não deveria ter sido utilizado para este efeito

pelas suas condições. É um terreno bastante húmido e que desacelera o processo de decomposição, necessário para a reutilização das sepulturas.

2.7. Canidelo – Cemitério Novo



Figura 31 - Entrada do Cemitério Novo de Canidelo. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério Novo de Canidelo, com as coordenadas 41.1275763,-8.6518441, localiza-se na Rua Alto dos Chouselas nº 4, e é gerido pela J.F. de Canidelo. É um dos cemitérios mais recentes do concelho, graças à impossibilidade da ampliação do

anterior, dado o crescimento da população e habitações em volta. A 600m localiza-se a Igreja Paroquial de Canidelo. A 750m fica o Cemitério Paroquial de Canidelo, também conhecido como «cemitério velho». O novo cemitério de Canidelo apresenta três patamares, dimensões médias e uma organização distinta dos restantes, dada a sua construção tardia.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner foi possível perceber que a Junta de Canidelo fez um pedido inicial para aumentar o único cemitério da freguesia à época, em 1933²⁵². O pedido foi negado diversas vezes já que o local apresentava demasiado calcário e era bastante húmido. No ano de 1939 a Junta apresenta um novo projeto para um novo espaço²⁵³. Na memória descritiva²⁵⁴ é possível ler que não se previu a construção da capela ou do portão principal.

As obras do novo cemitério público de Canidelo arrancaram em 1941. Em 1944 e 1945 o Estado enviou documentos para a Junta de Freguesia, segundo os quais os subsídios para a ajuda da construção tinham sido anulados, o que nos leva a concluir que ainda não estava construído. Três anos depois aborda-se em ata que o cemitério está a ser construído²⁵⁵. No mesmo ano abre-se um inquérito sobre o desaparecimento do processo da obra²⁵⁶.

Já em 1949 são realizados os autos de vistoria dos terrenos para a construção do local, mas há ainda algumas atas que apresentam menção a deliberações sobre

²⁵² Veja-se o ponto 1.2.4 sobre o cemitério de Canidelo (antigo) ou o seguinte: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262001&type=PCD>.

²⁵³ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262002&type=PCD>.

²⁵⁴ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262002&type=PCD>.

²⁵⁵ As atas mencionadas são todas do ano de 1948. Na ata nº6 onde podemos ler *Construção do novo cemitério* (PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/LV.39-FL.75V-81V); na ata nº7 onde podemos ler *Deliberação sobre processo de construção do cemitério e Apresentação da exposição dos habitantes sobre cemitério novo* (PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/1594) e ainda a ata nº34 (PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/029) onde se volta a ler o mesmo que na ata nº6. Estes documentos não estão representados de forma digital.

²⁵⁶ Como podemos ler na ata nº8 de 1948. Este documento não está representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/LV.39-FL.90V-105.

ampliações do cemitério²⁵⁷. Este documento permite-nos saber que o local estava construído e já sem espaço.

No ano de 1982 temos um contrato de empreitada de obra para a ampliação do cemitério²⁵⁸, celebrado com o Sr. António Moreira da Silva. Passados 6 anos é assinada a escritura de contrato de promessa e venda de terrenos para a ampliação²⁵⁹. Em 1992 descreve-se a reavaliação de uma parcela de terreno integrada na área de construção do cemitério²⁶⁰. O mesmo acontece no ano seguinte²⁶¹. No ano de 1995 inicia-se a segunda fase ampliação do cemitério novo²⁶². Existem ainda alguns processos de notariado²⁶³ sobre a compra e venda de terrenos que seriam necessários para a ampliação do novo cemitério. Estas atas e processos demonstram a demora e burocracia para estes processos.

2.8. Crestuma

²⁵⁷ Este assunto pode verificar-se na ata nº45 de 1949. Este documento não está representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/453.

²⁵⁸ Este processo não está representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0803.

²⁵⁹ Este assunto é representado em processo de notariado que não apresenta representação digital, mas tem a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0539. Ainda no mesmo ano temos a assinatura do contrato da empreitada sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5266.

²⁶⁰ Este assunto está disponível na ata nº5 de 1992. Este documento não está representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/890.

²⁶¹ Este assunto pode ler-se na ata nº46 do ano de 1993. Este documento não está representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/222/989.

²⁶² Como se verifica em escritura não representada de forma digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5273. Ainda em 1997 temos uma escritura adicional com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5274.

²⁶³ Estes processos são dos anos de 1995 e 1996. Os documentos não estão representados de forma digital, mas apresentam as seguintes cotas: do ano de 1995: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1205 e PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1206 e PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3313; e do ano de 1996: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3314.



Figura 32 - Entrada do Cemitério de Crestuma. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério da Crestuma, com as coordenadas 41.0643806, -805028278, localiza-se na Avenida da Saudade. A sua gestão é feita pela União de Juntas de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma. É um cemitério com dois patamares, que apresenta uma capela. A 450m encontra-se a Igreja Paroquial de Crestuma. No ângulo este do cemitério existe uma pilastra com as datas 1919 e 1924 que supomos que sejam alusivas à ampliação do espaço.



Figura 33 - Pilastra no ângulo este do cemitério de Crestuma.

Segundo Queiroz²⁶⁴, a história deste cemitério não tem muitos dados como as restantes. Segundo a documentação, no ano de 1868 realizavam-se enterros no adro da igreja. Em 1891, quando apresentadas as estatísticas ao Governador Civil, regista-se um terreno escolhido e vistoriado para cemitério²⁶⁵. Este espaço ficava próximo da igreja. No ano seguinte são demonstradas as mesmas estatísticas e deu entrada no Governo Civil um processo relativo ao cemitério de Crestuma. Segundo o autor em 1909 há um novo processo de construção que podia indicar que a construção do local ainda decorria,

²⁶⁴ QUEIROZ, 1999: 56.

²⁶⁵ *Ibidem*.

contudo em 1913 a estatística apresentada revela que os enterros eram realizados no adro da igreja²⁶⁶. Não nos foi possível confirmar os dados sobre o Governo Civil.

No portão, em ferro, regista-se a data de 1928 que pode ser alusiva à construção do gradeamento e não do cemitério em si.

A monografia de Crestuma não apresenta dados sobre o cemitério.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner apenas conta uma ata de 1976, onde foi deliberada a ampliação do cemitério.

Em 1977 regista-se uma escritura de compra e venda de terrenos para o efeito²⁶⁷. No ano seguinte celebra-se a assinatura do contrato para a obra²⁶⁸.

2.9. Gulpilhares

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70319&type=PCD>.

²⁶⁸ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261626&type=PCD>. Temos ainda um processo com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5357.



Figura 34 - Entrada do Cemitério de Gulpilhares. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério de Gulpilhares, com as coordenadas 41.0766163, -8.6305363, localiza-se na rua das Associações nº 30. A sua gestão é feita pela União de Juntas de Freguesias de Gulpilhares e Valadares. A 190m encontra-se a Igreja Paroquial de Gulpilhares. O cemitério tem dois patamares e é bastante amplo.

Segundo Queiroz²⁶⁹, no ano de 1868 ainda se realizavam enterros no adro da igreja, que estava em más condições. O terreno não tinha as condições ideais, sendo lamacento, o que prejudicava no processo de decomposição dos cadáveres. O autor descreve como a Junta de Gulpilhares pede ao Governo Civil uma licença para o terreno

²⁶⁹ QUEIROZ, 1998: 34.

escolhido ser comprado e comecem as obras no ano de 1876²⁷⁰. O Governo Civil pede então à Junta que escolha outro terreno dado o excesso de humidade naquele que tinha sido inicialmente escolhido. No ano de 1883 dá entrada um novo processo no Governo Civil. Pensa-se que este processo seja relativo à construção do local, que terá decorrido entre 1883 e 1887. Neste último ano registam-se também os primeiros enterros.²⁷¹. Não nos foi possível confirmar os dados relativos ao Governo Civil.

O regulamento do cemitério foi aprovado em 1896, comprovando a sua utilização.

A monografia de Gulpilhares²⁷² não apresenta dados sobre o cemitério.

De acordo com os documentos no Arquivo de Sophia de Mello Breyner, a história deste local tem mais informação. Em 1849, a Câmara mandou compor a calçada e o caminho público junto à igreja de forma a alargar também o cemitério. Na ata pode ler-se: (...) *o que muito preciso era, por causa da salubridade pública*²⁷³. Supomos, tendo em conta a cronologia, que o cemitério aqui referido podia corresponder apenas ao adro da igreja já que não há indicações da construção de um cemitério neste local.

Podemos considerar que apenas em 1875 se começam a realizar investimentos para a construção do cemitério com recurso à ata: *E deliberou mais que se procedesse no dia 1 de setembro, pelas 10 horas da manhã, à vistoria no terreno escolhido pela Junta de paróquia de Gulpilhares, para cemitério paroquial da mesma*²⁷⁴.

No ano seguinte ainda não se conseguiu construir o espaço pela falta de meios económicos pelo que é solicitado: (...) *um requerimento da junta de paróquia de Gulpilhares em que pede que lhe seja concedido um subsídio para ajuda da despesa da construção de um cemitério paroquial na dita freguesia, resolveu a Câmara conceder-lhe o referido subsídio*²⁷⁵.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ QUEIROZ, 1998: 35.

²⁷² A obra designa-se por “A Freguesia de Santa Maria de Gulpilhares” de 1987 por Carlos Valle.

²⁷³ Ata de 7 de dezembro de 1849. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77535&type=PCD>.

²⁷⁴ Ata de 27 de agosto de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79416&type=PCD>.

²⁷⁵ Ata de 5 de abril de 1876. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79452&type=PCD>.

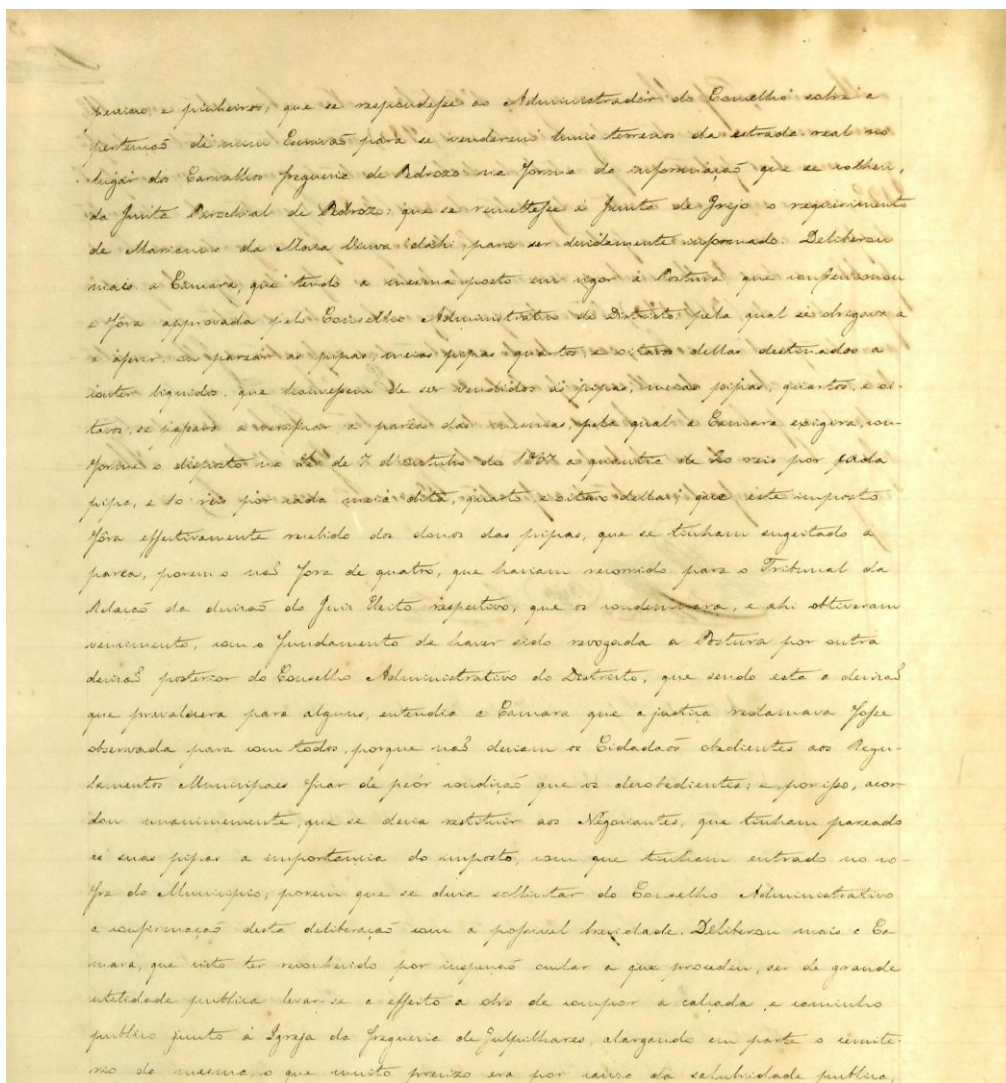


Figura 35 - Digitalização da ata de 7 de dezembro de 1849. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77535&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

Desde o ano de 1876 não houve qualquer menção a este cemitério e apenas o ano de 1889 traz novidades. Em ata lemos que foi recebido um ofício: (...) *da Junta Paroquial de Gulpilhares, submetendo à aprovação a sua deliberação de 12 deste mês com respeito a várias obras para conservação e melhoramento do cemitério e adro da respetiva Igreja Matriz, orçadas em duzentos e quarenta mil Reis*²⁷⁶. Este documento indica-nos que entre 1876 e 1889 o cemitério foi construído, mas não temos certezas de uma data concreta.

²⁷⁶ Ata de 26 de dezembro de 1889. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80174&type=PCD>.

Alguns anos depois em ata apenas menciona-se: *Ofício da Junta Paroquial de Gulpilhares, relativo à sua deliberação respeitante a obras diversas no cemitério paroquial*²⁷⁷. Não sabemos do que se trata.

Em 1977 temos uma escritura de compra e venda de terreno para ampliação do cemitério²⁷⁸. No ano seguinte celebra-se a assinatura de contrato para a obra decorrer²⁷⁹. Confirmando assim que a ampliação estava a decorrer.

Em 1995 é mencionado o assunto de ampliação do local e em 1996 abre-se concurso público para a adjudicação da empreitada de ampliação²⁸⁰.

Já no ano de 1997 verifica-se em ata a viabilidade do terreno do Sr. António Lourenço, que seria doado para ampliação do cemitério público de Gulpilhares, e também uma proposta de subsídio para a reparação do local. No mesmo ano abre o concurso público para a realização da obra. Em 1999 é adjudicada a empreitada da mesma²⁸¹. No ano seguinte é feito um pedido de prorrogação da obra e também um auto de vistoria para receção provisória da obra²⁸².

Em 2001, na última ata identificada, faz-se uma revisão de preços para a obra de ampliação, o que nos indica que ainda não estava concluída a obra de ampliação.

2.10. Grijó

²⁷⁷ Ata de 14 de maio de 1891. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/116.

²⁷⁸ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70237&type=PCD>.

²⁷⁹ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5359. Temos ainda esta escritura: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/068/167.

²⁸⁰ Este processo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0813. Existe ainda uma outra escritura sem representação, mas a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4792.

²⁸¹ Escritura sem representação digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1800.

²⁸² Deste ano temos uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/94_2000.



Figura 36 - Entrada do Cemitério de Grijó. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério de Grijó, com as coordenadas 41.0277786, -8.5844636, gerido pela União de Juntas de Freguesias de Grijó e Sermonde, localiza-se na Alameda do Mosteiro. Fica a 240m do Mosteiro de Grijó. O cemitério tem três patamares e um grande ossário no centro.

Segundo Queiroz²⁸³, em 1868 realizavam-se enterros no adro. A Junta de Freguesia de Grijó pensava em construir um espaço novo para o efeito. Em 1891 entra no Governo Civil um processo sobre este cemitério novo. Segundo o autor em maio do

²⁸³ QUEIROZ, 1999: 54.

mesmo ano já existia um terreno selecionado e com vistoria realizada²⁸⁴. No ano seguinte uma nova estatística revela que o terreno estava aprovado, mas o processo estava a decorrer, possivelmente por falta de verba. Em 1893 o Dr. Manuel Alves de Castro decidiu comprar os terrenos que faltavam para a implantação do cemitério²⁸⁵. Três anos depois decide doar o terreno à paróquia, apenas com a condição de que seja concedido um terreno para o jazigo de família. As obras acabaram por ser um pouco demoradas, mas em 1897 já se realizavam as primeiras inumações²⁸⁶.

No portão de ferro do cemitério é possível ver a data de 1900.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner encontramos algumas atas e escrituras sobre este espaço.

Em 1873 lemos: *Resolveu mais a Câmara, que se consignasse na ata, que tendo a Câmara procedido no dia 9 do corrente mês, a exame juntamente com os facultativos do partido, no terreno para cemitério pela Junta de Paróquia de Grijó, e tendo-se encarregado aos mesmo de darem a sua informação acerca das condições e aptidão do terreno escolhido para tal fim, por isso se aguardasse a informação a fim de em face dela, se deliberar acerca da aprovação do mencionado terreno*²⁸⁷. Esta passagem confirma que a Junta estava a tentar avançar com a construção do cemitério público de Grijó.

Em dezembro verifica-se que: *Tendo a Câmara procedido no dia 9 de outubro à inspeção, juntamente com os facultativos do partido, no terreno indicado pela Junta de Paróquia de Grijó, para cemitério paroquial, e tendo no mesmo ato a Câmara examinado o terreno indicado pela Junta, sito dentro da quinta do vereador Alfredo Braga, próximo da casa que serve de escola de instrução primária, e Igreja Matriz, e bem assim outro terreno indicado para o dito fim pelo referido vereador na sua propriedade chamada o Campo Grande, no sitio do Paço do Coteiro, e tendo a Câmara tomado em consideração o parecer dos ditos facultativos, resolveu aprovar o estabelecimento do cemitério neste*

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ QUEIROZ, 1999: 55.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ Ata de 10 de outubro de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79316&type=PCD>.

*último local*²⁸⁸. O terreno estava aprovado e podiam começar a construir o cemitério de Grijó.

Em março de 1875, a Câmara estabelece um prazo para: (...) *que se oficiasse à junta de paróquia de Grijó, encarregando-lhe que no prazo de trinta dias tratasse de se habilitar com os meios precisos para estabelecer o cemitério paroquial*²⁸⁹. Esta ata demonstra que o cemitério ainda não estava concluído dois anos depois.

A julho de 1875 é exigido o levantamento da planta do terreno escolhido, assim como a expropriação do mesmo, o que deixa dúvidas sobre o que foi feito entre 1873 e 1875. Provavelmente não haveria meios económicos para avançar com a obra. Verifica-se o seguinte em ata: *1º Que a Câmara de Vila Nova de Gaia, mande pedir imediatamente ao engenheiro distrital o levantamento da planta do terreno escolhido para cemitério público na freguesia de Grijó, e bem assim à direção das obras, em harmonia com o prescrito no decreto e portarias. 2º Que se proceda sem demora à expropriação do terreno escolhido para cemitério público, observando-se a lei de 23 de julho de 1850 e mais legislação*²⁹⁰.

No ano seguinte, fica registado na ata de 26 de janeiro que se mandou realizar inspeções aos terrenos escolhidos, demonstrando que havia já um cuidado para a implantação destes locais: *Mais deliberou a Câmara que se procedesse no dia 31 do corrente mês, à inspeção nos terrenos escolhidos pela junta de paróquia de Grijó, para se estabelecer o cemitério paroquial, convidando-se os facultativos do partido para comparecerem à inspeção no dito dia pelas 11 horas da manhã*²⁹¹.

²⁸⁸ Ata de 5 de dezembro de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79323&type=PCD>.

²⁸⁹ Ata de 5 de março de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79392&type=PCD>.

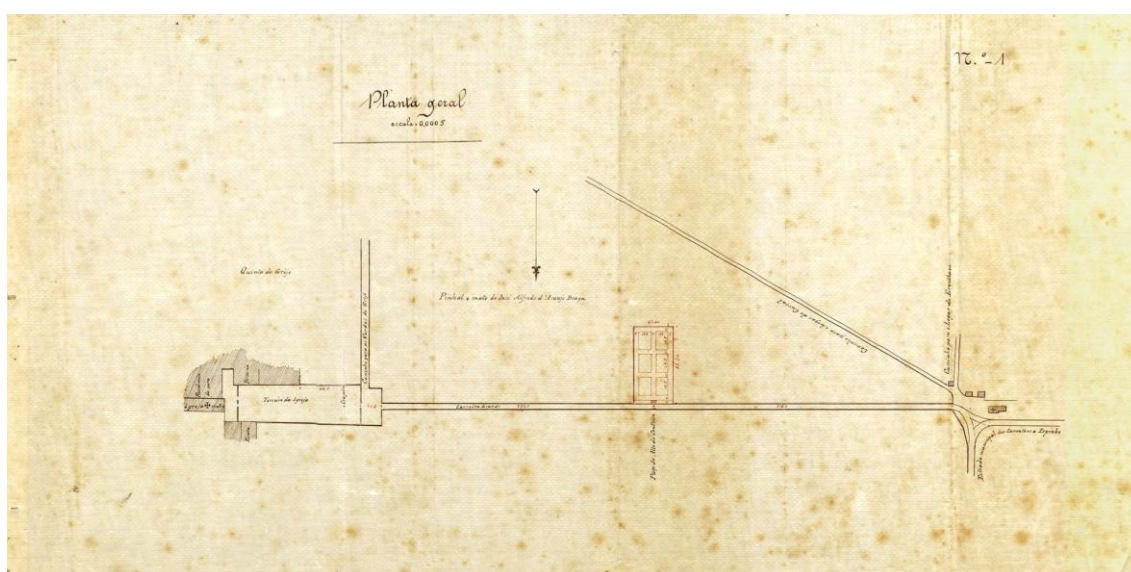
²⁹⁰ Ata de 30 de julho de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79412&type=PCD>.

²⁹¹ Ata de 26 de janeiro de 1876. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79438&type=PCD>.

Na ata de 9 de fevereiro de 1876²⁹² é mencionada a resistência de José Alfredo de Araújo Braga, que não permitiu a entrada dos inspetores para a realização dos exames ao terreno.

Em abril decide-se a data para a vistoria do terreno: *Resolveu mais a Câmara, que se proceda no dia 18 a vistoria no terreno escolhido pela junta de paróquia de Grijó, para cemitério paroquial*²⁹³.

Temos disponível o projeto para o cemitério municipal datado de 1875²⁹⁴. Na planta é possível confirmar que o terreno era do Sr. Vereador Alfredo Braga.



²⁹² Ata de 9 de fevereiro de 1876. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79442&type=PCD>.

²⁹³ Ata de 12 de abril de 1876. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79453&type=PCD>.

²⁹⁴ O registo está disponível de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262034&type=PCD>.

Figura 37 - Planta geral do cemitério. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=262034&pagelist=0&AplicacaoID=1&Pagina=3>. Consultado a 10/11/2024.

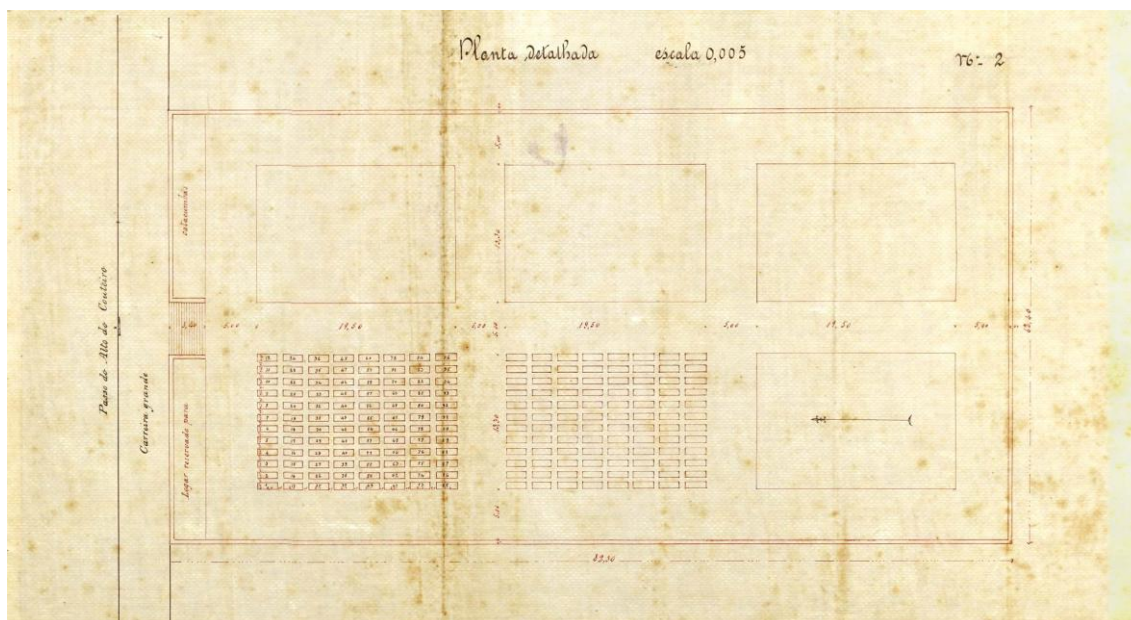


Figura 38 - Planta detalhada do cemitério de Grijó. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=262034&AplicacaoID=1&Pagina=4&pagelist=0>. Consultado a 10/11/2024.

Há uma lacuna de informação entre 1877 e 1893 que não conseguimos colmatar. Não temos registos sobre este cemitério neste espaço de tempo.

Em ata de 1893 informa-se que: *O Vereador Moreira de Sousa informou que o terreno escolhido para a construção do Cemitério Paroquial da freguesia de Grijó, acabou de ser cedido pelos seus proprietários ao Sr. Manuel Alves de Castro, e por este entregue gratuitamente à paróquia para por esta ser feita a construção*²⁹⁵. Não sabemos o que motivou o atraso desta obra, mas possivelmente haveria falta de meios económicos para a compra do terreno que o Sr. Vereador Manuel Alves de Castro acabou por doar à Junta de Freguesia de Grijó.

²⁹⁵ Ata de 9 de março de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/193.

Ainda em julho dá-se conta de que: *O Vereador Moreira de Sousa, propôs que se oficiasse ao vereador Alves de Castro, embora esteja no gozo de licença, convém que ele venha ocupar o seu lugar, a fim de que quando seja oferecido à Câmara um terreno que se diz ter sido cedido para o estabelecimento do cemitério da freguesia de Grijó, esteja presente, para esclarecer esta corporação das condições com que haja de ser feita a entrega do aludido terreno*²⁹⁶. No mês de agosto: *O vereador Alves de Castro, declarou que fará a entrega do terreno, para estabelecimento do cemitério da freguesia de Grijó*²⁹⁷. Conseguimos compreender que os enterros ainda são feitos no adro com a seguinte passagem: (...) *sobre a urgência da resolução do estabelecimento do cemitério de Grijó, uma vez que os enterramentos se continuam a fazer no adro da Igreja*²⁹⁸.

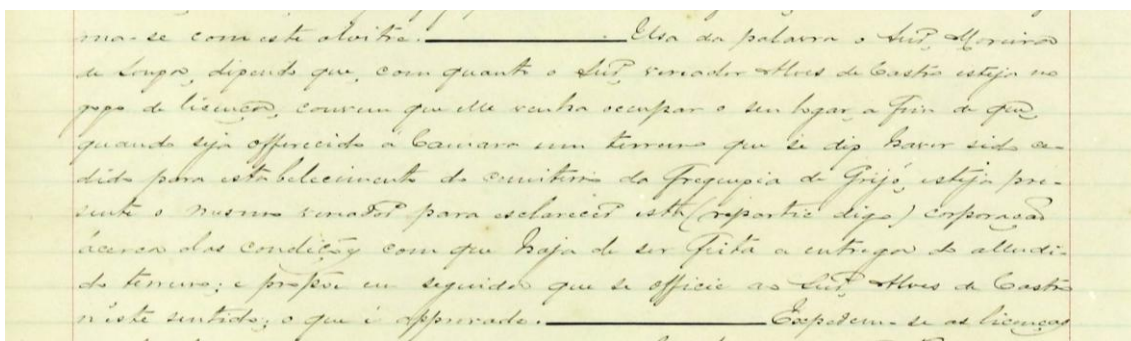


Figura 39 - Digitalização da ata de 20 de julho de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80047&type=PCD>. Consultado a 07/05/2025.

No ano seguinte lê-se: *Apresentação do acórdão da Comissão Distrital, a aprovar a aceitação do terreno oferecido para instalar o cemitério de Grijó*²⁹⁹. É ainda

²⁹⁶ Ata de 20 julho de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80047&type=PCD>.

²⁹⁷ Ata de 10 de agosto de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80050&type=PCD>.

²⁹⁸ Ata de 23 de agosto de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80064&type=PCD>.

²⁹⁹ Ata de 1 de fevereiro de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80085&type=PCD>. No mesmo mês foi ainda abordado o orçamento da vedação do terreno na ata de 8 de fevereiro de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80086&type=PCD>. A 21 de junho lemos: *Aprovação do anúncio da arrematação da obra de vedação do terreno destinado para o novo cemitério de Grijó*. Registo representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80103&type=PCD>. A adjudicação da obra é feita no mês de julho, veja-se a representação de forma digital: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80107&type=PCD>.

apresentado um documento de escritura da venda do terreno para estabelecer o cemitério, por parte de Manuel Alves de Castro e esposa, Maria Augusta da Conceição e Castro³⁰⁰. Existe também um processo de escritura de cedência de terrenos por parte de José de Sousa Barroso. Durante o ano de 1894 e 1896 não encontramos informação relativa ao cemitério público de Grijó.

No ano de 1896 verificamos em ata que *Foi lavrada a escritura de cedência de terreno, para a instalação do cemitério de Grijó*³⁰¹. Estes documentos permitem apenas entender que havia um grande atraso em pedidos e burocracias para a construção dos cemitérios, algo comum na época para a construção de edifícios públicos.

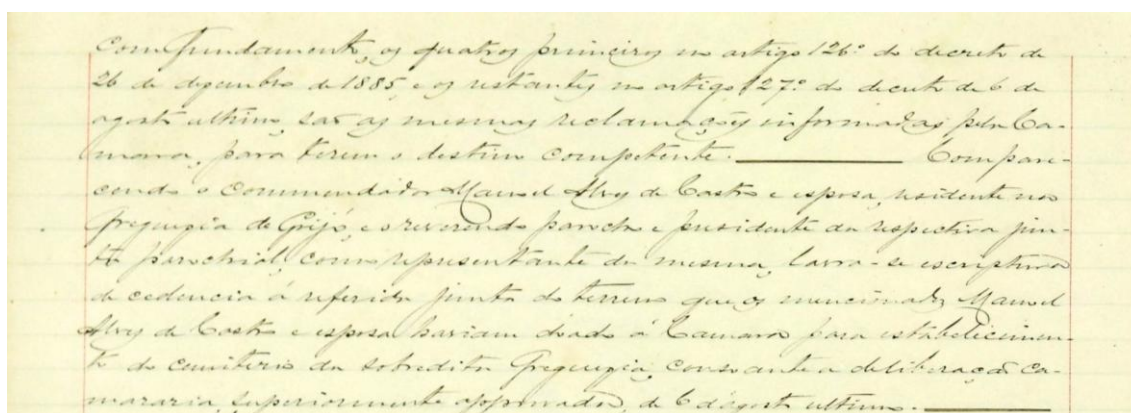


Figura 40 - Digitalização da ata de 15 de outubro de 1896. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80256&type=PCD>. Consultado a: 07/05/2025.

Em 1948, temos uma escritura para reparar a estrada municipal entre o Largo Santo António e o Mosteiro de Grijó que ficava próximo do cemitério³⁰². No ano seguinte a Câmara aborda a ideia de pavimentar com paralelepípedos a estrada municipal entre o cemitério e o Mosteiro de Grijó³⁰³. A estrada foi realizada e ainda hoje é utilizada. Entre esta data e o ano de 1965 não temos informação sobre este cemitério.

³⁰⁰ Escritura representada de forma digital no arquivo. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68289&type=PCD>.

³⁰¹ Ata de 15 de outubro de 1896. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80256&type=PCD>.

³⁰² Registo representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68388&type=PCD>.

³⁰³ Registo representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75771&type=PCD>.

Em 1965 ocorre uma nova doação de terrenos para a ampliação do cemitério por parte de Manuel Alegre Martha³⁰⁴. No ano de 1969 é assinado o contrato de empreitada de ampliação do cemitério³⁰⁵. Em 1970 ainda está em marcha os preparativos da obra de ampliação³⁰⁶.

Em 1975, uma ata que aborda a deliberação da prescrição de jazigos³⁰⁷.

Já em 1992 a Câmara manda construir um poço no cemitério³⁰⁸.

2.11. Lever

³⁰⁴ Escritura representada de forma digital em arquivo. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68285&type=PCD>.

³⁰⁵ Escritura representada de forma digital em arquivo. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68951&type=PCD>. Há ainda uma escritura sobre este assunto sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4051.

³⁰⁶ Escritura sem representação de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1151. Podemos verificar também o mesmo assunto na escritura com esta cota: PT/MVNGa-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5778.

³⁰⁷ Ata de 20 de outubro de 1975. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76902&type=PCD>.

³⁰⁸ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73968&type=PCD>.



Figura 41 - Entrada do Cemitério de Lever. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Lever, com as coordenadas 41.0666984, -8.482814, localiza-se na rua Central nº 1475, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Sandim, Crestuma, Lever e Olival. A 270m do cemitério existe a Igreja Velha de Lever e a 150m a Igreja de Lever. O Cemitério apresenta dois patamares.

Para este cemitério não existe grande informação sobre a sua construção e o seu processo. Cremos que esta falta de informação surge do facto da freguesia de Lever ter sido anexada a Vila Nova de Gaia apenas no ano de 1926 como se verifica no Decreto-Lei nº 12.475. Esta freguesia pertencia à Vila da Feira.

Art. 2.º É anexada ao concelho de Vila Nova de Gaia a seguinte freguesia limítrofe, com a sua mesma área actual:

Lever, do concelho de Vila da Feira.

Figura 42 - Artigo 2º do Decreto-Lei nº 12:457. Diário do Governo n.º 226/1926, Série I de 11/10/1926. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1926/10/22600/15081508.pdf>. Data de acesso: 05/05/2025.

No portão de ferro da entrada principal regista-se a data de 1897.

Queiroz³⁰⁹ apenas descreve que existem algumas capelas com valor artístico neste cemitério.

A monografia de Lever³¹⁰ não apresenta dados sobre o cemitério.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner existe apenas um processo com mais de 340 folhas sobre a construção da estrada do cemitério de Lever até ao Lugar da Portelinha, iniciada no ano de 1941. Este processo, bem como outros que fomos mencionando ao longo do nosso trabalho, são bastante importantes pois demonstram como a acessibilidade era importante e altera a paisagem urbana. O processo de construção está bastante completo e apresenta até o concurso realizado, as propostas recebidas das várias construtoras e outros documentos alusivos ao processo. Há ainda as atas de alguns documentos sobre expropriação de terras, casas³¹¹ e escrituras de parcelas para o aumento do cemitério³¹². Existe ainda uma escritura relativa a aquisição de terrenos do ano de 1961³¹³.

Pela falta de dados sobre este cemitério não conseguimos criar uma cronologia certa e fidedigna.

2.12. Madalena

³⁰⁹ QUEIROZ, 1999: 55.

³¹⁰ A obra designa-se por “Santo André de Lever. Notas monográficas.” de 2003 por Francisco Barbosa da Costa.

³¹¹ Processo de expropriação de casas. Documentos de entre 30 de dezembro de 1952 a 7 de dezembro de 1955. Documentos disponíveis de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261442&type=PCD>.

³¹² Processo de expropriação de terras. Documentos de entre 17 de abril de 1950 e 5 de maio de 1951. Este processo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261441&type=PCD>.

³¹³ Escritura de 9 de janeiro de 1961. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68358&type=PCD>.



Figura 43 - Entrada do Cemitério da Madalena. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério da Madalena, com as coordenadas 41.1010605, -8.6485827, localiza-se na rua da Igreja da Madalena nº26, e é gerido pela Junta da Madalena. A 300m ergue-se a Igreja Paroquial da Madalena.

Segundo Queiroz³¹⁴, em 1868 realizavam-se enterros no adro da igreja da Madalena. Em 1887 a Junta de Freguesia convida um engenheiro para a realização de

³¹⁴ QUEIROZ, 1999: 51.

uma planta. O processo deu entrada no Governo Civil. Tinham de ser expropriados terrenos ao Dr. Joaquim Bernardino Cardoso. Este não autorizava a venda do seu terreno, pretendido na totalidade, o que levou à construção do cemitério em apenas parte do terreno, e no terreno contíguo ao passal do pároco. Foi necessário pedir um empréstimo para a construção e foram aforados os terrenos da praia que pertenciam à Junta³¹⁵. Foram contratados dois trabalhadores que se registam: José Francisco das Neves, como pedreiro, e José da Silva, como trabalhador de jardim. Dá-se a construção do cemitério em 1890 e em 1891 é concluído³¹⁶. Já eram realizados enterros ainda antes da sua conclusão. No portão do cemitério regista-se a data de 1891. Segundo o autor, no regulamento realizado pela Junta em 1892, já existia local designado para a construção de capelas-jazigo no cemitério³¹⁷. Há ainda o pedido de construção de jazigo de família por parte da D. Maria Rosa de Brito, mulher solteira que teve a autorização do irmão para o pedido. Em 1918 deu-se a ampliação do cemitério³¹⁸.

A monografia de Madalena³¹⁹ não apresenta dados novos já que foi escrita, pelo menos no que diz respeito ao cemitério, por Francisco Queiroz.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner encontram-se atas e escrituras sobre o local.

No ano de 1866 ainda não existia um cemitério, mas em abril são dados os primeiros passos nesse sentido: *Outro ofício, do pároco da freguesia da Madalena, participando que a junta de paróquia tinha escolhido para cemitério um terreno junto à Igreja, da parte do oeste e sudoeste, convidando a Câmara para o ir examinar, do que tudo a Câmara ficou inteirada*³²⁰. Este documento permite entender que a Junta de Freguesia estava a fazer cumprir a legislação, contudo até ao ano de 1885 não existe

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ QUEIROZ, 1999: 52.

³¹⁷ *Ibidem*.

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ Verificamos a obra “Santa Maria Madalena de Fermucia. Subsídios para uma monografia” Volume I encomendada pela Junta de Freguesia de Madalena no ano de 1997.

³²⁰ Ata de 13 de abril de 1866. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78831&type=PCD>.

mais informação sobre o cemitério público da Madalena, deixando-nos assim sem dados concretos.

Em 1885 a Junta de Freguesia pede à Câmara para examinar o terreno escolhido para a construção do cemitério: *Da Junta Paroquial da Madalena, pedindo para ser examinado pelo Facultativo do Partido o terreno escolhido por aquela Junta para a construção do Cemitério Paroquial. Do que inteirada, a Câmara resolveu que se lhe oficiasse para o fim indicado*³²¹. Pela informação de ambas as atas apenas podemos entender que a Junta já tinha escolhido o local, mas não podia avançar sem o consentimento da Câmara, que tinha de enviar alguém para inspecionar o local. Só no ano seguinte a Câmara escolhe o dia para a realização da vistoria: (...) *a Câmara designou o dia vinte e quatro do corrente mês, para se proceder à vistoria do dito terreno*³²². Entre 1886 e 1889 não há dados sobre este cemitério.

Em 1889 verifica-se que: *Sendo presente um ofício da Junta Paroquial da Madalena (...) enviando o projeto e orçamento da obra de construção do cemitério da paróquia (...) a Câmara, tendo examinado o referido projeto e orçamento na importância de sete contos e quatorze mil Reis, bem como a avaliação do terreno do passal, cuja aquisição é necessária para o estabelecimento do cemitério, na quantia de cento e oitenta e dois mil e seiscentos Reis, acordou aprovar a aludida deliberação para todos os efeitos legais*³²³. Entre 1889 e 1965 não temos novos esclarecimentos sobre o cemitério. Apenas podemos colocar como hipótese que o cemitério possa ter sido construído entre 1889 e os anos seguintes.

Em 1965 existe uma escritura de drenagem do cemitério³²⁴, tendo como segundo outorgante o Sr. Domingos Fernando Couto dos Santos.

³²¹ Ata de 26 de dezembro de 1885. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79129&type=PCD>.

³²² Ata de 18 de março de 1886. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79912&type=PCD>.

³²³ Ata de 21 de novembro de 1889. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80169&type=PCD>.

³²⁴ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=67581&type=PCD>.

Em 1976 há um processo de escritura de compra e venda para ampliar o cemitério³²⁵. No ano de 1978 temos uma escritura de contrato de empreitada para a ampliação³²⁶ do cemitério público da Madalena.

Sobre os acessos ao cemitério temos um processo notarial em 2001 entre a Câmara e a empresa de José Maria Pinto Monteiro. Este processo aborda a um novo arruamento de acesso para o cemitério³²⁷. Em 2013 continua-se a tentar melhorar o acesso ao cemitério, algo que conseguimos compreender na ata, que propõe a doação de dois lotes de terrenos adicionais para a Junta de forma a alargar o acesso³²⁸.

2.13. Mafamude

³²⁵ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70160&type=PCD>.

³²⁶ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261623&type=PCD>.

³²⁷ Este registo não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/P-DirMAG-N/297/40_2001.

³²⁸ Escritura não representada de forma digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/84_2013.



Figura 44 - Entrada do Cemitério de Mafamude. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Mafamude, com as coordenadas 41.12555, -8.60169, localiza-se na rua de Raimundo de Carvalho nº 242, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso. A 130m localiza-se a Igreja Paroquial de Mafamude.

Segundo Queiroz³²⁹, em 1802 o Sr. Manuel Joaquim Pereira Valente comprou um terreno no local do atual cemitério de Mafamude para uma sepultura. Este local seria o adro da Igreja Paroquial de Mafamude. Em 1850 a Junta contrata um coveiro. Segundo Francisco Queiroz, esta contratação só seria viável se existisse um grande número de

³²⁹ QUEIROZ, 1998: 60.

mortos³³⁰. Em 1855 verifica-se a compra de um terreno na parte de trás da igreja que foi logo benzido. Foram pedidos alguns orçamentos. Na estatística apresentada ao Governo Civil, no ano de 1855 começam os enterros. Não nos foi possível confirmar estas estatísticas³³¹. Em 1864 autorizam-se as construções de capelas. Em 1876 a Junta compra mais terreno para conseguir responder às necessidades da população mais abastada que pretendia comprar espaço para a construção de capelas³³². O autor descreve ainda como neste cemitério não se faziam sentir os entraves e resistência às inumações, ao contrário do que acontecia no restante país. Em 1891 dá entrada um processo de ampliação do cemitério no Governo Civil³³³. Não nos foi possível confirmar este documento. Em 1892 constrói-se o portão do cemitério e os seus gradeamentos³³⁴.

Em 1917 o cemitério volta a não conseguir corresponder às expectativas e não se permite mais enterros por falta de espaço. As pessoas de Mafamude tinham de ser enterradas em Santa Marinha e isso deixou os habitantes revoltosos. Quando morre uma habitante de Mafamude, junta-se a população que tenta evitar o seu enterro noutra freguesia³³⁵. As autoridades tentaram impedir o enterro do corpo no terreno contíguo ao cemitério de Mafamude, mas tal não foi possível, pois quando chegaram já o cadáver estava inumado. Colocaram no cemitério um cruzeiro de pedra e chegaram até a enterrar outro corpo no local³³⁶. A Câmara apareceu no local com uma ordem judicial para mudar os cadáveres do local, mas juntou-se um grupo de mulheres que tentaram impedir a trasladação. A GNR acabou por intervir com recurso à violência³³⁷.

Na monografia de Mafamude³³⁸ é apresentada a mesma informação, descrita por Francisco Queiroz.

³³⁰ QUEIROZ, 1998: 61.

³³¹ *Ibidem*.

³³² *Ibidem*.

³³³ *Ibidem*.

³³⁴ QUEIROZ, 1998: 62.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ A obra designa-se por “São Cristóvão de Mafamude. Notas Monográficas.” de 2001 pelos autores Francisco Barbosa da Costa e Maria Fernanda Moreira.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner, existem algumas atas e documentos sobre este cemitério. No ano de 1875 regista-se uma ata de 6 de agosto onde é pedida uma vistoria aos terrenos: *Deliberou mais a Câmara que se procedesse a vistoria, na próxima sexta-feira, pelas dez horas da manhã, a requerimento de António de Sousa Melo, no cemitério paroquial de Mafamude, considerando-se para este fim, o facultativo do partido e a competente Junta de Paróquia*³³⁹. Não se sabe o que motivou este pedido. Esta ata permite-nos confirmar que pelo menos no ano de 1875 o cemitério estava construído. Apenas no ano de 1884 voltamos a ter dados sobre o cemitério público de Mafamude.

Em 1884, no mês de dezembro, a Junta pede à Câmara ajuda para ampliar o cemitério: *Da Junta Paroquial de Mafamude, dizendo que o cemitério da freguesia não tem a capacidade suficiente e pedindo novamente um subsídio para ajudar nas despesas com a ampliação do mesmo*³⁴⁰. Esta situação era frequente como já confirmarmos nos casos anteriores. Até 1886 a situação parece não estar resolvida. Em 1886 a Junta pede novamente à Câmara um subsídio para ajudas de custo para a ampliação do cemitério, deixando já um orçamento estabelecido de cem mil reis: *Da Junta paroquial de Mafamude, pedindo à Câmara a concessão de um subsídio para ajuda das despesas de alargamento do Cemitério Paroquial, a exemplo do que tem sido concedido a outras freguesias*³⁴¹. A Junta de Freguesia estava a tentar criar mais espaço no cemitério já que havia uma nova vaga de epidemias de doenças como a cólera que aumentavam o número de mortos todos os dias.

No ano de 1891 verifica-se: *Um ofício da Junta Paroquial de Mafamude, enviando cópia das condições do contrato celebrado em 1886 com o empreiteiro Francisco de Castro, para construção dos muros do cemitério da freguesia*³⁴². Esta frase apenas nos

³³⁹ Ata de 6 de agosto de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79413&type=PCD>.

³⁴⁰ Ata de 4 de dezembro de 1884. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79949&type=PCD>.

³⁴¹ Ata de 4 de novembro de 1886. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79936&type=PCD>.

³⁴² Ata de 5 de fevereiro de 1891. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/103.

permite verificar o nome do empreiteiro que estava a realizar obras no cemitério no ano de 1886, mas não apresenta outro tipo de dados. No ano seguinte menciona-se em ata apenas o seguinte: *Informação do Arquiteto acerca das obras que a Junta Paroquial da Mafamude pretende levar a efeito na Igreja Matriz e no Cemitério Paroquial*³⁴³. Estas obras podiam estar ligadas às de ampliação, mas não podemos afirmar com certeza.

A 7 de setembro verifica-se a: *Nomeação dos fiscais do cemitério de Mafamude, em nome de: Domingos Gonçalves de Castro, Zeferino Ferreira*³⁴⁴.

No ano seguinte vemos em ata: *Deliberação sobre o enterramento dos não católicos, no cemitério de Mafamude*³⁴⁵.

Em 1895 é publicado na revista “Egreja Lusitania Catholica, Apostolica e Evangelica” nº2 onde lemos sobre o cemitério e inumação de corpos de não católicos:

*Há mais que dezoito annos que a auctoridade administrativa tem por diversas vezes ordenado às Camaras Municipaes e ás Juntas da Parochia que cumprissem a lei exarada em diversas portarias, e apartassem um pequeno recinto dentro d’este cemiterio parochial para os não catholicos romanos. Não obstante estas ordens superiores, as diversas Camaras Municipaes e Juntas de Parochia teem sempre procurado varios pretextos e subterfugios para não cumprir a lei*³⁴⁶.

Esta passagem demonstra que havia uma preocupação para com as inumações de não católicos.

No ano de 1986 regista-se a escritura de uma empreitada de catacumbas³⁴⁷.

³⁴³ Ata de 14 de janeiro de 1892. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/144. O mesmo assunto aparece em ata de 28 de janeiro do mesmo ano. O registo também não está representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/146.

³⁴⁴ Ata de 7 de setembro de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80054&type=PCD>.

³⁴⁵ Ata de 4 de maio de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80097&type=PCD>.

³⁴⁶ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=285412&type=PCD>.

³⁴⁷ Esta escritura não apresenta representação digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3188.

Em 1970 há uma deliberação sobre a prescrição de jazigos do cemitério³⁴⁸.
A última ampliação dá-se no ano de 1979³⁴⁹.

2.14. Olival



Figura 45 - Entrada do Cemitério de Olival. Fotografia da autora. Data: 10/11/2024.

³⁴⁸ Ata de 1 de julho de 1970. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76670&type=PCD>.

³⁴⁹ No ano de 1978 existe uma escritura sobre este processo sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3166 e ainda um outro processo com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3167. Sobre o ano de 1979 temos uma escritura com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2868 e também a seguinte escritura com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5526. E ainda: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/068/018.

O Cemitério de Olival, com as coordenadas 41.0473384, -8.5452369, localizado no Largo da Igreja de Olival nº 51, é gerido pela União das Juntas de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma. A 9m ergue-se a Igreja Paroquial de Olival. O cemitério apresenta dois patamares.

Segundo Queiroz³⁵⁰, em 1868 eram realizados enterros num adro aceitável que com algumas melhorias poderia ser utilizado durante mais tempo. A data do portão é do ano de 1881 e tem ainda inscrita uma oração, "Orai pelas almas de nossos irmãos". Esta foi também a data dos primeiros enterros³⁵¹. A data mais antiga das capelas-jazigo é de 1903. Junto à fachada da Igreja Paroquial de Olival existem mais duas capelas neogóticas, que o autor supõe serem do século XIX³⁵².

A monografia de Olival³⁵³ não apresenta dados sobre o cemitério.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner a primeira menção deste espaço regista-se em 1877: *Deliberou mais, que se oficiasse aos cirurgiões do partido, para que procedessem ao exame do terreno indicado para cemitério paroquial de Olival*³⁵⁴. Este trecho indica que a Junta de Freguesia tinha um terreno escolhido para a implantação do cemitério público de Olival, que carecia de aprovação da Câmara.

No ano de 1894 lê-se: *Deliberação sobre a falta de limpeza e conservação do cemitério de Olival*³⁵⁵. Esta passagem comprova a existência do cemitério, que até então não tinha sido confirmada pela falta de dados entre o ano de 1877 e 1894.

É apresentada a escritura de um contrato entre a Junta de Freguesia de Olival e o Sr. João Rodrigues Pedrosa, que tinha como objetivo criar um poço para abastecer água nos sanitários do cemitério³⁵⁶. Este documento data de 1969.

³⁵⁰ QUEIROZ, 1998: 33.

³⁵¹ QUEIROZ, 1998: 34.

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ A obra designa-se por "Esboço monográfico de Santa Maria de Olival" de 1984 por António Augusto Guedes.

³⁵⁴ Ata de 24 de janeiro de 1877. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79494&type=PCD>.

³⁵⁵ Ata de 15 de março de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80090&type=PCD>.

³⁵⁶ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68997&type=PCD>.

Em 1978 regista-se uma escritura de venda de terrenos para ampliar o cemitério³⁵⁷.

2.15. Oliveira do Douro



Figura 46 - Entrada do Cemitério de Oliveira do Douro. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério de Oliveira do Douro, com as coordenadas 41.1262587, -8.5804584, localiza-se na Alameda Santa Eulália nº 33, e é gerido pela Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. A 350m fica a Igreja Paroquial de Oliveira do Douro. Este é um dos maiores cemitérios do concelho, à semelhança do de Santa Marinha. Apresenta quatro

³⁵⁷ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261602&type=PCD>.

patamares. Destacamos que este é o único cemitério do concelho onde as crianças são enterradas num espaço específico, mais próximo da igreja.

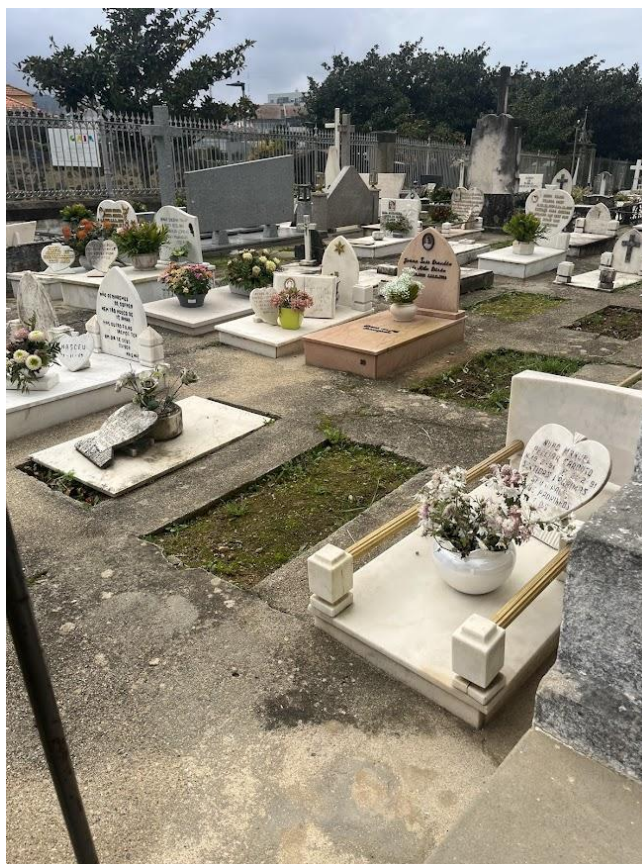


Figura 47 - Secção do Cemitério de Oliveira do Douro dedicada às crianças. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

Segundo Queiroz³⁵⁸, este cemitério foi criado no adro e no passal e os primeiros enterros ocorreram em 1855. Foi construído nesse ano e a data do portão é de 1867, provavelmente apenas o ano de conclusão do portal. A estatística apresentada ao Governo Civil no ano de 1892 o cemitério estava a ser ampliado³⁵⁹. Em 1885 e 1886 dão entrada mais dois processos no Governo Civil que hipoteticamente podiam ser relativos à ampliação do local. Não nos foi possível verificar estes dados.

³⁵⁸ QUEIROZ, 1998: 26.

³⁵⁹ *Ibidem*.

O regulamento do cemitério foi aprovado em 1892, comprovando assim a sua utilização e regras a serem aplicadas.

A monografia de Oliveira do Douro³⁶⁰ não apresenta dados sobre o cemitério.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner temos vários documentos sobre o cemitério e alguns processos relacionados com o mesmo.

No ano de 1854, a Junta de Freguesia estava com alguns problemas para enterrar tantas vítimas da cólera. A Junta pede à Câmara para realizar enterros em covas já existentes no cemitério da freguesia, o que nos indica que nesse ano já havia cemitério. Na ata lemos: *Leu o officio, do reitor de Oliveira do Douro, acompanhando um seu requerimento pedindo providencias para que sejam entulhadas umas covas existentes no cemitério da freguesia. Mandou-se remeter à junta paroquial, para informar se considera o dito cemitério municipal ou paroquial*³⁶¹. A Junta de Freguesia sabia que não podia enterrar vários corpos na mesma sepultura, mas a situação era extrema e pedia medidas semelhantes. Como vemos pedem urgência para o cemitério municipal ou paroquial, o que confirma que a Câmara estava a tentar construir o cemitério.

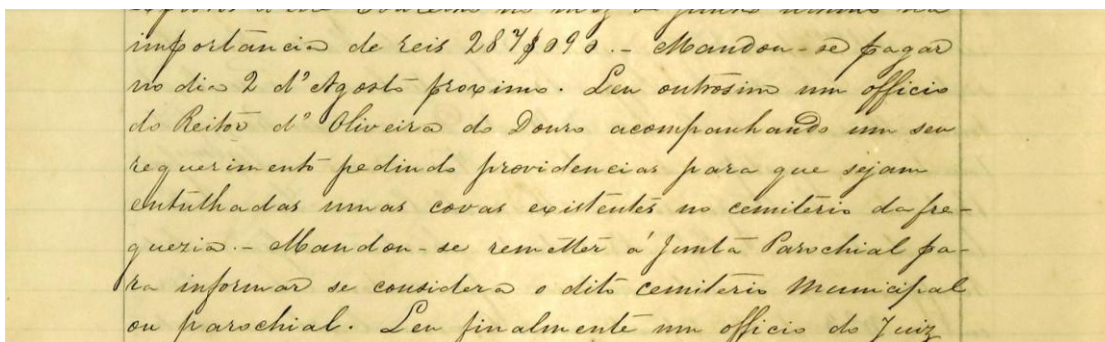


Figura 48 - Digitalização da ata de 28 de julho de 1854. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77745&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.

³⁶⁰ A obra designa-se por “Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro” de 1985 por Luís Gomes Alves de Almeida.

³⁶¹ Ata de 28 de julho de 1854. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77745&type=PCD>.

No ano de 1856 percebe-se em ata que este último ofício não chegou a ser respondido pelo que se volta a pedir uma resposta³⁶². No mês de setembro a Câmara responde de forma afirmativa ao pedido: *Mais deu conta o Presidente, de que lhe havia sido intimado o acórdão proferido pelo Conselho de Distrito, no recurso interposto desta câmara para o mesmo, pela Junta de Paróquia de Oliveira do Douro, cuja cópia apresentou e leu, de onde constava que o mesmo autorizara o enterramento de cadáveres no cemitério paroquial da dita freguesia, do que a Câmara ficou inteirada*³⁶³.

Em 1884 regista-se em ata que a Junta de Freguesia assume que já encontrou um lugar para o cemitério: *Um ofício da Junta Paroquial de Oliveira, participando haver escolhido um terreno adjacente ao cemitério da freguesia para ampliação do mesmo, e pedindo para que, em vista do exposto no artigo 11º do decreto de 24 de setembro de 1835 e no artigo 167º, nº 9 do código administrativo, a Câmara determine o que julgar conveniente*³⁶⁴. Com a ata do ano seguinte compreende-se que o cemitério seria ampliado, mas o local não era o melhor, pelo que foi necessário encontrar outro local: *Da Junta de Paróquia de Oliveira participando que não podendo fazer-se a ampliação do cemitério da freguesia, escolheu para estabelecer um novo cemitério um terreno sito no Lugar da Igreja, que é um campo que está à distância de cem metros da Igreja Matriz*³⁶⁵.

No ano de 1890 o cemitério está consolidado, algo que é possível confirmar com recurso à ata: (...) *consta a deliberação de mandar vedar pelo lado do Sul o cemitério da paróquia e gatar os muros dos lados Norte e Poente* (...) ³⁶⁶. A 27 de novembro lê-se: (...) *outro ofício da Junta Paroquial de Oliveira, dia 25, juntamente com a cópia da ata da sua sessão de dia 23 do dito mês, a fim de ser autorizada a levar a efeito a deliberação*

³⁶² Veja-se a ata de 15 de fevereiro de 1856. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77836&type=PCD>. Este conflito parece ficar resolvido a 22 de fevereiro de 1856 como se lê em ata. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77838&type=PCD>.

³⁶³ Ata de 12 de setembro de 1856. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78253&type=PCD>.

³⁶⁴ Ata de 26 de dezembro de 1884. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79953&type=PCD>.

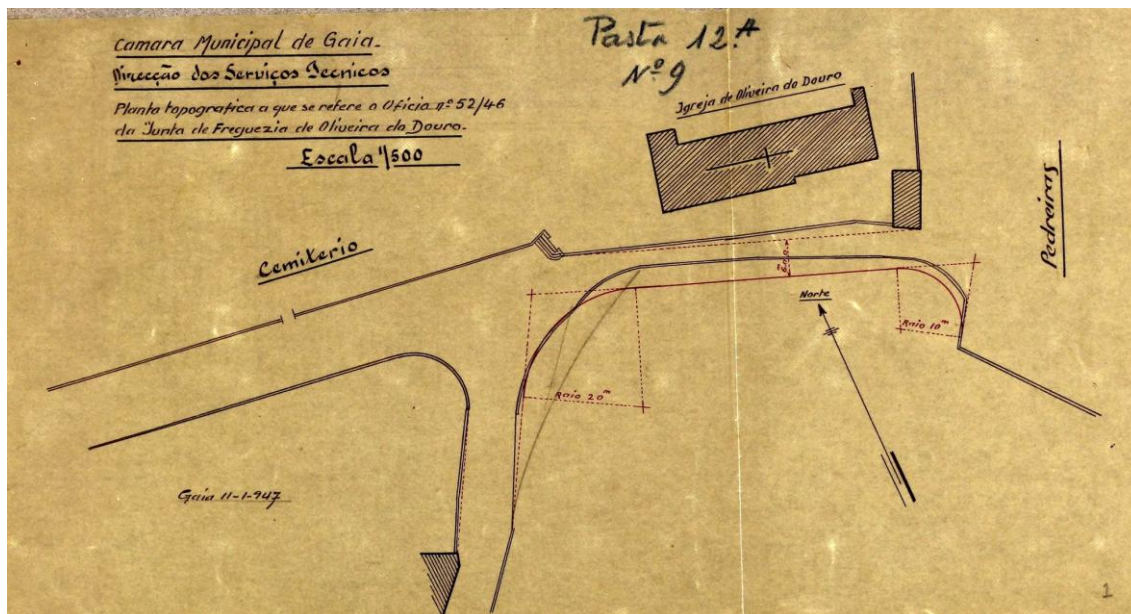
³⁶⁵ Ata de 5 de fevereiro de 1885. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79083&type=PCD>.

³⁶⁶ Ata de 20 de março de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/062.

constante da mesma ata relativa às obras de vedação do cemitério paroquial, construção de um portão de ferro na entrada do mesmo cemitério e exploração de uma pedreira ali existente, tudo orçado em duzentos e vinte e dois mil Reis³⁶⁷. Este documento confirma a nossa suspeita sobre as obras do gradeamento e vedação serem realizadas mais tarde do que a construção do cemitério, comprovando a nossa hipótese de que algumas datas dos portões se aplicam a esta conclusão de vedação ou gradeamento do local.

Já em 1893 a Câmara recebeu queixas de algumas irregularidades neste espaço: O Sr. Presidente informou a Câmara que tem recebido diversas queixas de irregularidades praticadas na administração do cemitério de Oliveira, e que se tendo deslocado ao local, pôde verificar da existência de outros problemas nas diversas obras em execução naquela freguesia³⁶⁸. Não conseguimos apurar mais detalhes.

No ano de 1947, uma obra da Junta de Oliveira do Douro menciona o cemitério³⁶⁹.



³⁶⁷ Ata de 27 de novembro de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/093.

³⁶⁸ Ata de 9 de março de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/193.

³⁶⁹ Este registo é relativo a um ofício da Junta de Oliveira do Douro. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262247&type=PCD>.

Figura 49 - Obra municipal de planta topográfica. Esta planta foi uma resposta a um ofício da Junta de Freguesia. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=262247&AplicacaoID=1&Pagina=1&pagelist=0>. Consultado a: 10/05/2025.

A ampliação deste local estava em marcha no ano de 1969, algo que confirmamos segundo a escritura de compra e venda de terrenos³⁷⁰.

Em 1980 assina-se uma escritura de empreitada para a obra de ampliação³⁷¹. No ano seguinte regista-se nova escritura³⁷².

No ano de 1985 é assinada uma escritura para o contrato de construção de ossários neste cemitério³⁷³.

Em 1993 é celebrado um protocolo entre a Câmara e a Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Douro para ampliar o cemitério³⁷⁴. No ano seguinte também continuam os processos de cedência de terrenos por parte da Fábrica e a Câmara³⁷⁵.

Confirma-se um processo de ampliação do cemitério no ano de 1997³⁷⁶.

2.16. Pedroso (Velho)

³⁷⁰ A escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2548.

³⁷¹ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/071/074.

³⁷² Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/073/038.

³⁷³ Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0665.

³⁷⁴ Ata de 5 de julho de 1993. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73514&type=PCD>.

³⁷⁵ Ata de 22 de março de 1994. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73549&type=PCD>.

³⁷⁶ No arquivo encontramos uma escritura em relação a esta ampliação do ano de 1997 sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2514. Uma outra de 1999 sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2161.



Figura 50 - Entrada do Cemitério antigo de Pedroso. Fotografia da autora. Data: 5/06/2025.

O Cemitério Paroquial de Pedroso, ou o Cemitério Velho de Pedroso, com as coordenadas 41.0632499, -8.5599881, localiza-se na Avenida João XXI, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Pedroso e Seixezelo. A 140m fica o Mosteiro de Pedroso e a 350m o Cemitério Novo, também da mesma Junta O cemitério tem apenas um patamar.

O seu regulamento foi aprovado em 1905³⁷⁷ comprovando a sua utilização.

Segundo Queiroz³⁷⁸, a ata que decide a construção do cemitério é do ano de 1857, na qual se menciona o Campo da Ariosa³⁷⁹, terreno doado pela D. Maria José

³⁷⁷ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: A.D.P.: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/>.

³⁷⁸ QUEIROZ, 1998: 26.

³⁷⁹ O autor escreve desta forma na sua obra.

Ferrão Costa Branco, dona da Quinta do Mosteiro. A Junta tinha pensado no adro da igreja, mas este era demasiado pequeno e os donos da Quinta do Mosteiro não queriam os corpos degradados ali tão próximos³⁸⁰. No adro acumulavam-se cadáveres nas covas e até chegava-se a partir os ossos dos que já se encontravam no local para caberem outros, em especial na altura em que a cólera atingiu o seu pico. A benfeitora do terreno tinha apenas uma única condição com o terreno³⁸¹. Se este deixasse de servir a função de cemitério, voltava a ser da Quinta do Mosteiro. Segundo o autor, a autorização régia para obter o terreno foi emitida a 21/09/1859. Não conseguimos verificar tal documento. Esta construção foi pedida e pensada bastante cedo, mas não avançou porque havia um regedor bastante rigoroso e contra os cemitérios³⁸². Em 1856 o pároco João José de Azevedo Coutinho envia cartas ao Governo Civil com o fim de pedir ajuda para a construção do cemitério dadas as condições do adro da igreja. Mais tarde o regedor acaba por ser destituído, mas ainda assim a população não estava convencida da necessidade do cemitério³⁸³. Apenas em 1867 são construídas as vedações do cemitério quando já existiam corpos sepultados no local.

Na monografia de Pedroso³⁸⁴ é apresentada a mesma informação que Francisco Queiroz trata.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner encontramos uma primeira ata deste local onde a Junta de Freguesia pede à Câmara para escolher um terreno para construir o cemitério público de Pedroso no ano de 1861: *E deu conta à Câmara de ter recebido um ofício do Administrador do Concelho, no qual a fim de satisfazer ao que lhe fora ordenado pelo governador civil, exige que esta Câmara informe sobre o conteúdo de uma representação, que remete, dirigida ao mesmo, pelos vogais da junta de paróquia de Pedroso, em que pedem que se designe ou se lhe permita escolher para cemitério da paróquia, outro terreno diferente do que já fora escolhido, pelos motivos*

³⁸⁰ QUEIROZ, 1998: 27.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² QUEIROZ, 1998: 28.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ A obra designa-se por “São Pedro de Pedroso. Notas monográficas” de 2003 por Francisco Barbosa da Costa.

que alegam na mesma, sobre o que foi acordado que se lhe respondesse na forma constante do officio, que fica exarado no respetivo livro de registo³⁸⁵. Esta passagem confirma que já tinham escolhido um terreno para o efeito, mas que este não servia para tal. Apenas no ano de 1867 surge nova informação sobre este cemitério.

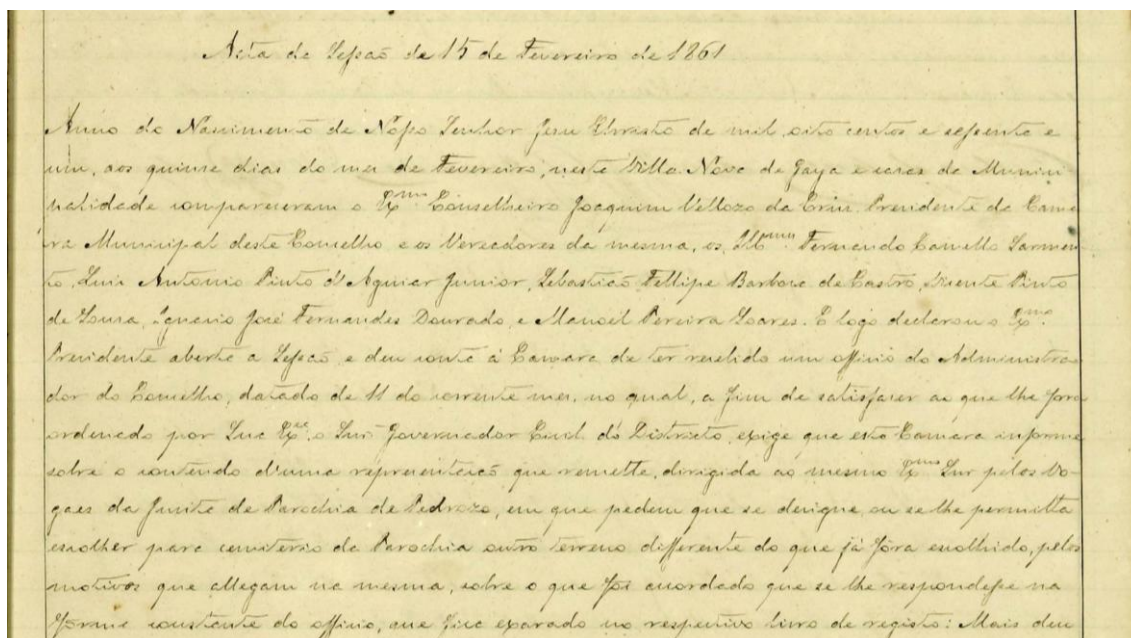


Figura 51 - Digitalização da ata de 15 de fevereiro de 1861. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78532&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

No ano de 1867 surge um pedido para a realização de exame de vistoria do terreno que seria o local do novo cemitério: *Da junta de paróquia de Pedroso, enviando uma representação, pedindo um exame no cemitério*³⁸⁶. No dia 12 do mesmo mês a Câmara aprova este pedido³⁸⁷. Até ao ano de 1873 há uma lacuna de dados sobre este cemitério pelo que não conseguimos apresentar mais informação.

³⁸⁵ Ata de 15 de fevereiro de 1861. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78532&type=PCD>.

³⁸⁶ Ata de 5 de abril de 1867. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78888&type=PCD>.

³⁸⁷ *Deliberou mais a Câmara, proceder a vistoria no cemitério de Pedroso, conforme lhe foi requerido pela junta de paróquia, respetiva*. Ata de 12 de abril de 1867. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78889&type=PCD>.

Em 1873 verifica-se um pedido de vedação do cemitério: *Acerca da representação dirigida à Câmara, pelo abade da freguesia de Pedroso, pedindo que lhe fosse autorizada a vedação do cemitério paroquial auxiliar, e que se lhe concedesse um subsídio para ajuda da despesa da obra de melhoramento, resolveu a Câmara que sendo o cemitério auxiliar provisório, autorizava que a vedação do mesmo pudesse ser feita com vedação também provisória de parede de menor altura ou mesmo de madeira, com tanto que passasse devidamente resguardado, e quanto à concessão do subsídio pedido, que a Câmara se não achava autorizada para o poder fazer.* Este documento comprova o seu uso neste ano.

No ano de 1895 lemos: *Aprovação da proposta, para se mandar vedar com madeira a parte do adro da Igreja Matriz de Pedroso, onde se hão de fazer os enterros enquanto se não melhorarem as condições do atual cemitério*³⁸⁸.

Tanto o cemitério novo como o antigo são utilizados ainda nos dias de hoje. Não há uma justificação para o facto de existirem os dois em locais distintos. Apenas sabemos que o cemitério antigo se destina apenas para os familiares dos entes queridos sepultados naquele local.

2.17. Pedroso – Cemitério Novo

³⁸⁸ Ata de 28 de maio de 1895. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80184&type=PCD>.



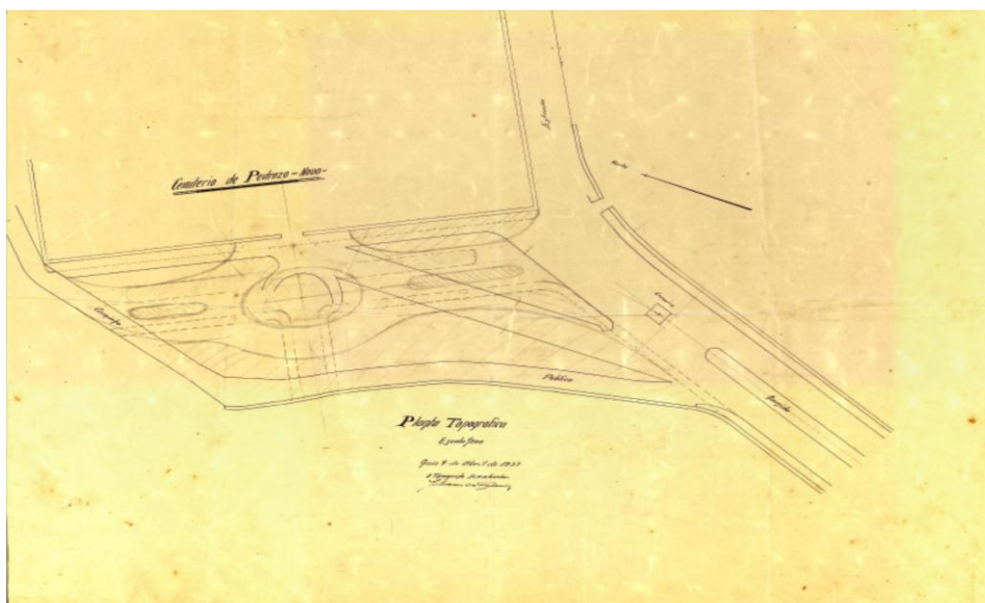
Figura 52 - Entrada do Cemitério Novo de Pedroso. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Pedroso, com as coordenadas 41.0645626, -8.5630529, localiza-se na Alameda da Saudade. É gerido pela União de Juntas de Freguesias de Pedroso e Seixezelo. A 750m ergue-se o Mosteiro de Pedroso e a 350m o Cemitério Paroquial de Pedroso. É um dos cemitérios mais recentes do concelho, o que justifica a sua organização já mais pensada em secções.

Segundo Queiroz³⁸⁹, foi feito um orçamento para este cemitério ser construído no ano de 1911, apesar do portal da entrada ter a data de 1912 e a capela mortuária a data de 1919. No artigo, o autor questiona-se sobre a necessidade desta construção, dado que quase todos os restantes cemitérios do concelho foram ampliados e utilizados até aos dias de hoje. Estes coexistem bastante próximos, mas sem uma justificação. É colocada a hipótese sobre os termos impostos para a utilização do terreno³⁹⁰. A dona do terreno queria reaver o local depois de este deixar de ser um cemitério³⁹¹.

A monografia de Pedroso³⁹² apenas descreve que este cemitério foi construído em 1912, o que contraria a versão de Francisco Queiroz.

Tanto este cemitério, como o Cemitério Paroquial de Pedroso, também designado como Cemitério Velho, são utilizados ainda nos dias de hoje. Como já mencionamos não temos uma justificação para o facto de existirem os dois em locais distintos.



³⁸⁹ QUEIROZ, 1998: 26.

³⁹⁰ QUEIROZ, 1998: 27.

³⁹¹ QUEIROZ, 1998: 28.

³⁹² A obra designa-se por “São Pedro de Pedroso. Notas Monográficas” de 2003 por Francisco Barbosa da Costa.

Figura 53 - Obra municipal do Cemitério de Pedroso, datado de 1937. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/>. Acedido a: 10/10/2024.

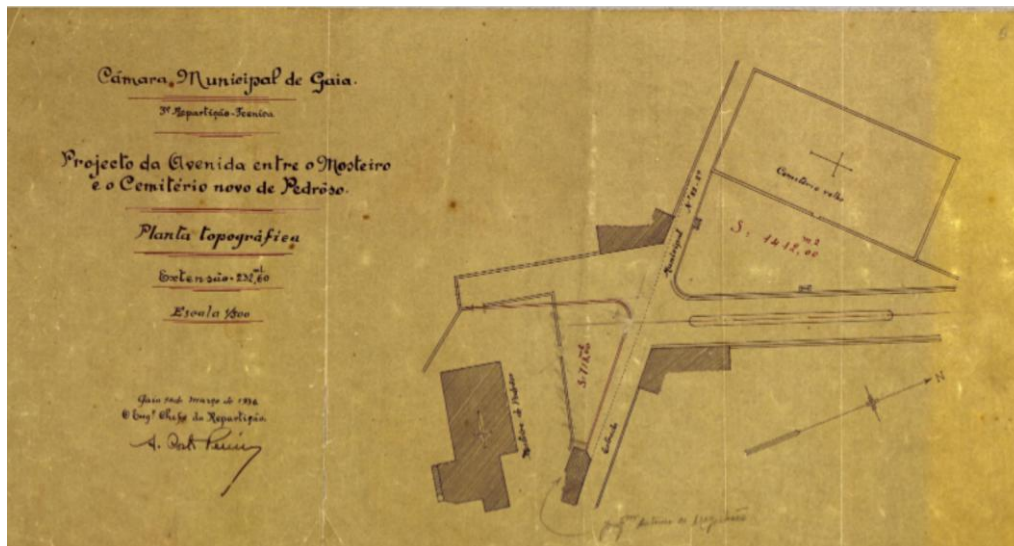


Figura 54 - Obra municipal da avenida do Mosteiro ao cemitério novo, 1934. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/>. Acedido a: 10/10/2024.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner identificam-se algumas atas e escrituras sobre este cemitério. No ano de 1934 apresenta-se o projeto da avenida do mosteiro até ao cemitério³⁹³. O projeto datado de 1937 apresenta um mapa de alinhamentos, mas não tem plantas mais detalhadas³⁹⁴.

2.18. Perosinho

³⁹³ Projeto da avenida do mosteiro até ao cemitério do ano de 1934. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262264&type=PCD>.

³⁹⁴ Projeto de arruamentos e alinhamentos curvos. Este registo encontra-se disponível de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262266&type=PCD>.



Figura 55 - Entrada do Cemitério de Perosinho. Fotografia da autora. Data: 18/11/2025.

O Cemitério de Perosinho, com as coordenadas 41.0641023, 8.6108284, localiza-se na rua Padre Joaquim. No *Google Maps* a indicação dada é que o local fica na Rua Vinte e Cinco de Abril, mas não está correto. É gerido pela União de Juntas de Freguesias de Serzedo e Perosinho. A 150m está localizada a Igreja de Perosinho. O cemitério tem apenas um patamar.

Segundo Queiroz³⁹⁵, já se realizavam enterros no adro da igreja de Perosinho desde 1750. Voltou-se a fazer o mesmo no ano de 1834. Em 1868 o adro serve ainda de cemitério. Em 1890 a Junta de Freguesia decide construir o cemitério e dá entrada um processo no Governo Civil³⁹⁶. O terreno foi selecionado, mas era pequeno e a Junta teve de comprar uma porção de terreno a Manuel Francisco Guedes a troco deste ter uma capela-jazigo no cemitério. Assim foi. As obras do cemitério foram realizadas por José

³⁹⁵ QUEIROZ, 1999: 52.

³⁹⁶ *Ibidem*.

Luís de Oliveira, mestre pedreiro de Brandariz. Já o gradeamento e o portão são obra de Eduardo Domingos Ferreira de Arcozelo³⁹⁷. Só em 1891 é que o cemitério estava construído. Esta é a data que está na sua entrada. No ano de 1892 dão-se os primeiros enterros. Em 1906 todos os ossos que estavam no adro foram transferidos para a casa da ossada, construída por Joaquim Rodrigues Ferreira Júnior. Em 1909 dá entrada no Governo Civil um processo de ampliação³⁹⁸. Não nos foi possível verificar este documento.

Na monografia de Perosinho³⁹⁹ temos alguns dados sobre este espaço. O autor afirma que no ano de 1833 realizavam-se enterros na igreja e confirma ainda que tal ato foi proibido no ano seguinte pelo bispo do Porto da época, P. Manoel de Santa Igenez sob pena. A partir desse momento as inumações estavam restritas ao adro do cemitério. Segundo o autor o adro foi: (...) *convertido em cemiterio provisório, e mais tarde, em 1867 acrescentado com o aproveitamento d'uma parte d'elle pelo lado norte e d'outra pelo passal que lhe ficava contigua do lado do poente*⁴⁰⁰. No ano de 1890 a Junta decide construir um novo cemiterio paroquial nos terrenos do passal e residência. Em 1919 o cemitério foi ampliado⁴⁰¹, julgamos que também pelo aumento de vítimas da cólera. As ossadas de várias destas vítimas foram removidas do adro no ano de 1906 pelo Sr. Joaquim Rodrigues Ferreira Júnior para um ossário construído nesse ano também⁴⁰².

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner a primeira menção a este cemitério é em 1889: *Sendo presente um ofício da Junta Paroquial de Perosinho com a cópia da ata da sua sessão de 22 de setembro último, a fim de ser submetida à aprovação da Câmara a deliberação de proceder à construção do cemitério da paróquia e aquisição de um prédio para este fim necessário, e a Câmara, tendo examinado o respetivo projeto, o orçamento da obra na importância de setecentos e oitenta mil Reis e a avaliação do*

³⁹⁷ QUEIROZ, 1999: 53.

³⁹⁸ *Ibidem*.

³⁹⁹ A obra que verificamos apresenta o nome de "Perosinho" datada de 1980 e escrita pelo Padre José Ribeiro d'Araújo.

⁴⁰⁰ D'ARAUJO, 1980: 94.

⁴⁰¹ São ainda mencionados os mestres de obra do cemitério: José Luís d'Oliveira realizou as obras do muro e terraplanagem e Eduardo Domingues Ferreira o gradeamento e portão. O terreno foi benzido a 28 de maio de 1891. D'ARAUJO, 1980: 95.

⁴⁰² D'ARAUJO, 1980: 96.

*aludido prédio em quinhentos e vinte mil Reis, acordou aprovar a mencionada deliberação para todos os efeitos legais*⁴⁰³. Compreende-se que a Câmara aprovou tanto o projeto como orçamento e terreno para o cemitério público de Perosinho.

Volta a ser mencionado em 1893: (...) *que na freguesia de Perosinho José António Fernandes, também se disponibilizou para administrar o cemitério da freguesia*⁴⁰⁴. Confirmando que a sua construção tinha sido realizada. Apenas em 1895 voltamos a ler sobre este cemitério.

Em 1895 lemos: *Aprovação para se cair os muros, e pintar as grades e portão do cemitério de Perosinho*⁴⁰⁵. Esta passagem confirma que o cemitério estava praticamente concluído.

Existe uma ata de 1937 onde a Junta de Freguesia pede à Câmara um subsídio para a realização de obras⁴⁰⁶, mas só no ano de 1966 é que voltamos a ter informação sobre a ampliação do local. Em 1966 dá-se a compra e venda de terrenos para ampliar o cemitério, mais especificamente a António Pereira de Carvalho e esposa⁴⁰⁷. Quase vinte anos depois regista-se uma nova escritura para ampliação do espaço. Não conseguimos perceber se estes processos são para a mesma empreitada que se prolongou no tempo ou se são duas ampliações distintas. Em 1984 há mais uma escritura para a empreitada de ampliação do cemitério⁴⁰⁸. Seis anos mais tarde, no ano de 1970 dá-se a mesma situação com mais proprietários, Abel de Sousa Fernandes; José

⁴⁰³ Ata de 10 de outubro de 1889. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80164&type=PCD>.

⁴⁰⁴ Ata de 9 de fevereiro de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/189.

⁴⁰⁵ Ata de 19 de dezembro de 1895. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80215&type=PCD>.

⁴⁰⁶ Ata de 2 de setembro de 1937. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74899&type=PCD>.

⁴⁰⁷ Esta escritura está representada de forma digital no arquivo. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=67310&type=PCD>. Ainda sobre este assunto temos um processo sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0831.

⁴⁰⁸ Esta escritura não se encontra representada de forma digital no arquivo, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2143. No ano seguinte há uma outra escritura sobre o mesmo assunto sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2146.

de Sousa Fernandes e António Francisco de Sousa Fernandes⁴⁰⁹. Não temos mais informação sobre este cemitério.

2.19. São Félix da Marinha



Fig. - Entrada do Cemitério de São Félix da Marinha. Fotografia da autora. Data: 18/11/2024

O Cemitério de São Félix da Marinha, com as coordenadas 41.032988, -8.623745, localiza-se na rua São Félix nº 1571. É gerido pela Junta de São Félix da Marinha. A 50m fica a Igreja Paroquial de São Félix da Marinha. Tem quatro patamares bem amplos e um ossário semelhante ao que encontramos no Cemitério de Grijó.

Segundo Queiroz⁴¹⁰, em 1868 eram realizados enterros no adro da igreja. Em 1889 o processo de construção do cemitério dá entrada no Governo Civil. Não nos foi possível confirmar este processo. No ano de 1891 constrói-se o cemitério que fica

⁴⁰⁹ Esta escritura encontra-se representada de forma digital no arquivo. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69088&type=PCD>. Há ainda uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1779.

⁴¹⁰ QUEIROZ, 1999: 53.

concluído em 1892. No mesmo ano dá-se o primeiro enterro⁴¹¹. Em 1910 e 1911 o cemitério foi ampliado⁴¹².

O regulamento do cemitério foi aprovado apenas em 1896 comprovando a utilização do espaço.

A monografia de São Félix da Marinha⁴¹³ apresenta os mesmos dados que Francisco Queiroz por se basear na sua obra, contudo tem ainda dois novos dados. Menciona uma notícia do jornal *O Grillo de Gaya* de 20/10/1893 sobre a falta de uma chave para o cemitério que deixava os corpos ao relento durante vários dias⁴¹⁴. O autor demonstra ainda de forma sucinta alguns assuntos tratados em atas. São mencionados temas como a necessidade da construção de um cemitério paroquial, nomeadamente entre 1878 e 1884, a construção do cemitério, entre os anos de 1884 e 1889, e ainda o orçamento para ampliar o espaço de 1910 a 1911.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner a primeira menção a este local é em 1890 onde se lê: *Sobre o ofício da Junta Paroquial de São Félix da Marinha, de 15 do corrente, submetendo à aprovação da Câmara a deliberação da ata da sua sessão de 16 de março último, relativamente à construção do cemitério da paróquia. A Câmara, tendo examinado o projeto e orçamento, acordou, no exercício das suas atribuições aprovar para todos os efeitos legais a aludida deliberação*⁴¹⁵. Esta passagem confirma que o cemitério público de São Félix da Marinha podia ser construído.

Só se volta a ler sobre o cemitério desta freguesia em ata do ano de 1893: *O Presidente, informou que a junta paroquial de S. Félix da Marinha, entregou a chave do*

⁴¹¹ QUEIROZ, 1999: 54.

⁴¹² Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: A.D.P.: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/>.

⁴¹³ A obra designa-se por “São Félix da Marinha. Notas Monográficas” do ano 2000 por Francisco Barbosa da Costa.

⁴¹⁴ Leia-se: *Devido à política, vão se dando por aqui scenas bastante escandalosas com os cadaveres conduzidos para a igreja e d’esta para a sua ultima morada. Como a chave do portão do cemitério não foi confiada ao reitor, este encommenda a Deus os defuntos e manda-os pôr à porta da sua ultima morada, estando elles ali ao rigor do tempo até quando o snr. Regedor quizer chegar com a chave, para os depositar no seu pobre jazigo. Sobre isto pedimos providências à digna Câmara.* COSTA, 2000: 269.

⁴¹⁵ Ata de 17 de abril de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/065.

*cemitério paroquial*⁴¹⁶. Não sabemos o que motivou a entrega destas chaves, mas pensamos que pode ter relação com a alteração da administração do local, como se vê em ata do mesmo mês: *Nomeação do fiscal do cemitério de S. Félix da Marinha, em nome de: Joaquim Lopes Ventura*⁴¹⁷. Em setembro verifica-se uma: *Deliberação sobre a informação do presidente da junta de paróquia de S. Félix da Marinha, que informou que a anterior junta, tinha ficado a dever a Manuel Gomes da Silva, ao empreiteiro da construção do cemitério daquela freguesia e a reparação da casa das sessões da junta*⁴¹⁸. Aqui podemos colocar a hipótese de que a nova administração da Junta de Freguesia pretendia liquidar qualquer dívida criada pela antiga administração.

No ano seguinte regista-se em ata: *Deliberação sobre a mudança do cruzeiro, no cemitério de S. Félix da Marinha*⁴¹⁹. Não sabemos se esta mudança chegou a ser realizada. No mesmo ano em novembro verifica-se: *Deliberação sobre o parecer da comissão nomeada, para proceder ao exame e liquidação da obra de construção do cemitério de S. Félix da Marinha*⁴²⁰. Até ao ano de 1940 não há mais dados sobre este cemitério.

Existe um processo do ano de 1940 sobre a obra de ampliação do cemitério⁴²¹.

⁴¹⁶ Ata de 24 de agosto de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80052&type=PCD>.

⁴¹⁷ Ata de 31 de agosto de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80053&type=PCD>.

⁴¹⁸ Ata de 21 de setembro de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80057&type=PCD>.

⁴¹⁹ Ata de 7 de junho de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80101&type=PCD>.

⁴²⁰ Ata de 29 de novembro de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80126&type=PCD>.

⁴²¹ Este processo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262294&type=PCD>.

1

Pasta n.º 15

Rua: _____

Localidade: _____

Classificador

FREGUESIA DE S. FÉLIX

Nome: _____

PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO
CEMITÉRIO DA F. DE S. FÉLIX DA MARINHA

10

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA	FREGUESIA
Direcção dos Serviços Técnicos	S. Félix
DESENHO N.º 2978	
REFERENCIA <i>Cemitérios</i>	
ARQUIVO (ESTANTE / PASTA) 15	
DATA	
DESENHADOR	

Ano: _____

PAPELARIA CENTRAL
— Fundada em 1881 —
Trabalhos Tipográficos — Encadernações
TELEFONE 606
17, Praça da Liberdade, 18 — PORTO

Figura 56 - Capa do Projeto de ampliação do Cemitério de São Félix da Marinha. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=262294&AplicacaoID=1&Pagina=1&pagelist=0>. Consultado a: 05/06/2025.

Apenas no ano de 1972 voltamos a ler sobre este cemitério. Em 1972 há uma escritura de contrato de obras de ampliação do cemitério, entre o Vice-Presidente da

Câmara, Hugo Cândido Abrunhosa Paz dos Reis e um segundo outorgante⁴²². No ano seguinte, em 1973, é feita uma escritura para a demolição e construção de um muro de suporte do cemitério⁴²³. Em 1985 há uma deliberação por parte da Câmara sobre a aquisição de um terreno para ampliar o cemitério⁴²⁴. No ano de 1986 regista-se uma outra escritura sobre esta ampliação⁴²⁵. Em 1987 é aprovada a prorrogação do prazo das obras de ampliação⁴²⁶. Acreditamos que era a mesma ampliação que acabou por se prolongar no tempo.

Em 2001 é abordada em ata a adjudicação da empreitada de ampliação⁴²⁷.

2.20. Sandim

⁴²² Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69334&type=PCD>. Há ainda uma escritura de demolição e reconstrução dos muros deste cemitério neste ano. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69285&type=PCD>. Podemos ainda ver esta escritura da ampliação sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2716.

⁴²³ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69508&type=PCD>.

⁴²⁴ Ata de 20 de fevereiro de 1985. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74366&type=PCD>.

⁴²⁵ Escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4410.

⁴²⁶ Ata de 27 de abril de 1987. Este registo encontra-se disponível de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74234&type=PCD>.

⁴²⁷ Sobre este assunto há ainda o processo não notarial disponível no mesmo arquivo. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=60951&type=PCD>.



Figura 57 - Entrada do Cemitério de Sandim. Fotografia da autora. Data: 28/11/2024.

O Cemitério de Sandim, com as coordenadas 41.0321877, -8.5136439, localiza-se na rua Santa Maria de Sandim nº 78 e é gerido pela União das Juntas de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma. A 67m fica a Igreja Paroquial de Sandim. Tem cinco patamares e apresenta um mausoléu dedicado à Nossa Senhora da Saúde.



Figura 58 - Mausoléu dedicado à Nossa Senhora da Saúde no Cemitério de Sandim. Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

Segundo Queiroz⁴²⁸, no ano de 1868, eram realizados enterros no adro da igreja. Em 1891, segundo as estatísticas apresentadas, já existia local para o cemitério que tinha já sido alvo de vistoria. Não se compreende o que aconteceu, já que o cemitério não foi construído até pelo menos 1889. Não nos foi possível verificar a informação das estatísticas⁴²⁹. A data do portão mais próximo da Igreja Paroquial de Sandim, é de 1907. Por esse motivo, o autor estima que a construção tenha ocorrido entre 1889 e 1907. Entre 1909 e 1919 dá entrada um processo de construção referente a Sandim que Francisco Queiroz supõe corresponder à ampliação do mesmo⁴³⁰. Não conseguimos verificar este documento.

Existe ainda o portão da parte ampliada a oeste do cemitério que tem a data de 1924.

Na monografia de Sandim⁴³¹ temos as fontes que recolhemos do Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner do ano de 1884, mas Fernando Baptista

⁴²⁸ QUEIROZ, 1999: 55.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ QUEIROZ, 1999: 56.

⁴³¹ Referimo-nos à obra “História de Sandim” por Fernando Baptista do ano 2000.

acrescenta que a Junta de Freguesia decidiu que o adro e o terreno do passal junto a este espaço eram suficientes para a população e que não havia necessidade de criar um cemitério. Afirma ainda que o terreno do passal é atualmente a parte mais afastada do cemitério e que em 1910 realizavam-se enterros no adro, mas já o consideravam como o cemitério da freguesia⁴³². O autor consegue ainda confirmar que em 1918 houve uma ampliação motivada pelo surto de gripe pneumónica nesse mesmo ano. A obra só terminou no ano de 1924 quando foi colocado o portão que terá vindo do Antigo Colégio de Sanguedo. Já o gradeamento só foi terminado no ano seguinte⁴³³.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner existe uma ata de 1884. Este documento menciona: *Da Junta Paroquial de Sandim expondo não existir ali cemitério nas condições determinadas na lei e com capacidade suficiente para a sua população*⁴³⁴. Julgamos que, à semelhança dos restantes, continuavam a realizar-se os enterros no adro da igreja e não tinham um local para considerar como cemitério.

Existe ainda uma ata da Câmara do ano de 1955, onde um dos trabalhos mencionados é o *rebaixamento do poço que abastece o cemitério e instalações sanitárias da freguesia de Sandim*. Até ao ano de 1968 não será possível ler sobre este cemitério.

Em 1968 lê-se em ata a deliberação da ampliação do cemitério público de Sandim⁴³⁵. Este projeto é aprovado em 1971 como se confirma em ata⁴³⁶. Dois anos

⁴³² BAPTISTA, 2000: 110.

⁴³³ *Ibidem*: 111.

⁴³⁴ Ata de 26 de dezembro de 1884. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79953&type=PCD>.

⁴³⁵ Ata de 30 de outubro de 1965. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76588&type=PCD>.

⁴³⁶ Ata de 1 de março de 1971. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76704&type=PCD>.

depois⁴³⁷ e em 1974 podemos verificar a existência de escrituras de cedência de terrenos⁴³⁸. Três anos mais tarde abre concurso público para esta empreitada⁴³⁹.

No ano de 1978 regista-se uma escritura de empreitada de ampliação do cemitério⁴⁴⁰.

2.21. Santa Marinha

⁴³⁷ Ata de 20 de junho de 1973. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76813&type=PCD>. Ata de 9 de novembro do mesmo ano. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76829&type=PCD>.

⁴³⁸ Escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5012.

⁴³⁹ Ata de 14 de fevereiro de 1977. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76950&type=PCD>.

⁴⁴⁰ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3232. Existe também uma outra escritura com esta cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/067/160.



Figura 59 - Entrada do Cemitério de Santa Marinha. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Santa Marinha, com as coordenadas 41.1294671,-8.6304612, localiza-se na rua Amorim da Costa e é gerido pela União das Juntas de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada. A 850m ergue-se a Igreja Paroquial do Candal.

Segundo Queiroz⁴⁴¹, em 1868 realizavam-se enterros no adro da igreja paroquial, mas também em capelas vizinhas como o caso de Coimbrões e Candal. Os óbitos ocorriam em grande quantidade e o adro da igreja era de péssima qualidade.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner, temos disponíveis várias atas sobre este cemitério. Para além destas atas do cemitério público de Santa Marinha, trouxemos ainda algumas atas que mencionam a construção de um cemitério municipal

⁴⁴¹ QUEIROZ, 1998: 28.

que seria localizado nesta freguesia de forma a servir o concelho. Este cemitério municipal nunca chegou a ser concretizado, apesar de algumas tentativas por parte da Confraria do Santíssimo Sacramento de Santa Marinha para que a obra avançasse. A Câmara não aprovou que esta instituição administrasse o cemitério que seria municipal e foi construído apenas o cemitério público de Santa Marinha.

Na ata de 2 de setembro do ano de 1836, a Câmara abordava o tema da construção de um cemitério de Vila Nova⁴⁴². Este seria o cemitério municipal que serviria todo o concelho. No dia 6 de setembro do mesmo ano⁴⁴³, são mencionados exames no terreno para selecionar o local do cemitério de Santa Marinha. Esta informação remete para a construção de um cemitério que serviria apenas a Junta de Freguesia de Santa Marinha. A 23 de setembro de 1836 a Câmara indica que os trabalhos para a procura de terrenos para a construção do cemitério municipal continuam⁴⁴⁴.

A 28 de abril de 1854 há referência a uma ampliação de cemitério, o que pressupõe a existência do mesmo como cemitério e não apenas adro de igreja. Lê-se:

Compareceu a Junta paroquial desta Vila, a pedia que a Câmara concorresse para se expropriar uma casa que se acha à esquina do poente e norte do cemitério junto à Igreja Matriz de Santa Marinha, a fim de alargar o mesmo cemitério, e a rua pública que com ele confina, e desafrontar a entrada que dá para a mesma Igreja, pois já tinha a mesma obtido uma subscrição de donativos para ajuda da despesa necessária para o dito fim, a qual esperava aumentar, sobre o que a Câmara resolveu, que no presente ano económico não podia concorrer, para a dita despesa por falta de fundos aprovados no orçamento para a mesma, e que tomaria esta representação em consideração no orçamento do próximo ano⁴⁴⁵.

⁴⁴² Ata de 2 de setembro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75248&type=PCD>.

⁴⁴³ Ata de 6 de setembro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75250&type=PCD>.

⁴⁴⁴ Ata de 23 de setembro de 1836. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75256&type=PCD>.

⁴⁴⁵ Ata de 28 de abril de 1854. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77732&type=PCD>.

Este documento demonstra como existia um cemitério junto à Igreja matriz de Santa Marinha e ainda como havia um aumento no número de mortes, algo que se compreende já que nesta data havia uma epidemia de cólera como vimos anteriormente. Não sabemos se este cemitério estava aprovado conforme os requisitos do delegado de saúde ou da Câmara pois não há informação sobre vistoria de terrenos e há mais tarde menção de que é possível começar a construir o novo cemitério. Segundo os dados que temos hoje este cemitério não existe.

No ano de 1869 verifica-se: (...) *remetendo um requerimento da Confraria do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Santa Marinha, desta Vila, em que pretende (...) proceder à construção de um cemitério paroquial, no sitio da Barrosa, e conjuntamente o auto de exame, a que procedeu o Administrador do Concelho no terreno indicado, a fim de que esta Câmara delibere se anuí, a que a referida Confraria, construa no local indicado um cemitério publico para os habitantes da dita freguesia, o qual sendo para todos os efeitos equiparado aos cemitérios municipais fique, todavia sob a administração exclusiva da mesma Confraria*⁴⁴⁶. Este pedido foi negado como se verifica em ata de abril⁴⁴⁷:

(...) tinha sido denegada a autorização que tinha pedido a Confraria do Santíssimo Sacramento desta Vila, para construir um cemitério, que fosse considerado como concelhio, e que lhe tinha sido muito recomendado pelo dito Ministério, para que providenciasse a fim de se proceder à sua construção, pelo que vinha recomendar à Câmara este objeto, ao que o Presidente replicou que não foi por culpa nem mesmo negligencia desta Câmara, que se não tem levado a efeito a construção do cemitério concelhio, visto que por assim lhe ter sido encarregado pela mesma, tinha ele Presidente juntamente com o arquiteto da

⁴⁴⁶ Ata de 22 de janeiro de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78988&type=PCD>.

⁴⁴⁷ Ata de 30 de abril de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79009&type=PCD>. Apesar deste pedido ser negado podemos ler que a Rainha D. Maria II foi também auscultada sobre este assunto e respondeu: *Que não pôde admitir-se que a camara de Gaia não tem meios para construir os cemiterios de que o conselho carecer, porque a despeza dos cemiterios e obrigatória, no orçamento da camara encontram-se muitas verbas de despeza facultativa, que só devem auctorisar-se quando estão inteiramente satisfeitas as obrigatórias (...)*. Veja-se o documento representado de forma digital: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/44/89/p272>.

Câmara, procedido a examinar o terreno que a Câmara em 1840 tinha comprado para cemitério próximo ao Candal, assim como os que ficavam nas suas cercanias, e tratava de os fazer examinar pelos funcionários competentes, para decidir se aprovavam o dito local para cemitério, porém tendo sobrevindo a pretensão referida da dita Confraria, a qual fora admitida pela autoridade superior, do Distrito, de onde resoltou ficarem sem efeito as diligencias empregadas por parte desta Câmara para o dito fim, e depois de várias considerações resolveu a mesma, que se tratasse de proceder às diligencias necessárias para a construção do cemitério, fazendo-se exame no dito local.

Este trecho da ata permite compreender que havia alguns conflitos hierárquicos entre instituições que não permitiam levar a cabo a construção do cemitério municipal, apesar de ser intenção da Câmara construir e administrar o espaço. Chega-se inclusive a mencionar que foram comprados os terrenos no Candal para o efeito.

Em dezembro esta Junta de Freguesia pede para: (...) *levar a efeito a construção de um cemitério, sobre o que se resolveu responder-lhe na forma constante do officio que fica registado, a saber que esta Câmara trata de proceder às diligencias necessárias para construir um cemitério concelhio na freguesia desta Vila, para o qual já tinha escolhido terreno, que fora aprovado e mandara levantar a planta respectiva, e logo que estivesse pronta, solicitar a autorização ao governo de Sua Majestade, para as precisas expropriações. Todavia que a Câmara não impugnava que a Junta construísse um cemitério paroquial*⁴⁴⁸. Compreende-se que havia intenção de construir nesta região um cemitério municipal, sob administração da Câmara, mas que era necessário de autorizações para expropriações, contudo permite-se que se construa o cemitério público de Santa Marinha. Esta última passagem pressupõe que não haveria um cemitério na Junta de Freguesia de Santa Marinha, mas vimos ainda na ata de 28 de abril de 1854 que o local existia e que necessitava de ser alargado.

No ano de 1873 confirma-se que: (...) *o estabelecimento do cemitério no sitio de Paredes ou Lavoura de Coimbrões, e atendendo a Câmara a que pelo conhecimento que*

⁴⁴⁸ Ata de 10 de dezembro de 1869. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79043&type=PCD>.

*tinha, do referido local, julgava que o mesmo tinha as condições precisas, e convenientes para nele se construir o cemitério, resolveu aceitar a escolha feita pela referida Junta*⁴⁴⁹. Se mais confirmação fosse necessária encontrávamos na ata de setembro: *Deliberou mais a Câmara, que se procedesse a obra de fazer um desterro, e algumas pequenas expropriações na nova rua ao norte do cemitério da freguesia de Santa Marinha desta Vila. Expediram-se mandados de pagamento*⁴⁵⁰. Ainda neste ano pede-se a construção de uma estrada para servir o *novo cemitério*⁴⁵¹.

Este cemitério fica concluído em 1874 e enterram-se os primeiros corpos no mesmo ano. Ao contrário de alguns cemitérios, esta data do portão coincide com a data de conclusão. Este é o cemitério público de Santa Marinha que conhecemos hoje.

Em 1875 a Câmara ajustou o caminho que ia desde o Arco do Prado até ao *novo cemitério paroquial da vila*⁴⁵² com o empreiteiro António Machado. Estas obras para melhoria dos acessos demonstravam que o cemitério era um local de frequentes visitas. Era também comum trabalhar nos acessos dos cemitérios para que fosse possível carregar os corpos até ao espaço de repouso. Estes caminhos não podiam ser muito tumultuosos de maneira a possibilitar uma viagem mais fácil.

O regulamento do cemitério foi aprovado no ano de 1883, comprovando assim a sua utilização e regras do local.

A 27 de julho é possível ler: *Comparecendo, Bernardino José Maia, comerciante, na qualidade de procurador de Carlos Ferreira Coelho, ausente no Brasil, acorda a Câmara em ceder-lhe uma faixa de terreno no cemitério desta Vila, a fim de construir um jazigo de família*⁴⁵³.

⁴⁴⁹ Ata de 24 de janeiro de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79275&type=PCD>.

⁴⁵⁰ Ata de 12 de setembro de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79313&type=PCD>.

⁴⁵¹ Ata de 21 de novembro de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79321&type=PCD>.

⁴⁵² Ata de 19 de janeiro de 1875. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79386&type=PCD>.

⁴⁵³ Ata de 27 de julho de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80048&type=PCD>.

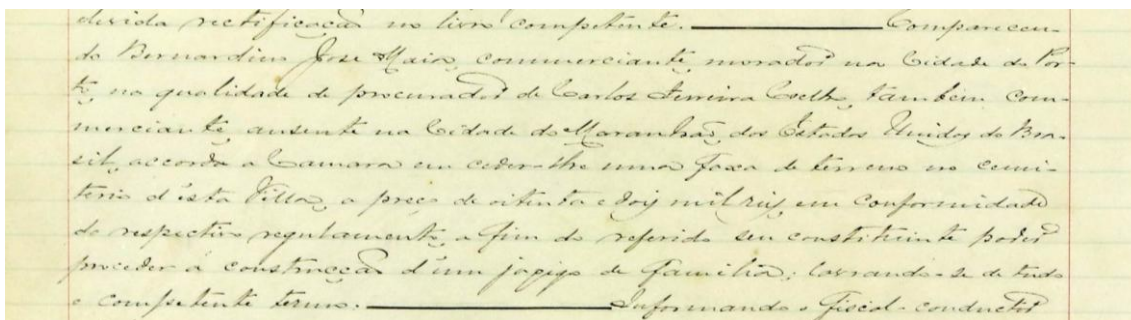


Figura 60 - Digitalização da ata de 27 de julho de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80048&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

No ano de 1897 é entregue o processo de ampliação do cemitério. Até ao ano de 1892 ainda se cedem terrenos para o efeito como se menciona em ata: *Ofício da Administração do Concelho, relativo à cedência de terrenos à Paróquia, feita por José António Tavares, para ampliação do Cemitério Paroquial*⁴⁵⁴. Este tipo de atrasos nas obras eram comuns como já verificamos.

No ano de 1903 voltamos a ter informação associada a este cemitério público de Santa Marinha. Há ainda um processo, do ano de 1907, sobre um pedido de construção de casa térrea que é feito em nome particular onde curiosamente se escreve: *no caminho do cemitério dos Acatólicos* em Santa Marinha⁴⁵⁵. Até 1979 não há nova informação sobre este cemitério novamente.

Em 1979 verifica-se um contrato de empreitada de ampliação do cemitério⁴⁵⁶. No ano seguinte também⁴⁵⁷. Apenas dois anos mais tarde, em 1982 há uma necessidade de construção de sala de refeições para os coveiros deste cemitério⁴⁵⁸.

⁴⁵⁴ Ata de 5 de maio de 1892. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/155.

⁴⁵⁵ Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=211743&type=PCD>.

⁴⁵⁶ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3168. E ainda esta escritura: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/068/038.

⁴⁵⁷ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/072/135.

⁴⁵⁸ Sobre este assunto há uma escritura de contrato para a obra sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2030.

Em 1994 é abordado em ata o projeto de ampliação⁴⁵⁹.

2.22. Seixezelo



Figura 61 - Entrada do Cemitério de Seixezelo, com epígrafe «Memória dos Amigos da Pátria do Brazil, 1891». Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério de Seixezelo, com as coordenadas 41.0320737, -8.5521802, localiza-se na rua da Igreja nº 620, e é gerido pela União de Juntas de Freguesia de Pedroso e Seixezelo. A 19m localiza-se a Igreja Paroquial de Seixezelo. O cemitério tem três patamares.

Segundo Queiroz⁴⁶⁰, em 1891 dá entrada no Governo Civil um processo de construção para o cemitério. No mesmo ano, segundo as estatísticas apresentadas, já

⁴⁵⁹ Como se verifica em escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5588.

⁴⁶⁰ QUEIROZ, 1999: 56.

existia um local para o cemitério. No ano seguinte, a estatística revela o mesmo. Em 1898, o cemitério ainda não existia. Em 1913, ainda se faziam enterros no adro. Não nos foi possível verificar estes dados do Governo Civil.

A monografia de Seixezelo⁴⁶¹ trata o tema baseado na obra de Francisco Queiroz.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner a primeira menção sobre este local é no ano de 1891: *Ofício da Junta Paroquial de Seixezelo, relativa à deliberação tomada para aquisição de terreno destinado à construção do cemitério paroquial*⁴⁶². Compreende-se que a Junta de Seixezelo pretendia avançar com as obras para o cemitério público de Seixezelo. Quando confrontamos esta informação com a data no portão do cemitério parece-nos coerente.

Em 1893 verificamos apenas que se menciona um *Ofício do Presidente da Junta Paroquial de Seixezelo, acerca da necessidade de construção de um novo Cemitério na freguesia*⁴⁶³. Esta passagem permite concluir que ainda não havia um cemitério concluído no local, apesar de se ter debatido o tema dois anos antes como verificamos e da data no portão ter a data de 1891.

Já em julho de 1893 verifica-se uma: *Deliberação sobre a necessidade de decretar a utilidade pública na expropriação de um terreno do passal do pároco de Seixezelo, para estabelecer um cemitério na dita freguesia*⁴⁶⁴. Este ato de compra do terreno do pároco para criação do cemitério também era normal. Não se compreende se este terreno serviria para ampliar o espaço existente.

⁴⁶¹ A obra designa-se por “Santa Maria de Seixezelo. Notas Monográficas” datada de 2005 por Francisco Barbosa da Costa.

⁴⁶² Ata de 30 de abril de 1891. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAm-DMEAOM/35/012/114.

⁴⁶³ Ata de 16 de fevereiro de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAm-DMEAOM/35/012/190.

⁴⁶⁴ Ata de 13 de julho de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80046&type=PCD>.

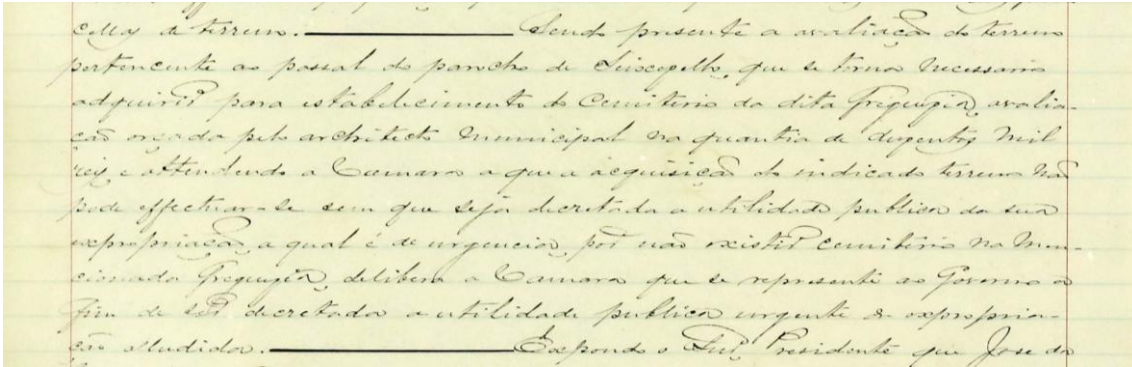


Figura 62 - Digitalização de ata de 13 de julho de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80046&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

Encontramos escrituras de compras de terrenos para a ampliação do cemitério do ano de 1966, com vários outorgantes⁴⁶⁵. No portão do cemitério regista-se a epígrafe "Memória dos amigos da Pátria no Brazil". Vê-se ainda a data de 1891.

Em 1984 verificamos existir uma escritura da obra de ampliação do local⁴⁶⁶, algo que comprovava a teoria de que a compra do terreno do pároco seria para esta ampliação.

2.23. Sermonde

⁴⁶⁵ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=67257&type=PCD>. Uma outra escritura para o mesmo efeito: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68304&type=PCD>. Uma outra escritura para o mesmo efeito: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68730&type=PCD>. Encontramos menção a um processo de notariado também sobre esta ampliação, mas sem representação digital com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/0743. Outra escritura sobre o mesmo assunto com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4109. Verificamos também na seguinte escritura com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5740.

⁴⁶⁶ Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3137.



Figura 63 - Entrada do Cemitério de Sermonde. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Sermonde, com as coordenadas 41.0457367, -8.5878154, localiza-se na rua da Igreja nº781, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Grijó e Sermonde. A 48m surge a Igreja Paroquial de Sermonde. O cemitério apresenta dois patamares.

Segundo Queiroz⁴⁶⁷, em 1868 ainda se faziam enterros no adro da Igreja Paroquial de Sermonde. Este servia bem a população, apenas necessitando de alguns ajustes. Em 1891 dá entrada um processo no Governo Civil para realizar a construção do

⁴⁶⁷ QUEIROZ, 1999: 56.

cemitério. No mesmo ano estava aprovado e construído. Em 1892 as estatísticas apresentam a mesma informação⁴⁶⁸. Nenhumas estatísticas apresentavam indicações dos primeiros enterros. Estranhamente, no ano de 1889 segundo as estatísticas não havia cemitério nenhum. Provavelmente foi algum engano. Não nos foi possível auscultar estas informações e estatísticas do Governo Civil.

A monografia de Sermonde⁴⁶⁹ não trata o cemitério.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner, registam-se atas e escrituras sobre o local.

No ano de 1884 a Junta de Freguesia manda inteirar a Câmara que existe no local um cemitério: *Da Junta Paroquial de Sermonde participando haver ali cemitério com capacidade suficiente, ainda que não concluído, por falta de meios*⁴⁷⁰. Este pequeno trecho permite retirar uma data de fundação do cemitério público de Sermonde.

No ano de 1968 a Junta de Freguesia celebrou a escritura de contrato da empreitada da obra de ampliação do cemitério⁴⁷¹. O segundo outorgante era o Sr. Aníbal Nunes. No ano de 1970 realiza-se outra escritura de empreitada da obra de construção de sanitários. O segundo outorgante era o Sr. Manuel de Sousa Oliveira.

No ano de 1997 realizaram-se análises de propostas para ampliar o cemitério⁴⁷². No ano de 1998, a Câmara continuou a abordar a ampliação, mas sem descrição dos assuntos tratados⁴⁷³.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

⁴⁶⁹ A obra designa-se por: “São Pedro de Sermonde. Notas Monográficas.” de 2001 por Francisco Barbosa da Costa.

⁴⁷⁰ Ata de 11 de dezembro de 1884. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79950&type=PCD>.

⁴⁷¹ No ano anterior já havia escrituras sobre venda de parcelas de terreno. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68514&type=PCD>. Também havia uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4793. A escritura de celebração de contrato mencionada: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68843&type=PCD>. Podemos ainda verificar este assunto na escritura com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5647.

⁴⁷² Esta escritura não se encontra representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1879.

⁴⁷³ Existe também uma escritura sobre este processo sem representação digital, mas que apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1880.

Em 1999 existe uma ata que menciona o cemitério, onde apenas se refere a empreitada de ampliação, e por esse motivo não sabemos o que trata em detalhe. Com apenas estes detalhes não conseguimos traçar uma linha do tempo para este cemitério.

2.24. Serra do Pilar

Este cemitério já não existe e são poucos os gaienses que o conhecem. Ficava, segundo Queiroz, ao lado do Mosteiro da Serra do Pilar, entre a rua Rodrigues de Freitas e a rua dos Polacos. Para o autor⁴⁷⁴, este é o único cemitério que pode ser considerado como cemitério municipal, já que foi o único que foi criado segundo os parâmetros legais e também religiosos.

Na época foi pensado de forma a servir as Junta de Santa Marinha, Mafamude e Oliveira do Douro e também para colmatar a falta de locais para enterrar os mortos da cólera. Na ata de 25 de maio de 1855 podemos ler: (...) *Presidente, Delegado de Saúde do Distrito, arquiteto da Câmara e peritos, se procedesse a uma vistoria na cerca do extinto Convento da Serra do Pilar, a fim de escolherem e designarem o terreno mais próprio e acomodado para o indicado cemitério. Disse que esta vistoria se efetuará no dia 22 do corrente mês*⁴⁷⁵.

A resposta do pedido por parte da Câmara da vistoria ao terreno do extinto Convento da Serra do Pilar surge no dia 16 de junho do mesmo ano onde se verifica o seguinte: (...) *deu conta de um ofício do governo civil, com o qual transmite uma cópia autentica da portaria de 6 do corrente mês, contendo a resolução do governo de Sua Majestade sobre a representação em que esta Câmara pedia com urgência a concessão de uma parte da cerca do extinto Convento da Serra do Pilar, para ali estabelecer o competente cemitério público, na qual se declara não caber nas atribuições do governo deferir à suplica da Câmara, mas sim às Cortes. Inteirada a Câmara, expediu-se e*

⁴⁷⁴ QUEIROZ, 1998: 60.

⁴⁷⁵ Recorde-se que no ano de 1834 as ordens religiosas foram extintas pelo que não é de estranhar que se mencione “extinto Convento da Serra do Pilar”.

assinou-se uma outra representação às Cortes, sobre o mesmo assunto, a qual se mandou registar na secretaria desta Câmara⁴⁷⁶.

No mês de agosto a situação ainda estava por resolver: *Deu mais conta de outro ofício do governador civil, no qual é ordenado que a Câmara acompanhe o Delegado de Saúde do Concelho, a fim de verificar se tem as condições higiénicas o terreno que for indicado para o cemitério público, que cumpria estabelecer imediatamente*⁴⁷⁷. No final deste mês conseguimos compreender a urgência sentida e associada a esta construção, tanto na rapidez com que se resolveu a questão do terreno como no pedido da sua bênção: *Em seguida, o Presidente, participou ao governador civil, fazendo-lhe saber que a Câmara se achava investida na posse do terreno que pelo Delegado de Saúde foi designado para cemitério público, e que no dia 29 do corrente, em que acabava de lhe oficiar se dirigia também ao Prelado desta Diocese para obter ordem ao Reverendo Abade desta Vila, para este proceder à bênção do dito terreno*⁴⁷⁸.

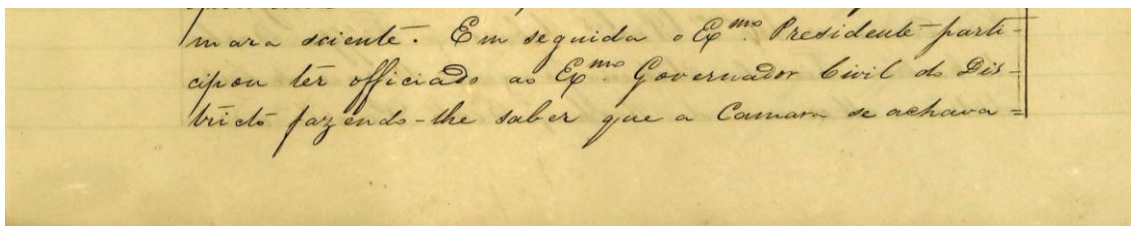


Figura 64 - Digitalização da ata de 31 de agosto de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77809&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

⁴⁷⁶ Ata de 16 de junho de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77794&type=PCD>.

⁴⁷⁷ Ata de 17 de agosto de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77807&type=PCD>.

⁴⁷⁸ Ata de 31 de agosto de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77809&type=PCD>.

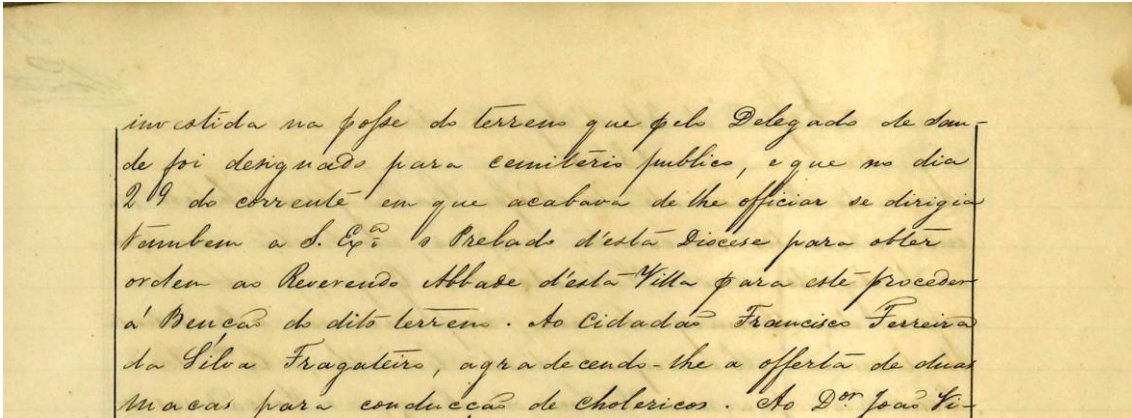


Figura 65 - Digitalização da ata de 31 de agosto de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77809&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

A 7 de setembro ocorre a bênção do local: *O Presidente, mostrou também à Câmara que oficiara ao governador civil, participando-lhe que, no dia 3 do corrente pelas cinco horas da tarde, tivera lugar a bênção do terreno destinado para cemitério na cerca da Serra do Pilar, por autorização do Prelado Diocesano, conferida ao Abade desta Vila, a cujo ato religioso assistiram, por convite que se lhes fez, os párocos de Mafamude, Oliveira do Douro, Administrador do Concelho, Regedores, Juntas de Paróquia, Confrarias do Santíssimo Sacramento e Almas, e outros. Ao Administrador deste Concelho, para que fizesse cessar os enterros nos adros e igrejas de Vila Nova, Mafamude e Oliveira do Douro*⁴⁷⁹. Esta passagem confirma-nos que no ano de 1855 as igrejas de Vila Nova, Mafamude e Oliveira do Douro utilizavam ainda os seus adros para os enterros. No mesmo documento conhecemos o diretor deste cemitério: *O Presidente deu mais conta, de ter nomeado no dia 4 do corrente, para diretor do cemitério público, Francisco de Amorim Alvarenga, encarregando-o desde logo do registo dos enterros no mesmo, para o que seguidamente mandara comprar um livro próprio com os dizeres necessários e lhe dera as instruções que tinha a cumprir como tal*⁴⁸⁰.

⁴⁷⁹ Ata de 7 de setembro de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77810&type=PCD>.

⁴⁸⁰ *Ibidem*.

Rapidamente começam a surgir alguns obstáculos à sua construção: (...) *deu conta do ofício do governo civil, no qual o governador, declara em resposta ao ofício da Câmara, que nenhuma ordem dera para ser ocupada parte da cerca da Serra do Pilar para servir de cemitério, e muito menos para dela investir na posse a Câmara*⁴⁸¹.

Supõe-se que a sua conclusão terá sido no ano de 1857, com recurso a uma autorização régia de 1855. Tendo em conta que as construções dos cemitérios das Juntas mencionadas tinham sido iniciadas também, este espaço acabou por deixar de fazer sentido e o cemitério deixou de ser utilizado. Destaca-se ainda o facto da distância a ser percorrida pelas várias freguesias localizadas a este e a sudeste com os corpos até este cemitério, algo que dificultava bastante os enterros como se pode ler em ata: (...) *deu conta do ofício do governo civil, acompanhando uma petição de alguns moradores do lugar do Candal, pedindo que se permita a continuação dos enterros no adro da Capela do Senhor da Vera-Cruz, por ficar a grande distancia o novo cemitério aberto na cerca da Serra do Pilar, e bem assim uma cópia de um ofício do pároco da mesma Vila, sobre a inconveniência de se fazerem mais enterros no mencionado adro e no da Igreja matriz, no qual ofício o senhor governador civil, recomenda que a Câmara com o seu informe lhe devolva tudo*⁴⁸².

Foi ainda nomeado para as encomendações, ou seja orações fúnebres a realizar antes de sepultar o corpo, o padre José Bernardes da Silva como se pode ler em ata: *Deliberou a Câmara encarregar interinamente da capelania do cemitério provisório na cerca da Serra do Pilar, ao Reverendo Padre José Bernardes da Silva, mediante duzentos e quarenta reis por cada encomendação que fizer no dito cemitério, sendo obrigado a receber à porta do mesmo, os cadáveres e a ministrar-lhes os últimos sufrágios no ato do enterro. E quando o dito cemitério se venha a tornar permanente no Concelho, se lhe passará a sua nomeação de capelão do mesmo, com as vantagens que se estipularem*⁴⁸³.

⁴⁸¹ Ata de 14 de setembro de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77811&type=PCD>.

⁴⁸² Ata de 21 de setembro de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77812&type=PCD>.

⁴⁸³ Ata de 12 de outubro de 1855. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77815&type=PCD>.

No ano seguinte a questão do estabelecimento do cemitério continua por resolver como verificamos em ata⁴⁸⁴ de 1 de fevereiro de 1856⁴⁸⁵.

Em maio de 1856 são estimados alguns custos em ata:

E acordou mais a mesma, incluir de novo no orçamento uma verba de 200\$000 reis, para satisfazer o importe da indemnização pela ocupação do terreno empregado provisoriamente na Quinta da Serra do Pilar, em cemitério concelhio, a verba de 36\$000 reis para ordenado de um capelão do mesmo, e 40\$000 reis para despesas de enterramento e condução de cadáveres para o mesmo. Encarregar as funções de diretor do dito cemitério ao fiscal da iluminação com o mesmo ordenado, que até aqui este recebia, como tal, encarregando de fazer o registo dos enterramentos ao contínuo da Câmara João Bernardes da Silva, elevando-lhe o ordenado da quantia de 1084000 reis, que antes tinha, á quantia de 129\$600 reis por ano⁴⁸⁶.

Compreendemos que em 1857 o cemitério da Serra do Pilar ainda estava a ser ocupado considerando o seguinte texto: *Deu conta, o Presidente de ter recebido um ofício do recebedor deste Concelho, no qual participava, que em seu poder existia um conhecimento de divida desta Câmara à Fazenda Nacional, na quantia de 84\$975 reis, proveniente da renda pelo terreno que ocupa com o cemitério na Quinta da Serra do Pilar, do que a Câmara ficou inteirada⁴⁸⁷.*

⁴⁸⁴ Ata de 1 de fevereiro de 1856. Leia-se: *E declaro que a Câmara resolveu por maioria dirigir à Câmara dos Deputados da Nação, uma representação, pedindo-lhe que conceda uma parte da quinta do extinto Convento da Serra do Pilar, para ali estabelecer o cemitério público, na forma que já tinha solicitado em outra representação.* Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77833&type=PCD>.

⁴⁸⁵ No mesmo ano a 9 de maio a câmara descreve em ata: *Deliberou mais a Câmara, que se procedesse à arrematação da erva, que se achava no terreno ocupado pelo cemitério próximo da Serra do Pilar, e que se passassem editais, comunicando a mesma no dia, que o Presidente designasse, e se afixassem nos lugares mais públicos, e se oficiasse aos reverendos párocos de Oliveira, Mafamude e Santa Marinha desta Vila, para o fazerem publico na missa.* Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78230&type=PCD>. Vemos o mesmo assunto na ata de 5 de setembro do mesmo ano: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78252&type=PCD>. Mais tarde acorda-se a venda das ervas em ata de 17 de outubro do mesmo ano: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78258&type=PCD>.

⁴⁸⁶ Ata de 16 de maio de 1856. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78231&type=PCD>.

⁴⁸⁷ Ata de 28 de março de 1857. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78283&type=PCD>.

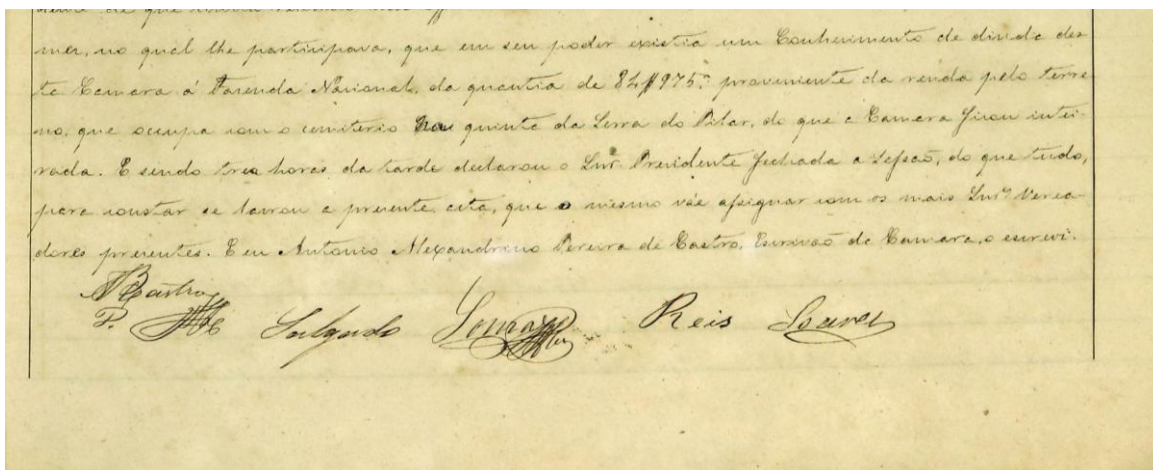


Figura 66 - Digitalização da ata de 28 de março de 1857. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78283&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

Em agosto desse ano surgem as recomendações para fechar este cemitério, cuja construção e uso não foram autorizados: *E declaro que mais deu conta o Presidente, de ter recebido um officio do governador civil, recomendando que mande esta Câmara vedar o terreno do cemitério em que se acham sepultados os cadáveres na cerca do extinto Convento da Serra do Pilar, por ter desaparecido o ripado que o vedava, que trate de procurar outro local para cemitério concelhio, por não ter sido concedido o terreno para o estabelecimento dele na dita cerca, do que tudo a Câmara ficou inteirada, para proceder oportunamente, como julgar mais conveniente*⁴⁸⁸. A meio desse mês acrescenta-se a esta informação: (...) *do que inteirada a Câmara, acordou que se lhe respondesse, que ia mandar vedar o dito terreno, e dirigir uma representação ao Governo de Sua Majestade, pedindo a resolução definitiva acerca da concessão que se lhe pedira do dito terreno, por não ter ainda conhecimento de ter sido denegada a concessão*⁴⁸⁹.

Como já verificamos acima, o terreno estava a ser utilizado, mas não era parte do património da câmara pelo que ainda faltava pagar a quantia em atraso deste uso

⁴⁸⁸ Ata de 1 de agosto de 1857. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78307&type=PCD>.

⁴⁸⁹ Ata de 21 de agosto de 1857. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78310&type=PCD>.

algo que lemos em ata: *E mais deu conta, do ofício do Recebedor do Concelho, participando que se deve mandar pagar a quantia de 84\$975 reis de renda do terreno do cemitério da Quinta da Serra do Pilar, do 2º semestre vencido no S. João de 1857, do que a Câmara ficou inteirada*⁴⁹⁰.

Em outubro ainda se sentia falta de uma resposta em relação ao encerramento deste local. Foi pedido auxílio para que se resolvesse a situação, achando novo local para o efeito, como lemos na ata de 2 de outubro: (...) *que se enviasse ao Governo de Sua Majestade, uma representação pedida a resolução definitiva sobre os requerimentos, que por várias vezes se lhe tem dirigido, pedindo a concessão do terreno da Quinta da Serra do Pilar, ocupado com o cemitério Concelho* (...) ⁴⁹¹.

No ano de 1866 ainda permaneciam as incertezas sobre este espaço: (...) *que se resolva sobre as representações que a Câmara tem feito pedindo a concessão do terreno já demarcado da Quinta da Serra do Pilar, para o cemitério concelhio*⁴⁹².

Em 1867 parece que há um início de resolução: *Outro do Delegado do Tesouro, participando que a cerca da Serra do Pilar, e o campo que serviu de cemitério, foi mandado entregar ao Ministério da Guerra, do que tudo a Câmara ficou inteirada*⁴⁹³. Só no ano de 1868, com o aval da rainha D. Maria II, a situação fica resolvida: *Leu-se e assinou-se uma representação ao governo de Sua Majestade, pedindo para que se*

⁴⁹⁰ Ata de 4 de setembro de 1857. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78312&type=PCD>. Esta questão acaba por ser levantada mais tarde em agosto do ano de 1858 onde diz: *E mais deu conta, o Presidente à Câmara de ter recebido um ofício do recebedor deste Concelho, participando que esta Câmara tem a pagar na sua recebedoria a quantia de 169\$950 reis de importe da renda do ano de 1857 a 1858, pelo terreno que serve de cemitério na cerca da Serra do Pilar, do que a Câmara ficando inteirada, acordou que se não satisfizesse, por não reconhecer a sua responsabilidade por tal renda, por fundamento, que oportunamente demonstraria*. Esta ata de 20 de agosto de 1858 está representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78379&type=PCD>. Em 1864 pede-se a anulação da dívida: (...) *pedindo a anulação de alguns conhecimentos de dívida, que tinham sido confeccionados na Administração deste Concelho, sem audiência da Câmara, de várias quantias, que ai se devia dever à Câmara Municipal deste Concelho, proveniente do rendimento do campo grande, pertencente à Quinta da Serra do Pilar, designado pelo governador civil e entregue por ele à Câmara, para servir de cemitério provisório* (...). Ata de 10 de junho de 1864 representada de forma digital: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78728&type=PCD>.

⁴⁹¹ Ata de 2 de outubro de 1857. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78316&type=PCD>.

⁴⁹² Ata de 20 de julho de 1866. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78847&type=PCD>.

⁴⁹³ Ata de 17 de maio de 1867. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78894&type=PCD>.

declarem nulos e sem efeito uns conhecimentos elaborados pela Repartição da Fazenda do Concelho, debitando a Câmara pela quantia de 450 mil reis, dizendo-se nos mesmos que eram provenientes do importe de rendimentos do terreno que serviu provisoriamente de cemitério na Quinta da Serra do Pilar, a qual foi redigida na forma constante do seu registo⁴⁹⁴.

2.25. Serzedo



⁴⁹⁴ Ata de 17 de outubro de 1868. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78974&type=PCD>.

Figura 67 - Entrada do Cemitério de Serzedo. Fotografia da autora. Data: 18/11/2024.

O Cemitério de Serzedo, com as coordenadas 41.0480836, -8.6142649, localiza-se na rua da Igreja nº265, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Serzedo e Perosinho. A 210m fica a Igreja de São Mamede de Serzedo. O cemitério tem um patamar.

Segundo Queiroz⁴⁹⁵, ainda se realizavam enterros no adro da igreja mencionada em 1868. De 1890 a 1892 estava em curso a construção do cemitério, mas em 1890 já se realizavam enterros. Em 1910 dá entrada um processo que se supõe ser sobre a ampliação do mesmo. No portão regista-se a data de 1914, que se pode referir à data em que foi colocado o portão no local apesar do espaço já ser utilizado como cemitério. No gradeamento regista-se a data de 1916 e o nome do benfeitor do mesmo.

A monografia de Serzedo⁴⁹⁶ aborda o cemitério baseado na obra de Francisco Queiroz, acrescentando apenas as notícias sobre inumações dentro da igreja em 1873⁴⁹⁷.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner a primeira menção deste local é em 1890 onde há uma tentativa de aprovação para construção do espaço: *Sendo também presente um ofício da Junta Paroquial de Serzedo, de 12 do corrente, submetendo à aprovação da Câmara a deliberação tomada em 4 deste mês relativamente à obra de construção do cemitério da freguesia, resolveu a Câmara que se declarasse à Junta não poder tomar conhecimento da aludida deliberação sem que lhe seja presente o projeto e orçamento da obra a que lhe diz respeito*⁴⁹⁸. Entre o ano de 1890 e 1893 esta situação foi resolvida já que confirmamos que o espaço está construído no ano de 1893 pelo seguinte texto: (...) *que o coveiro do cemitério da freguesia de*

⁴⁹⁵ QUEIROZ, 1999: 51.

⁴⁹⁶ A obra designa-se por “Notícia histórica de São Mamede de Serzedo a propósito do milénário da sua igreja” de 2000 por Francisco Barbosa da Costa.

⁴⁹⁷ As notícias são do jornal “O Concelho de Gaia” e abordam o “Escândalo de Serzedo”. Estas notícias descrevem como o Administrador do Concelho e o pároco de Serzedo permitiam enterros na igreja mesmo após a proibição deste ato.

⁴⁹⁸ Ata de 14 de agosto de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/079.

*Serzedo se recusa a exercer o seu mister se não for aumentado o seu vencimento*⁴⁹⁹. A partir desta data e até 1969 não há mais informação sobre este cemitério público de Serzedo. Existem apenas quatro escrituras sobre compra e venda de terrenos para a ampliação do cemitério⁵⁰⁰, desde o ano de 1969⁵⁰¹ até 1970⁵⁰². No ano de 1979 há também uma escritura sobre a construção de um muro⁵⁰³.

2.26. Valadares

⁴⁹⁹ Ata de 9 de fevereiro de 1893. Este registro não se encontra representado de forma digital, PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/189.

⁵⁰⁰ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68939&type=PCD>. Uma outra para o mesmo efeito: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68940&type=PCD>. Uma outra para o mesmo efeito: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68945&type=PCD>.

⁵⁰¹ Como se confirma com a escritura não representada de forma digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3638. Existe ainda uma outra escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4354. E ainda: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/4375.

⁵⁰² Escritura representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69036&type=PCD>. Há ainda uma escritura de obra sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2676. E ainda uma outra com a cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/2677.

⁵⁰³ Esta escritura não está representada de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/1477. Existe ainda esta escritura: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/069/128.



Figura 68 - Entrada do Cemitério de Valadares, com nome da benfeitora «Antónia Marques dos Santos». Fotografia da autora. Data: 19/11/2024.

O Cemitério de Valadares, com as coordenadas 41.0922759, -8.6337461, localiza-se na Avenida António Coelho Moreira nº 1434, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Gulpilhares e Valadares. A 30m localiza-se a Igreja Paroquial de Valadares. O cemitério tem três amplos patamares com organização em secções.

Segundo Queiroz⁵⁰⁴, este cemitério tem uma ligação direta com a Igreja Paroquial de Valadares. Esta igreja foi pensada no ano de 1855, já que a antiga era demasiado pequena para a população que aumentava. Os enterros realizavam-se no

⁵⁰⁴ QUEIROZ, 1998: 31.

adro desta antiga igreja e este também não conseguia comportar mais cadáveres. Em 1868 ainda se faziam enterros neste adro, apesar da Junta começar a ponderar construir uma nova igreja e cemitério. Em 1873 a Junta compra os terrenos para ambas as construções. A inauguração provisória da Igreja Paroquial de Valadares ocorre no ano de 1874 e é dada como concluída no ano seguinte. O autor argumenta este facto pela existência de um monumento funerário do ano de 1876, localizado neste mesmo cemitério. As estatísticas do Governo Civil indicam também que os enterros começaram neste local no ano de 1875 e o regulamento foi aprovado no ano de 1885. Não nos foi possível confirmar as estatísticas do Governo Civil.

O cemitério apresenta uma característica distinta, não tem qualquer tipo de construção que separe o cemitério da igreja, ao contrário do que acontece no restante concelho. A grande maioria dos cemitérios tem pelo menos uma pequena divisória a separar a igreja do cemitério.

Na monografia de Valadares⁵⁰⁵ lemos: *A atual igreja matriz foi pensada pelo P. Manuel Joaquim Nunes de Abreu uma vez que a antiga se tornava pequena para o serviço de culto divino pelo aumento da população, bem como problema do cemitério indecente muito pequeno, oposto à lei.* Em 1873 confirma-se a escritura de compra dos terrenos para o cemitério ser construído. Estas obras foram adjudicadas em 1889 ao mestre Joaquim de Oliveira Rocha e foi necessário pedir apoio financeiro ao Sr. José Francisco Correia Monteiro. Pouco depois da sua construção sente-se a necessidade de ampliar o local. Em 1891 o cemitério é ampliado.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner regista-se uma primeira referência a este cemitério em 1873: *Comparecendo os vogais da Junta de Paróquia de Valadares, a pedir à Câmara que concorresse com alguma quantia para a ajuda da construção do cemitério paroquial da mesma, resolveu a Câmara concorrer com a quantia de 100\$000*⁵⁰⁶.

⁵⁰⁵ Obra designada por “São Salvador de Valadares” de 1997.

⁵⁰⁶ Ata de 23 de maio de 1873. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79296&type=PCD>.

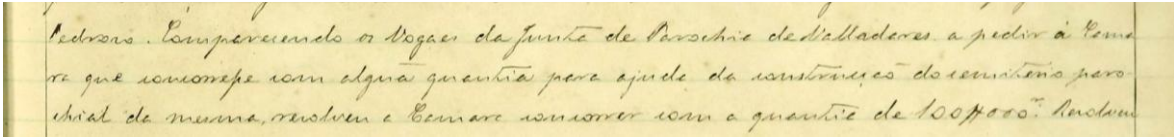


Fig. Digitalização da ata de 23 de maio de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79296&type=PCD>. Consultado a: 09/05/2025.

A ata de 1874 aborda como a Câmara aprova a planta e escolha do terreno: (...) *E declaro que mais deliberou a Câmara, aprovar a planta do cemitério paroquial da freguesia de Valadares, assim como a escolha do terreno feita pela junta de paróquia, para o dito fim, no sítio indicado na mesma planta*⁵⁰⁷.

Em 1890 está em andamento a ampliação deste espaço: *Sobre o ofício da Junta de Paróquia de Valadares, de 09 do corrente e recebida hoje, submetendo à aprovação da Câmara a deliberação constante da ata da sua sessão do dia anterior, relativamente ao contrato feito com Manuel Rodrigues, do lugar da Igreja, da mesma freguesia, para a cedência pela quantia de quinhentos mil Reis, mil quatrocentos e cinquenta e sete metros quadrados de terreno da sua propriedade, necessário para ampliação do cemitério paroquial, nos termos da planta respetiva. A Câmara, no exercício das suas atribuições, acordou aprovar para todos os efeitos legais a aludida deliberação*⁵⁰⁸. A ampliação foi aprovada no final desse ano: *Sendo também presente um ofício da Junta Paroquial de Valadares, de 4 do corrente com a cópia da ata da sua sessão de 24 de agosto, em que deliberou proceder à ampliação do cemitério da paróquia e em anexo o projeto e orçamento desta obra, na importância de um conto cento e trinta e sete mil e setecentos Reis, a fim de ser tudo submetido à apreciação da Câmara, e inteirada a mesma, resolveu-se aprovar para todos os efeitos legais a deliberação aludida*⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ Ata de 18 de dezembro de 1874. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79382&type=PCD>.

⁵⁰⁸ Ata de 19 de junho de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/072.

⁵⁰⁹ Ata de 4 de setembro de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/082.

Em 1980, bem como no ano seguinte também⁵¹⁰, podemos confirmar a ampliação do cemitério graças a uma escritura de empreitada⁵¹¹.

No ano de 1976 regista-se uma escritura de compra e venda de terrenos para a ampliação do cemitério⁵¹².

A ata de 1997 não é explícita e apenas apresenta como tópico "Jazigos e Capelas Mortuárias do cemitério de Valadares". Não sabemos do que se trata.

2.27. Vilar de Andorinho



⁵¹⁰ Este registo não se encontra representado de forma digital. Veja-se: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/074/088.

⁵¹¹ Esta escritura não se encontra representada de forma digital. Veja-se: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pd-Se-SecCe/4/072/189.

⁵¹² Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70176&type=PCD>.

Figura 69 - Entrada do Cemitério de Vilar de Andorinho. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Vilar de Andorinho, com as coordenadas 41.1035803, - 8.5806963, localiza-se na rua do Escultor Alves de Sousa, e é gerido pela Junta de Vilar de Andorinho. A 450m existe a Igreja Paroquial de Vilar de Andorinho. O cemitério tem três patamares amplos sem divisões de ruas ou talhões.

Segundo Queiroz⁵¹³, este cemitério é dos que tem o percurso mais acidentado. Em 1868 os corpos eram enterrados no adro da Igreja Paroquial de Vilar de Andorinho⁵¹⁴. Em 1882 o Governo Civil ordena que todas as freguesias iniciem o processo para a construção de cemitérios o mais rapidamente possível⁵¹⁵. Como era o caso de tantas outras, a Junta de Vilar de Andorinho não tinha o valor necessário para custear a obra. Em 1833 José António Júnior afirma que se devia usar o dinheiro da paróquia, doado a Santa Gregória, para a construção, já que tinha sido uma ordem do Governador Civil. O vogal António Dias Castro acaba por afirmar que os bens da paróquia são para usufruto da mesma, recusando o pedido de José António. Até 1888 o cemitério continua sem existir e não há avanços. Leopoldo José de Oliveira Mourão faz então um ultimato à Junta de Freguesia e pede que arranjem terreno no prazo de oito dias⁵¹⁶. No ano seguinte, em 1889, é apresentado um projeto para o novo cemitério. Este projeto teve a ajuda do novo presidente da Junta de Freguesia, Francisco Rodrigues⁵¹⁷. Muitos não concordavam com o local escolhido, já que ficava longe da igreja. O proprietário do terreno, António Dias de Castro, autoriza o enterro dos cadáveres ainda antes de se assinar a escritura. No ano de 1890, o Presidente da Junta, Francisco Rodrigues apresentou um terreno que não agradava a todos. Foi enviada uma carta assinada por alguns moradores que discordavam do local, alegando que teria de ser localizado mais perto da igreja. Depois de 5 meses dá-se uma visita a este cemitério improvisado com apenas alguma madeira que o sinalizava⁵¹⁸. A visita é um desastre pois percebe-se que

⁵¹³ QUEIROZ, 1999: 45.

⁵¹⁴ *Ibidem*.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ QUEIROZ, 1999: 46.

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ QUEIROZ, 1999: 47.

este local é o mesmo que foi rejeitado em 1884, quando a Junta procurava um espaço para o cemitério da paróquia. Em 1892, o local é construído dentro dos trâmites legais, mesmo que a custo, graças às deficiências financeiras da Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho⁵¹⁹. Foram necessários alguns pedidos e alguma ajuda, como a da rainha, e de José António Tavares e Francisco da Silva que ficam com terreno garantido para os jazigos de família. O primeiro enterro dá-se no ano de 1890 em março⁵²⁰. Por volta de agosto, ainda no mesmo ano, o Governo Civil e o delegado de saúde passam pelo local para realizar uma vistoria e percebem que o terreno que está a ser utilizado é o terreno que foi inicialmente recusado no ano de 1884⁵²¹. Em 1891 é escolhido outro terreno mais próximo da Igreja Paroquial de Vilar de Andorinho. Este terreno é o que conhecemos atualmente. José António Tavares e Francisco da Silva ajudam a custear as obras e pedem apenas local para os seus jazigos. Em 1892 o cemitério está finalmente concluído⁵²².

A data do portão é de 1899.

Segundo a monografia de Vilar de Andorinho⁵²³, as primeiras inumações deste cemitério são realizadas no ano de 1890, ainda sem a escritura do terreno realizada⁵²⁴.

No Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner temos alguns documentos sobre este espaço, o cemitério público de Vilar de Andorinho. Não há menção sobre o terreno anterior usado como cemitério antes.

A primeira menção é em 1890 onde se verifica que: (...) *a Junta Paroquial de Vilar de Andorinho submete à aprovação da Câmara a deliberação de proceder à construção de um cemitério e a reparação da igreja matriz (...)*⁵²⁵. Este pedido é respondido ainda no mesmo mês: *A câmara, conformando-se com a opinião emitida pela autoridade administrativa, acordou que se declarasse à mesma junta que, para se tomar*

⁵¹⁹ *Ibidem.*

⁵²⁰ *Ibidem.*

⁵²¹ QUEIROZ, 1999: 48.

⁵²² *Ibidem.*

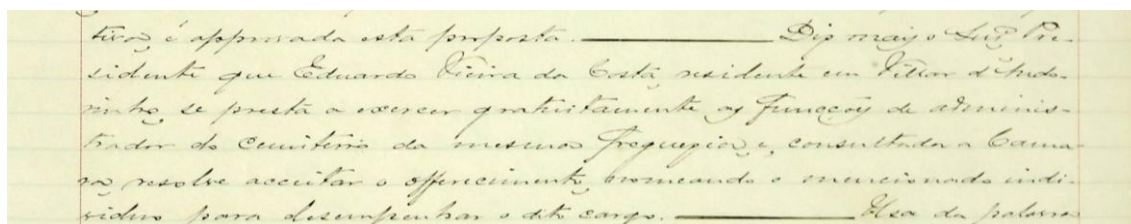
⁵²³ A obra designa-se por “Monografia de Vilar de Andorinho” de Joaquim Costa Gomes de 1993.

⁵²⁴ GOMES, 1993: 111.

⁵²⁵ Ata de 6 de fevereiro de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAdm-DMEAOM/35/012/057.

conhecimento da sua deliberação, é indispensável a apresentação da planta do terreno expropriado para a construção do cemitério, e a sua avaliação⁵²⁶. Este tipo de pedidos era comum já que só com um projeto e cálculo de custos seria possível apoiar a obra. Foi ainda pedido um subsídio para ajudas de custo, mas este foi recusado: (...) *para subsidiar a despesa do estabelecimento do cemitério daquela freguesia, ponderou o Sr. Vice-presidente que as circunstâncias financeiras do município não permitem atender desde já este pedido, devendo a sua satisfação reservar-se para ocasião oportuna, e assim se resolveu responder*⁵²⁷. Só no fim do mês de março de 1890 o aval é positivo: (...) *no que diz respeito à construção do cemitério paroquial, cuja despesa é orçada em um conto quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta Reis, bem como à reparação da Igreja matriz, orçada em setecentos e dezoito mil e trezentos Reis, acordou a Câmara aprovar para todos os efeitos legais a aludida resolução camarária, na parte que diz respeito ao cemitério*⁵²⁸.

No ano de 1893 verificamos que: *O Presidente disse mais, que Eduardo Vieira da Costa, residente em Vilar de Andorinho, se presta a exercer gratuitamente as funções de administrador do cemitério da mesma freguesia, que foi aprovado pela Câmara*⁵²⁹.



...é aprovada esta proposta. — Diz mais o Sr. Presidente que Eduardo Vieira da Costa, residente em Vilar de Andorinho, se presta a exercer gratuitamente as funções de administrador do Cemitério da mesma freguesia, e, consultada a Câmara resolve aceitar o oferecimento, nomeando e mencionando indivíduos para desempenhar o dito cargo. — Heo da palavra

⁵²⁶ Ata de 27 de fevereiro de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAm-DMEAOM/35/012/059.

⁵²⁷ Ata de 20 de março de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAm-DMEAOM/35/012/062.

⁵²⁸ Ata de 27 de março de 1890. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAm-DMEAOM/35/012/063.

⁵²⁹ Ata de 10 de agosto de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80050&type=PCD>.

Figura 70 - Digitalização da ata de 10 de agosto de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80050&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

No ano seguinte vemos em ata a: *Nomeação para coveiro do cemitério de Vilar de Andorinho, em nome de: Manuel da Costa Ferreira*⁵³⁰. Entre 1894 e 1940 não temos informação relativa ao cemitério público de Vilar de Andorinho.

Em 1940 a Junta de Freguesia pede ajuda para a realização de obras de ampliação no cemitério já com um projeto desenhado para o efeito⁵³¹. Dois anos depois fica registado em ata que a correspondência recebida apresenta a carta sobre o pedido de um subsídio para a ampliação do cemitério⁵³², bem como uma outra a agradecer o arranjo da estrada municipal nº20, que é a estrada do cemitério⁵³³.

Em 1956 foi enviada uma carta para o presidente da Junta que pedia que os cadáveres do Sanatório D. Manuel II⁵³⁴ fossem enterrados no cemitério de Vilar de Andorinho.

A 7 de agosto de 1957⁵³⁵, a Câmara delibera se pode conceder um subsídio para obras de ampliação do cemitério e complementos, como arruamentos e capela mortuária.

No ano de 1966 regista-se uma escritura para ligação do Monte da Virgem ao cemitério⁵³⁶.

A março de 1998 é feita uma análise das propostas para a empreitada de ampliação do cemitério. Neste ano também é celebrado o contrato desta empreitada⁵³⁷.

⁵³⁰ Ata de 2 de agosto de 1894. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80109&type=PCD>.

⁵³¹ O projeto encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262496&type=PCD>.

⁵³² Ata de 3 de dezembro de 1942. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73432&type=PCD>.

⁵³³ Ata de 5 de março de 1942. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73401&type=PCD>.

⁵³⁴ Atualmente designado por Hospital Eduardo Santos Silva.

⁵³⁵ Ata 7 de agosto de 1957. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76056&type=PCD>.

⁵³⁶ Escritura de 23 de fevereiro de 1966. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68679&type=PCD>.

⁵³⁷ Podemos verificar na escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5277.

2.28. Vilar do Paraíso



Figura 71 - Entrada do Cemitério de Vilar do Paraíso. Fotografia da autora. Data: 05/06/2025.

O Cemitério de Vilar do Paraíso, com as coordenadas 41.0866829,-8.6246552, localiza-se na rua da Igreja do Paraíso, e é gerido pela União de Juntas de Freguesias de Mafamude e de Vilar do Paraíso. A 27m localiza-se a Igreja Paroquial de Vilar do Paraíso. O cemitério tem dois patamares amplos.

Segundo Queiroz⁵³⁸, compreendemos que existiu um outro cemitério de Vilar do Paraíso. Esse cemitério, "Cemitério de São Caetano", teve vários enterros. O primeiro realizou-se no ano de 1889. No ano seguinte dá-se o último enterro neste cemitério

⁵³⁸ QUEIROZ, 1999: 48.

antes da Junta começar os enterros novamente no adro da igreja⁵³⁹. Este adro estava em péssimas condições como se compreende nas leituras dos artigos de Francisco Queiroz. O ossário estava cheio e, por várias vezes, tinha de se desenterrar corpos ainda em estado de decomposição para realizar outros enterros. Em 1892 os moradores acabam por exigir que os enterros se voltem a realizar no cemitério de São Caetano. Este desaparece em 1895⁵⁴⁰.

Na monografia de Vilar do Paraíso⁵⁴¹ existe um capítulo apenas para os cemitérios desta localidade. É descrito o desenvolvimento do cemitério de São Caetano e como este foi utilizado e desautorizado mais tarde. O cemitério que conhecemos hoje baseia-se numa planta aprovada pela Junta de Freguesia a 8 de julho de 1888 e recebeu as primeiras inumações a 1890.

O cemitério tem um portão da Fábrica de Fundição de Fradelos que data o cemitério de 1890. Há ainda capelas-jazigo que apresentam datas anteriores à construção do cemitério, como a capela que apresenta a epígrafe «1882, A.T.T.», o que nos leva a afirmar que o cemitério já existia no local neste ano. Supomos que o mais provável é a sua construção ter sido concluída no ano de 1890.

No Arquivo de Sophia de Mello Breyner registam-se algumas atas que nos dão indicações sobre a história deste cemitério.

Em 1864 verifica-se em ata: (...) *deu conta de um ofício da Junta de Paróquia de Vilar do Paraíso, expondo a urgente necessidade, que havia de construir um cemitério na dita freguesia, do que inteirada a Câmara resolveu que se lhe respondesse conforme consta do ofício registado*⁵⁴².

Em 1885 ficamos a saber que: *Da Junta Paroquial de Vilar do Paraíso, participando haver escolhido um terreno com um campo próximo do adro da Igreja Matriz para o estabelecimento do cemitério paroquial, para que a câmara se digne*

⁵³⁹ QUEIROZ, 1999: 49.

⁵⁴⁰ QUEIROZ, 1999: 51.

⁵⁴¹ A obra designa-se por: “São Pedro do Vilar do Paraíso” de Joaquim Pintassilgo do ano de 2003.

⁵⁴² Ata de 16 de março de 1864. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78756&type=PCD>.

determinar o que julgue conveniente. Para o que, na mesma data, oficiou à autoridade administrativa⁵⁴³.

No ano de 1888 a Junta de Freguesia afirma ter: (...) *sido escolhido e aprovado para cemitério paroquial de Vilar do Paraíso um terreno baldio do logradouro público, sito no lugar de São caetano, da mesma freguesia, e constando-lhe que o aludido terreno é do domínio direto da Câmara, pede que se lhe informe se há algum inconveniente em que nele se construa o referido cemitério, resolveu a Câmara responder não haver nenhum inconveniente sobre os direitos do município, como direto senhorio do mencionado terreno*⁵⁴⁴. Este projeto já tinha sido aprovado, mas como o local era da Câmara, a Junta de Freguesia queria saber se podia ser utilizado para esse fim. Foi aprovado.

No ano de 1893 é feita menção à instalação do cemitério no monte de São Caetano: *Ofício da Administração do Concelho, com requerimento de vários paroquianos de Vilar do Paraíso acerca da instalação do cemitério no Monte de S. Caetano*⁵⁴⁵. Compreende-se que entre 1888 e 1893 há uma lacuna de informação, a qual não conseguimos colmatar com documentos ou registos. Nesta altura os enterros seriam feitos no cemitério de São Caetano. Ainda no mesmo ano lê-se: *Ofício da mesma proveniência, enviando cópias dos documentos arquivados e relativos ao cemitério do Monte de S. Caetano, em Vilar do Paraíso*⁵⁴⁶. Em agosto verifica-se que: *Aprovação do projeto e orçamento para a abertura de um poço no cemitério paroquial de Vilar do Paraíso*⁵⁴⁷. Este texto refere-se ao cemitério público de Vilar do Paraíso que também estaria a ser utilizado.

⁵⁴³ Ata de 3 de setembro de 1885. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79112&type=PCD>.

⁵⁴⁴ Ata de 16 de agosto de 1888. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80029&type=PCD>.

⁵⁴⁵ Ata de 12 de janeiro de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/185.

⁵⁴⁶ Ata de 19 de janeiro de 1893. Este registo não se encontra representado de forma digital, mas apresenta a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Pre-DirMunAF-DMAAdm-DMEAOM/35/012/186.

⁵⁴⁷ Ata de 17 de agosto de 1893. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80051&type=PCD>.

Em 1895 vemos em ata a: *Deliberação sobre a transladação dos cadáveres sepultados no cemitério de S. Caetano, em Vilar de Paraíso*⁵⁴⁸. Sobre o mesmo assunto: *O Presidente, comunicou, que se tinha efetuado na melhor ordem a transladação dos cadáveres sepultados, no cemitério de S, Caetano, em Vilar de Paraíso, para o antigo cemitério da mesma freguesia*⁵⁴⁹. Pensamos que este cemitério estaria localizado onde atualmente está o Parque de São Caetano que fica no monte de São Caetano onde existe uma capela em nome do mesmo santo.

Regista-se uma escritura de compra e venda de um terreno para ampliar o cemitério público de Vilar do Paraíso, com segundo outorgante o Sr. Semião Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães e esposa Maria Henriqueta de Melo Sampaio Meixa, realizado em 1972⁵⁵⁰. Regista-se uma outra escritura do contrato da empreitada da obra de ampliação do cemitério, com segundo outorgante o Sr. José de Sousa Fernandes, realizado em 1973⁵⁵¹. No ano de 1975 descreve-se o abandono da obra de ampliação e, como consequência, a rescisão do contrato de adjudicação⁵⁵². No ano seguinte, a ata aborda a deliberação sobre quem poderá tomar a empreitada de ampliação⁵⁵³.

Apenas no ano de 2019 voltamos a ler sobre este cemitério público de Vilar do Paraíso. Em 2019 é abordado o desenvolvimento da envolvente do cemitério no plano de orçamento da Junta de Freguesia⁵⁵⁴.

⁵⁴⁸ Ata de 7 de fevereiro de 1895. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80179&type=PCD>.

⁵⁴⁹ Ata de 24 de maio de 1895. Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80191&type=PCD>.

⁵⁵⁰ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69346&type=PCD>. Há ainda uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5492.

⁵⁵¹ Esta escritura encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69509&type=PCD>. Há ainda uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/3518.

⁵⁵² Este registo encontra-se representado de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73584&type=PCD>.

⁵⁵³ A escritura do contrato da empreitada encontra-se representada de forma digital. Veja-se: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70120&type=PCD>. Há ainda uma escritura sem representação digital, mas com a seguinte cota: PT/MVNG-AM/APUB/CMVNG/Prd-DAF-NP/12/5596.

⁵⁵⁴ O documento está representado de forma digital para consulta. Veja-se: https://www.mafamudevilarparaiso.pt/wp-content/uploads/2020/06/op_plano_orcam_2019.pdf.

Considerações Finais

Inicialmente pretendíamos estudar a arquitetura as capelas-jazigo dos séculos XIX e XX nos cemitérios públicos de Vila Nova de Gaia. Este tema surgia de uma consciência de que havia uma falta de estudos numa perspetiva histórico-artística deste tipo de arquiteturas. A presente dissertação, intitulada como «Os Cemitérios Públicos em Vila Nova de Gaia nos séculos XIX e XX. teve como objetivo recolher dados sobre estes espaços de forma a compreender como surgiram e como se desenvolveram ao longo do tempo.

Para tal, foi necessário entender o cemitério como local de deposição de mortos, segundo rituais culturais e religiosos e também aos cemitérios como espaços públicos de enterramento na Europa e em especial, em Portugal.

Para iniciar este estudo, realizámos uma pesquisa bibliográfica mais alargada sobre o tema à escala nacional, para entender qual o conhecimento sobre a matéria e quais os modelos de análise e metodologias usadas na abordagem sobre a temática. Entendemos que era essencial verificar se havia modelos de análise semelhantes aplicados a cemitérios nas proximidades geográficas, como no Porto, por exemplo. Com a constatação da existência de pouca bibliografia sobre a temática dos cemitérios em Vila Nova de Gaia, estávamos prontos para realizar uma pesquisa vasta e tentar responder a novas questões.

Ao longo de alguns meses, realizámos uma pesquisa sistemática, já que o número de cemitérios em análise eram muitos, a geografia do local era ampla e a cronologia estudada era extensa. Por este motivo, podem existir documentos por analisar que ampliassem o nosso estudo.

No primeiro capítulo analisamos a legislação que decretava a construção dos cemitérios públicos em Portugal e ditava algumas regras a serem cumpridas para a construção e manutenção destes espaços. Sentimos que era importante compreender como surgem os cemitérios em Portugal, de que forma se alteram com o tempo e também entender a sua mudança da esfera religiosa para o domínio público. Decidimos

enquadrar a temática com recurso a estes decretos porque até 1835 não era obrigatória a criação ou existência de um cemitério público em cada povoação. Estes decretos estabeleciam normas que vimos ser alteradas como o caso da distância entre cemitérios e habitações, realçando diferenças entre a época em que foram criados e os nossos dias. Percebemos que a aplicação desta legislação nem sempre foi cumprida, o que levou a revoltas como a da Maria da Fonte, a que fazemos referência. Entendemos como havia indivíduos que percebiam a construção destes espaços, em nome da salubridade pública, com recurso a cartas escritas por alguns cidadãos, mas também trouxemos nomes como Pina Manique que permitiram que os ideais iluministas sobre a higiene fossem conhecidos e ouvidos.

No segundo capítulo realizámos uma análise crítica às fontes documentais e cartográficas para que fosse possível abordar os cemitérios públicos gaienses de uma perspetiva histórica, numa metodologia que se aproxima à da proposta de Francisco Barbosa da Costa. Utilizamos ainda como base para o nosso estudo os artigos de Francisco Queiroz que estudam alguns cemitérios de Vila Nova de Gaia, mas não todos. A partir de fontes como as atas, tanto das Juntas de Freguesia como da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, conseguimos colocar hipóteses e retirar dados como as datas de fundação e ampliação dos 29 cemitérios públicos de Vila Nova de Gaia, extintos ou não. Este tipo de trabalho ainda não tinha sido explorado com a profundidade que temos no presente documento. Esta informação permitiu a criação da tabela 1 designada por «Tabela com dados de fundação e ampliação dos cemitérios de Vila Nova de Gaia», que apresentamos no capítulo 2. Neste contexto, tornou-se também bastante útil a pesquisa no Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner pois permitiu encontrar ainda projetos, como no caso do cemitério de Grijó ou o cemitério de Canidelo, ou até plantas e orçamentos que permitiram tirar conclusões ou colocar hipóteses. Foi possível criar algumas relações entre espaços cemiteriais e os surtos de cólera com recurso aos artigos de Virgília Braga da Costa, conseguindo ainda ver estes locais de uma perspetiva higienista. Realizámos confronto de dados documentais com outros trabalhos para confirmar as nossas hipóteses sobre como os cemitérios foram construídos, como consequência de uma maior mortandade causada pelas doenças da cólera e de tifo. Para

fortalecer estas informações conseguimos ainda verificar alguns dados como cartas de médicos da época, como Ricardo Jorge, que confirmam as epidemias no Porto e em Vila Nova de Gaia.

Com estes trabalhos, e a realização de uma vasta procura no Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner, foi possível confirmar que os cemitérios públicos são núcleos e polos dinamizadores que fixam a população a um dado lugar. Isto confirma-se pelo facto destes espaços deixarem de estar localizados na periferia das freguesias, onde eram construídos inicialmente, e passarem a estar envolvidos numa densa malha urbana que se estabilizava naquele local em torno do cemitério. A título de exemplo, podemos confirmar esta situação em Vila Nova de Gaia com o caso de estudo do cemitério velho de Canidelo que teria de ser ampliado, mas tal não foi possível já que havia muitas habitações em volta. Este facto acabou por levar à construção do cemitério novo de Canidelo. Paralelamente, no caso do Porto, verifica-se a mesma questão de os cemitérios estarem envolvidos pela malha urbana e já não na periferia como foram pensados inicialmente. Verificamos este facto em ambos os cemitérios do Prado do Repouso e de Agramonte que atualmente se encontram rodeados por habitações e espaços comerciais. Dificilmente seria possível aumentar estes espaços sem necessitar de adquirir e demolir algumas habitações.

No final da recolha e cruzamento de dados entre as mais variadas fontes percebemos, ao longo do capítulo 2, que há algumas preocupações e entraves comuns na construção dos cemitérios públicos em Vila Nova de Gaia, tais como: as oposições da população; a passagem dos cemitérios de um domínio religioso para o domínio público; a falta de meios económicos para a construção do cemitério; a burocracia envolvida na expropriação de terrenos de outrem; a criação de muros; as epidemias que acabavam por ser causa-consequência na construção destes locais, como se verifica em 1855 e 1885, anos em que os surtos foram mais fortes.

Com recurso às atas camarárias verificamos também outras questões como: a falta de terrenos da câmara, algo que era resolvido com recurso a doações de cidadãos, que apenas exigiam um terreno perpétuo para o seu enterro; a falta de terrenos próprios

com condições de uso para o efeito, algo que era frequente devido à humidade dos locais pela proximidade ao rio Douro e os seus afluentes. Verificam-se ainda ampliações a cemitérios motivadas pelos surtos tanto de cólera como tifo, cuja transmissibilidade era agravada pelo meio aquático. As freguesias de Avintes e de Oliveira do Douro são das mais afetadas pelo fenómeno, dado que são locais em contacto direto com rios, nomeadamente o rio Febros afluente do rio Douro e o próprio rio Douro, respetivamente. Compreende-se que o Cerco do Porto também foi importante para que os cemitérios públicos fossem aceites pela população. Conseguimos ainda criar alguma informação gráfica sobre esta temática, como um mapa, mapa nº1 designado por «Mapa dos Cemitérios de Vila Nova de Gaia» com os cemitérios de Vila Nova de Gaia, a tabela nº 1 designada por «Tabela com dados de fundação e ampliação dos cemitérios de Vila Nova de Gaia», com datas significativas para cada cemitério, bem como uma linha do tempo com acontecimentos importantes para o assunto.

O nosso trabalho foi orientado de forma a sistematizar a informação recolhida em fichas realizadas para o efeito. A partir destas fichas conseguimos organizar a documentação e respetiva informação de maneira a não só desenvolver o corpo teórico em si, mas também a identificar lacunas deixadas ao longo do tempo.

O segundo capítulo desta dissertação permitiu a realização de uma recolha sistemática com dados da fundação e ampliação dos vinte e nove cemitérios analisados para o concelho de Vila Nova de Gaia. Estes dados surgem do cruzamento de atas camarárias e outras fontes utilizadas, como imagens obtidas no local, e algumas atas de Juntas de Freguesia. Em alguns casos conseguimos obter plantas e memórias descritivas de projetos destes casos de estudo, nomeadamente do cemitério novo de Canidelo e o cemitério de Grijó. Este capítulo apresenta as fichas relativas a cada cemitério com dados a partir da informação presente nas atas. Verificam-se ainda alguns casos onde o cemitério teve um longo período de construção como os cemitérios de Canelas, Vilar do Paraíso, Serzedo, Canidelo, Serra do Pilar, Valadares, Olival, Madalena e Grijó. Temos ainda alguns cemitérios extintos como o caso do cemitério do Convento do Vale da Piedade, do cemitério de São Caetano e do cemitério da Serra do Pilar. Estes cemitérios não chegaram até aos nossos dias, mas sentimos que tínhamos de os mencionar já que

até então não havia qualquer referência aos mesmos. Este é um tema que sentimos que poderia ser mais estudado noutros trabalhos que esperamos vir a realizar de maneira que seja possível contribuir para a valorização do património local de Vila Nova de Gaia.

Achamos conveniente demonstrar que este trabalho levantou questões e hipóteses a tratar em futuras investigações. Em muitos casos, sentimos que era necessário aprofundar várias questões que não seriam possíveis trazer para esta dissertação. Temos consciência que ficaram lacunas por resolver, como se verificava no início da realização da dissertação, em especial a do valor artístico dos cemitérios de Vila Nova de Gaia. Fica em aberto a temática inicial onde seriam estudadas as capelas-jazigo e as suas famílias, as oficinas para a encomenda destes modelos, bem como o estudo dos mestres-pedreiros contratados para estas construções. Notamos uma correlação direta entre as epidemias e a construção e/ou ampliação dos cemitérios, o que nos demonstra um cuidado pela higiene e salubridade pública. Este trabalho necessitava de um maior tempo de pesquisa e reflexão, que apenas seriam possíveis num terceiro ciclo de estudos.

Compreende-se que esta temática tem ainda muito para abordar e mais perguntas do que respostas, neste momento. Esperamos que este contributo seja o início de mais reflexões e trabalhos futuros, onde possamos compreender o cemitério como uma cidade com os seus próprios equipamentos que podem e devem ser entendidos como parte de um património comum a todos nós.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Luís Gomes Alves de, 1985 *Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Baptista, Fernando, 2000 *História de Sandim*. Junta de Freguesia de Sandim. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Bessa, Alda, 2012 *Memória e Saudade. Os túmulos de João Henrique Andresen e João Henrique Andresen Júnior*. Porto: Tese de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Carvalho, Augusto da Silva, 1939. *PINA MANIQUE o ditador sanitário*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Catroga, Fernando, 1988 *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal: 1865-1911*. Coimbra: Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Catroga, Fernando, 2000 *A monumentalidade funerária como símbolo de distinção social*. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.
- Cidade, José Carlos; Queiroz, Francisco, 1997 *Santa Maria Madalena de Fermucia. Subsídios para uma monografia*, Volume I. Junta de Freguesia de Madalena.
- Costa, Francisco Barbosa, 1980 *São João Baptista de Canelas. Notas Monográficas*. Edição da Paróquia de Canelas. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2000 *São Félix da Marinha. Notas Monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2000 *Notícia histórica de São Mamede de Serzedo a propósito do milenário da sua igreja*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2001 *São Cristóvão de Mafamude. Notas Monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

- Costa, Francisco Barbosa, 2001 *São Pedro de Sermonde. Notas Monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2003 *Santo André de Lever. Notas Monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2003 *São Pedro de Pedroso. Notas monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2005 *Santa Maria de Seixezelo. Notas Monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Costa, Francisco Barbosa, 2007 *São Miguel de Arcozelo. Notas monográficas*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Da Costa, Virgínia, 2005 *As condições higiénico-sanitárias e as doenças infecciosas em Vila Nova de Gaia na 2ª metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX*. In *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, Vol. 10, nº 60 de junho de 2005.
- D'Araújo, Ana Cristina, 1987 *Ruína e morte em Portugal no século XVIII*. In *Revista de História das Ideias*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- D'Araújo, José Ribeiro, 1980 *Perosinho*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Dias, Vítor Manuel Lopes, 1963 *Cemitérios, jazigos e sepulturas. Monografia: Estudo Histórico, Artístico, Sanitário e Jurídico*. Edição do autor. Porto.
- Espanhol, Jorge, 2013 *A cidade dos mortos: o caso do cemitério de Canelas*. Porto. Tese de mestrado. Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação: Universidade Lusófona.
- Guedes, António Augusto, 1984 *Esboço monográfico de Santa Maria de Olival*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Guimarães, Joaquim António Gonçalves, 1988 *Vila Nova de Gaia, antiga Portucale* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 18, junho de 1988. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

- Gomes, Joaquim Costa, 1993 *Monografia de Vilar de Andorinho*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Gondim, Inocência Osório, 1890 *Avintes e suas Antiguidades*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Henriques, Maria João Viana, 2024 *Classificar cemitérios em Portugal: Uma questão enterrada?*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- Lacerda, Tânia, 2012 *Gaia e Vila Nova nos Séculos XIII e XIV. Uma Perspectiva Económica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.
- Pedrosa, António de Sousa; Tavares, Joaquim António; Pedrosa, Fátima Maria, 1985 *Vila Nova de Gaia* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 1, março de 1985. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Pedrosa, António de Sousa; Tavares, Joaquim António; Pedrosa, Fátima Maria, 1985 *Caminhos de Gaia* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 2, maio de 1985. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Pedrosa, António de Sousa; Tavares, Joaquim António; Pedrosa, Fátima Maria, 1985 *Barco Rabelo* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 3, junho de 1985. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Rego, Carlos, 1997 *São Salvador de Valadares*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Santos, Cândido Augusto dos, 1985 *Vila de Gaia* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 4, agosto de 1985. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Santos, Cândido Augusto dos, 1986 *Instituições eclesiásticas de Gaia* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 9, fevereiro de 1986. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Santos, Cândido Augusto dos, 1986 *Convento de Oliveira do Douro* In *Revista de História de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia. Fascículo 10, maio de 1986. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

- Saraiva, José da Costa, 1995 *Canidelo no Passado e no Presente*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Saraiva, José Hermano, 2023 *História Concisa de Portugal*. 28ª Edição. Lisboa: Contraponto.
- Valle, Carlos, 1987 *A Freguesia de Santa Maria de Gulpilhares*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Oliveira, Maria Manuela, 2006 *A propósito do cemitério setecentista de Vila Real de Santo António: uma reflexão sobre a contemporaneidade*. In: *Revista Fórum 39*, Conselho Cultural da Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/48974>.
- Queiroz, Francisco, 1997 *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista. O cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 1833-1900*. Porto. Tese de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Queiroz, Francisco, 1998 *Contributos para a História dos Cemitérios de Gaia*. In *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, 7º Volume, junho de 1998, nº 45.
- Queiroz, Francisco, 1998 *Contributos para a História dos Cemitérios de Gaia*. In *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, 7º Volume, dezembro de 1998, nº 46.
- Queiroz, Francisco, 1999 *Contributos para a História dos Cemitérios de Gaia*. In *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, 7º Volume, dezembro de 1999, nº 47.
- Queiroz, Francisco, 2002 *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal*. Porto: Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1994 *Ser e Estar perante a morte no Porto dos Séculos XIX e XX: Reflexos no Património Cemiterial*. In *Revista Lusitania Sacra*, 2ª Série, nº6, pp. 309-325.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1994 *Cemitérios Portuenses: História e Arte*. Seminário apresentado no curso de Ciências Históricas (ramo de Património) da Universidade Portucalense. 6 Tomos, 12 volumes. Porto.

- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1994 *Vultos de Vila Nova de Gaia nos cemitérios municipais portuenses*. In Separata de *Gaia de há 100 anos*. Colóquio de comemoração do centenário da igreja do Torne (1894-1994) em Vila Nova de Gaia.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1994 *Subsídios para uma Iconografia da Morte no Porto do século XIX*. In *Poligrafia*, nº 3, pp. 129 a 152. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1994 *A transferência dos restos mortais de Francisco de Almada e Mendonça para o Cemitério do Prado do Repouso*. In *O Tripeiro* 13, 6: 181-185.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1996 *Alguns elementos para o estudo dos cemitérios do Porto: III – Notas de alguns bens móveis relacionados com o Cemitério do Prado do Repouso*.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 1999 *Carros funerários, plantas, alçados de jazigos e de outras construções oitocentistas no cemitério do Prado do Repouso*. In *Museu* 8: 307-323.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos, 2000 *Monumentos à saudade: jazigo de brasileiros em cemitérios portuenses*. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, pp. 335-340. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Vidal, Nelson, 2014 *Margem do Rio Douro em Vila Nova de Gaia. Requalificação do “Percurso entre Quintas”*. Porto: Tese de mestrado. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Webgrafia

Roteiros

- Roteiro do Cemitério do Prado do Repouso criado pela Câmara Municipal do Porto. Disponível em: <https://ambiente.cm-porto.pt/cemiterios/cemiterio-do-prado-do-repouso> 1. Data de acesso: 01/05/2025.
- Roteiro do Cemitério de Agramonte criado pela Câmara Municipal do Porto. Disponível em: <https://ambiente.cm-porto.pt/cemiterios/cemiterio-de-agramonte-1>. Data de acesso: 01/05/2025.

Figuras

- Freguesias de Vila Nova de Gaia depois de 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vila_Nova_de_Gaia_freguesias_2013.png. Data de acesso: 01/05/2025.
- Vila Nova em 1848 criada por Cesário Augusto Pinto. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=54133&type=PCD>. Data de acesso: 08/02/2025.
- Gaia em 1848 criada por Cesário Augusto Pinto. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=54132&type=PCD>. Data de acesso: 08/02/2025.

Legislação

- Decreto do ano de 1835, páginas 326 e 327 em relação à criação dos cemitérios públicos, da Legislação Régia, disponível no *website* Legislação Régia onde se encontra a informação digitalizada: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx> . Consultado a 20/01/2025.
- Diário do Governo nº9 de 03/01/1837. Registo com representação digital no *website* da Legislação Régia:

- <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/15/p49> confirmado ainda pela portaria de 3 de agosto de 1839 no mesmo *website*. Disponível também em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p290>. Data de acesso: 01/05/2025.
- Diário de Governo nº9 de 03/01/1837. Como se pode ver no *website* da Legislação Régia. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/15/p49>.
 - Circular do Ano de 1836, páginas 224 e 225 em relação aos cemitérios, da Legislação Régia, no *website* Legislação Régia. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx>. Consultado a 20/01/2025.
 - Carta de Lei sobre a Concessão para a Quinta do Prado do Bispo para ser Cemitério Público, disponível no *website* Legislação Régia. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/19/25/p103>. Data de acesso: 07/02/2025.
 - Lei n.º 15/84, de 28 de junho. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/15-1984-387334>. Data de acesso: 07/02/2025.

Atas

- Ata de 25 de maio de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77791&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.
- Ata de 26 de maio de 1835. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75113&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.
- Ata de 29 de março de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75196&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.
- Ata de 23 de agosto de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75240&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.
- Ata de 2 de setembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75248&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.

- Ata de 6 de setembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75250&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 23 de setembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75256&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 14 de outubro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75264&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 13 de junho de 1837. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75327&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 19 de julho de 1837. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75338&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 29 de maio de 1338. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75455&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 30 de junho de 1338. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75464&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 5 de abril de 1839. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75538&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 9 de abril de 1839. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75539&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 24 de julho de 1840. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77224&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 28 de julho de 1840. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77227&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 27 de novembro de 1844. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79948&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 31 de março de 1854. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77729&type=PCD>. Data de acesso: 02/05/2025.
- Ata de 7 de setembro de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77810&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.
- Ata de 9 de julho de 1885. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79104&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.

- Ata de 25 de setembro de 1868. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78971&type=PCD>. Data de acesso: 04/05/2025.
- Ata de 9 de outubro de 1868. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78973&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 7 de maio de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79010&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 29 de maio de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79013&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 22 de outubro de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79035&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 24 de dezembro de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79044&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 11 de fevereiro de 1870. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79057&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 28 de outubro de 1871. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79206&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 30 de outubro de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79424&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 9 de fevereiro de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79442&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 15 de novembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75273&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 10 de novembro de 1837. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75367&type=PCD>. Data de acesso: 05/05/2025.
- Ata de 26 de janeiro de 1838. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75389&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 20 de abril de 1838. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75444&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 24 de abril de 1838. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75445&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.

- Ata de 27 de abril de 1838. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75446&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 19 de março de 1839. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75536&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 16 de março de 1860. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78475&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 27 de outubro de 1865. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78804&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 31 de março de 1866. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78828&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 18 de maio de 1866. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78836&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 20 de dezembro de 1872. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79270&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 16 de agosto de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79310&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 23 de agosto de 1883. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79837&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 8 de junho de 1951. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75847&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 7 de junho de 1968. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68811&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 21 de maio de 1880. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79675&type=PCD>. Data de acesso: 06/05/2025.
- Ata de 5 de novembro de 1885. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79120&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 26 de março de 1886. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79913&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 26 de dezembro de 1889. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80174&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.

- Ata de 5 de março de 1896. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80227&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 20 de novembro de 1863. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78694&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 16 de dezembro de 1864. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78756&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 20 de abril de 1866. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78832&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 7 de dezembro de 1849. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77535&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 27 de agosto de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79416&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 5 de abril de 1876. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79452&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 26 de dezembro de 1889. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80174&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 10 de outubro de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79316&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 5 de dezembro de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79323&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Ata de 5 de março de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79392&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 30 de julho de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79412&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 26 de janeiro de 1876. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79438&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 9 de fevereiro de 1876. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79442&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 12 de abril de 1876. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79453&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.

- Ata de 20 julho de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80047&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 10 de agosto de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80050&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 23 de agosto de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80064&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 1 de fevereiro de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80085&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 8 de fevereiro de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80086&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 21 de junho de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80103&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 15 de outubro de 1896. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80256&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 20 de outubro de 1975. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76902&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 13 de abril de 1866. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78831&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 26 de dezembro de 1885. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79129&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 18 de março de 1886. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79912&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 21 de novembro de 1889. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80169&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 6 de agosto de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79413&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 4 de dezembro de 1884. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79949&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ata de 7 de setembro de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80054&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.

- Ata de 4 de maio de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80097&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 4 de novembro de 1886. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79936&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 1 de julho de 1970. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76670&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 24 de janeiro de 1877. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79494&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 15 de março de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80090&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 28 de julho de 1854. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77745&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- ata de 15 de fevereiro de 1856. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77836&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 22 de fevereiro de 1856. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77838&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 12 de setembro de 1856. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78253&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 26 de dezembro de 1884. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79953&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 5 de fevereiro de 1885. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79083&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 5 de julho de 1993. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73514&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 22 de março de 1994. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73549&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 15 de fevereiro de 1861. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78532&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 5 de abril de 1867. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78888&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.

- Ata de 12 de abril de 1867. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78889&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 28 de maio de 1895. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80184&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 10 de outubro de 1889. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80164&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 19 de dezembro de 1895. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80215&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 2 de setembro de 1937. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74899&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 24 de agosto de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80052&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 31 de agosto de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80053&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 21 de setembro de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80057&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Ata de 7 de junho de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80101&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 29 de novembro de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80126&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 20 de fevereiro de 1985. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74366&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 27 de abril de 1987. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74234&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 26 de dezembro de 1884. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79953&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 30 de outubro de 1965. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76588&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 1 de março de 1971. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76704&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.

- Ata de 20 de junho de 1973. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76813&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 14 de fevereiro de 1977. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=76950&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 2 de setembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75248&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 6 de setembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75250&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 23 de setembro de 1836. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75256&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 28 de abril de 1854. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77732&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 22 de janeiro de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78988&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 30 de abril de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79009&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 10 de dezembro de 1869. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79043&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 24 de janeiro de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79275&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 12 de setembro de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79313&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 21 de novembro de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79321&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 19 de janeiro de 1875. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79386&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 27 de julho de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80048&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 13 de julho de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80046&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.

- Ata de 11 de dezembro de 1884. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79950&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 16 de junho de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77794&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 17 de agosto de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77807&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 31 de agosto de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77809&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 7 de setembro de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77810&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 14 de setembro de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77811&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 21 de setembro de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77812&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 12 de outubro de 1855. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77815&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 1 de fevereiro de 1856. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=77833&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 5 de setembro de 1856: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78252&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 17 de outubro de 1856: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78258&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 9 de maio de 1856: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78230&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 16 de maio de 1856. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78231&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 28 de março de 1857. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78283&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 1 de agosto de 1857. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78307&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.

- Ata de 21 de agosto de 1857. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78310&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 4 de setembro de 1857. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78312&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 20 de agosto de 1858. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78379&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 10 de junho de 1864. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78728&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 2 de outubro de 1857. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78316&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 20 de julho de 1866. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78847&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 17 de maio de 1867. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78894&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 17 de outubro de 1868. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=78974&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 23 de maio de 1873. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79296&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 18 de dezembro de 1874. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=79382&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 10 de agosto de 1893. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80050&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 2 de agosto de 1894. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80109&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 3 de dezembro de 1942. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73432&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Ata de 5 de março de 1942. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73401&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.

Escrituras

- Regulamento do cemitério velho de Pedroso. Disponível em: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Adjudicação da obra realizada no mês de julho. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=80107&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Escritura realizada a 15 de outubro de 1963. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75855&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Ofício da Junta de Oliveira do Douro. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262247&type=PCD>. Data de acesso: 08/05/2025.
- Escritura disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68410&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de 20 de dezembro de 1963. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68410&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura sobre a vedação do terreno ampliado do ano de 1970. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69022&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura sobre compra e venda de terrenos em 1977. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70319&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de contrato de obra de 1978. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261626&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de pequenas obras no cemitério. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69342&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Registo de alargamento do cemitério de Canelas. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=74030&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Registo de alargamento do cemitério de Canidelo. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262001&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.

- Registo de alargamento do cemitério de Canidelo. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262001&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Projeto de novo espaço para o cemitério novo de Canidelo. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262002&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Memória descritiva do cemitério novo de Canidelo. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262002&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de 1977. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70237&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Projeto do cemitério de Grijó. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262034&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de doação de venda do terreno para estabelecer o cemitério de Grijó. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68289&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura para reparação da estrada municipal em Grijó. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68388&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura para colocação de paralelepípedos na estrada municipal. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=75771&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de doação de terreno para ampliação do cemitério de Grijó. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68285&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de doação de terreno para ampliação do cemitério de Grijó: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68951&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.

- Escritura de construção de poço no cemitério de Grijó. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=73968&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura para construção de poço de 1969. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68997&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de compra e venda de terrenos para ampliar o cemitério de Olival: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261602&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de compra e venda para ampliar o cemitério de Perosinho. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=67310&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de compra e venda para ampliar o cemitério de Perosinho. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69088&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de contrato de obras de ampliação do cemitério. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69334&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de 9 de janeiro de 1961. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68358&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura sobre drenagem do cemitério. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=67581&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de compra e venda para ampliar o cemitério de Madalena. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70160&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de ampliação do cemitério. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261623&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de demolição e reconstrução dos muros deste cemitério neste ano. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69285&type=PCD>. Data de acesso: 09/05/2025.

- Escritura de demolição e reconstrução dos muros deste cemitério neste ano.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=69508&type=PCD>.
Data de acesso: 09/05/2025.
- Escritura de compra e venda para ampliação do cemitério de Seixezelo.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=67257&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de compra e venda para ampliação do cemitério de Seixezelo.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68304&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de compra e venda para ampliação do cemitério de Seixezelo.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68730&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escrituras de venda de parcelas de terreno para a ampliação do cemitério de Sermonde. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68514&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de celebração do contrato de ampliação do cemitério de Sermonde.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68843&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de compra e venda de terrenos de ampliação do cemitério de Serzedo.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68939&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de compra e venda de terrenos de ampliação do cemitério de Serzedo.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68940&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de compra e venda de terrenos de ampliação do cemitério de Serzedo.
Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=68945&type=PCD>.
Data de acesso: 10/05/2025.
- Escritura de compra e venda de terrenos de ampliação do cemitério de Valadares. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=70176&type=PCD>. Data de acesso: 10/05/2025.

Processos

- Processo de ampliação do cemitério de São Félix da Marinha. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262294&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Processo de expropriação de casas. Documentos de entre 30 de dezembro de 1952 a 7 de dezembro de 1955. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261442&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Processo de expropriação de terras. Documentos de entre 17 de abril de 1950 e 5 de maio de 1951. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=261441&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Inumação de corpos não católicos. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=285412&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Processo não notarial disponível no mesmo arquivo. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=60951&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Processo de pedido de construção de casa térrea onde há menção de cemitério dos Acatólicos em Santa Marinha. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=211743&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.

Projetos

- Projeto da avenida do mosteiro até ao cemitério do ano de 1934. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262264&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Projeto de arruamentos e alinhamentos curvos. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262266&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.

- Registo de ampliação do cemitério de São Félix da Marinha. Disponível em: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/>. Data de acesso: 07/05/2025.
- Projeto de ampliação do cemitério de Vilar de Andorinho. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=262496&type=PCD>. Data de acesso: 07/05/2025.

Apêndice

FICHA DE CEMITÉRIO	
NOME	Cemitério
ID ATRIBUÍDO	
LOCALIZACAO	
FREGUESIA	
MAPA DO LOCAL	

Figura 72 - Ficha modelo de cemitérios.

FOTOGRAFIA AÉREA	
GOOGLE MAPS	

Figura 75 - Ficha modelo de cemitérios.

PLANTA DA FREGUESIA	
UNIÃO DE FREGUESIAS	
COORDENADAS	
CRONOLOGIA	
DATA DE CONSTRUÇÃO	

Figura 76 - Ficha modelo de cemitérios.

DATA DE AMPLIAÇÃO	
PROPRIEDADE	
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	
CONTACTOS	
PRIMEIROS ENTERROS	
PRIMEIRAS CONCESSÕES	
PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES	
DE ADRO?	
DISTÂNCIA ATÉ PROX. IGREJA	
IMPORTÂNCIA	
DIMENSÃO	
MEIO DE REPRODUÇÃO	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
CONSTRUTOR	
BENFEITOR/DONO DO TERRENO	
DESCRIÇÃO	
ASSINATURAS	
INSCRIÇÕES	
JAZIGOS	
MESTRES DE OBRAS	
ANEXOS/ CONTEUDOS	
OBSERVAÇÕES	
FONTES	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 7 nº 45 junho de 1998 p. 54-62; - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 7 nº 46 dezembro de 1998 p. 23-35; - Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, Vol. 7 nº 47 de junho 1999 p. 45-57; - "O ferro na arte funerária do Porto oitocentista. O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 1833-1900." Tese de Mestrado em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Francisco Queiroz

Figura 77 - Ficha modelo de cemitérios.